



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAIO MONTEIRO SILVA

**A ÉTICA NAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS:
REFLEXÕES SOBRE O “SER” E O “OUTRO DO SER” A PARTIR DOS FILMES
ABRIL DESPEDAÇADO E BOYHOOD**

FORTALEZA

2017

CAIO MONTEIRO SILVA

A ÉTICA NAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS: REFLEXÕES SOBRE O “SER” E O
“OUTRO DO SER” A PARTIR DOS FILMES ABRIL DESPEDAÇADO E BOYHOOD

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, da Universidade
Federal do Ceará, como requisito
para obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. José Célio
Freire.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S579É Silva, Caio Monteiro.
A Ética nas Famílias Contemporâneas : reflexões sobre o "ser" e o "outro do ser" a partir dos filmes abril
despedaçado e boyhood / Caio Monteiro Silva. – 2017.
164 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. José Célio Freire.

1. Ética. 2. Família. 3. Contemporaneidade. 4. Análise Fílmica. I. Título.

CDD 150

CAIO MONTEIRO SILVA

A ÉTICA NAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS: REFLEXÕES SOBRE O “SER” E O
“OUTRO DO SER” A PARTIR DOS FILMES ABRIL DESPEDAÇADO E BOYHOOD

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, da Universidade
Federal do Ceará, como requisito
para obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. José Célio Freire (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Luciana Lobo Miranda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Dr. Marcio Acselrad
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Professora Dra. Meize Regina de Lucena Lucas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A todos os Outros que me marcaram.

Ao tio Célio (*in memoriam*) e ao tio Marcos (*in memoriam*); as
lágrimas que me excederam esse ano tinham suas marcas.

AGRADECIMENTOS

À FUNCAP, pelo apoio financeiro e a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao meu orientador, prof. Dr. José Célio Freire, pelo acompanhamento sistemático rigoroso. Pelo respeito e acolhimento aos meus excessos, pela leitura dedicada, atenta e minuciosa, pela pontualidade e franqueza nas orientações que demonstram todo o seu respeito pelo Outro.

Aos membros da banca: Dra. Luciana Lobo Miranda, Dra. Meize Regina de Lucena Lucas e Dr. Marcio Acselrad, pelas contribuições que libertaram este trabalho das minhas amarras e o tornaram certamente melhor.

Ao laboratório LAPSUS, lugar frequente de minha escrita. Pela sua silente escuta aos meus devaneios, por propiciar a quietude necessária à escrita deste trabalho e pelos encontros casuais que tornavam os dias mais produtivos.

Aos professores e hoje amigos, João Vítor Moreira, Angela Andrade e Silvério Karwowski, pelo apoio, confiança e inspiração que serviram ao desenvolvimento deste trabalho e influenciaram a minha trajetória profissional e pessoal. Aos também professores e amigos, Pablo Severiano Benevides e Aluísio Ferreira Lima, pelas provocações, inquietações e indicações que muito me fizeram pensar.

Aos meus pais, Casemiro Silva Neto e Norah Maria Veras Monteiro, meus “mitdirsein”. Os que foram tanto para que eu pudesse ser outras coisas, os que responsabilmente me substituíram em minhas fragilidades para que chegasse onde pude chegar; eles que foram comigo e para mim.

Ao meu irmão Igor Monteiro Silva, por dar “carne e sangue” ao meu pensamento, por ancorar o meu sobrevoos, por corporificar minhas ideias, por empiricizar meu racionalismo, por nossos pais terem produzido uma moeda onde você é “o coroa” já que é o mais velho.

À Beatriz Sernache de Castro Neves, companheira de meus melhores anos, testemunha de nossa trajetória. Agradeço por todas as vezes que enfrenta o meu mau humor, libertando-me

de mim mesmo, quando quero ficar em casa e você me leva a sair como quem diz: “vamos, o mundo não acaba aqui”.

A minha família extensa, sobretudo a minha avó Marlene Veras, sinônimo de fortaleza e sinceridade; as minhas tias Lena, Ismênia e Erika, pela vanguarda e valentia do feminino. Ao tio Jorge, pela humildade e perseverança. Ao meu primo Alexandre Veras, pela honestidade e doação desinteressada.

Aos meus amigos. À Renata Bessa, minha alma feminina que me permite real companhia na correria desse mundo “avexado”. À Jessica Caneiro, pela coragem e pela minha admiração a sua capacidade de espantar-se consigo mesma. A Vinícius Furlan, pela autenticidade com que leva a vida, demonstrado, inclusive, pelo seu “descolado” vestuário. À Denise Neiva, por sua espontaneidade singular. A Kércio Prestes, por “só gostar de mim e do Manel” – segundo um amigo querido –, pela simplicidade, disciplina e erudição, artigos em extinção. A Emmanuel Messias, porque trazemos equilíbrio à força. A Pedro Santos, pela força e luta contra a injustiça, pelos sempre bons encontros, pelo cuidado e pelas piadas ruins. A André Luiz, por ser uma alma nobre e de coração puro, o único de nós que certamente usaria uma “nuvem voadora”. A Luiz Carlos, Heitor Antunes, Eduardo Sampaio, Gabriel Santos e Higor de Paula, por uma longa trajetória de amizade, pelo companheirismo e, acima de tudo, pela lealdade.

“Sou um contrabandista dos saberes, é por isso
que os guardas das reservas atiram em mim”
(Edgard Morin).

RESUMO

A presente dissertação tem como tema de investigação a *Alteridade nas Famílias Contemporâneas*, dessa forma, objetiva refletir sobre o lugar do *Outro* na família a partir das contribuições do pensamento de Emmanuel Lévinas em sua *ética da alteridade radical*. Apresenta como problema de partida as mudanças experimentadas nas sociedades contemporâneas, principalmente no que diz respeito às relações de confiança. As sociedades contemporâneas, com suas características específicas em relação às modernas, apresentam alterações nas experiências de tempo e espaço. Tais modificações tornaram possíveis saberes e técnicas que parecem incidir sobre uma perspectiva de administração da vida, tendo impactos sobre a forma de interação contemporânea. A relevância deste trabalho se dá a partir da posição centrada e destacada que a família ocupa no cenário contemporâneo. Os sistemas peritos e abstratos – sistemas de excelência técnica e de competência profissional que ordenam o ambiente social e material em que vivemos –, na contemporaneidade, parecem investir no grupo familiar e adentrá-lo, tornando importante uma discussão a respeito de seus alcances e limites em relação aos membros da família e, conseqüentemente, de como este grupo, em específico, posiciona-se ante a alteridade. A metodologia utilizada se baseia nas contribuições da análise fílmica, da Antropologia Visual e na análise da imagem, para que, através da visualização de obras cinematográficas tomadas como *documentos da cultura*, possam ser tocados os elementos necessários para essa investigação. Os filmes *Abril Despedaçado* e *Boyhood* são analisados e foram escolhidos por suas temporalidades e espacialidades distintas com o objetivo de contemplar a diversidade das configurações familiares, bem como traçar um paralelo entre aspectos de permanência e transição nos conjuntos familiares. As obras destacadas permitem a visualização dos momentos de reprodução dos esquemas sociais mais abrangentes reiterados pela família, bem como os momentos de impugnação destes mesmos esquemas, apresentando um sentido ético tal qual nosso horizonte teórico fundamentado na *ética da alteridade radical*. *Abril Despedaçado* apresenta um cenário de transição de um modelo familiar tradicional situando-se em um contexto rural, já *Boyhood* transcorre em um entorno eminentemente urbano passando por diversos modelos de associação familiar.

Palavras-chave: Ética. Família. Contemporaneidade. Análise Fílmica.

ABSTRACT

This dissertation has as research theme the Alterity in Contemporary Families, in this way, aims to reflect on the place of the Other in the family from the contributions of the thought of Emmanuel Lévinas in his ethics of radical alterity. It presents as a starting problem the changes experienced in contemporary societies, especially in relation to relationships of trust. Contemporary societies, with their specific characteristics in relation to modern ones, present changes in the experiences of time and space. Such modifications have made possible the knowledge and techniques that seem to affect a life management perspective, having an impact on the form of contemporary interaction. The relevance of this work comes from the centered and detached position that the family occupies in the contemporary scenario. The expert and abstract systems - systems of technical excellence and professional competence that order the social and material environment in which we live -, in the contemporaneity, seem to invest in the family group and to enter it, making important a discussion about its scope and limits. In relation to the members of the family and, consequently, of how this group, in particular, stands in the face of otherness. The methodology is based on the contributions of film analysis, visual anthropology and analysis of the image, by viewing films taken as cultural documents, so the elements necessary for this investigation can be played. The films *Abril Despedaçado* and *Boyhood* are analyzed and chosen for their temporalities and distinct spatiality in order to contemplate the diversity of family configurations, as well as to draw a parallel between aspects of permanence and transition in the familiar sets. The movies works allow the visualization about the moments from reproduction of the social schemas when it are reiterated by the family, as well as the moments of impugnation of these same schemas presenting an ethical sense as such in the understanding of our theoretical horizon based on the ethics of radical alterity. *Abril Despedaçado* presents a scenario of transition from a traditional family model situated in a rural context, while *Boyhood* takes place in an eminently urban environment passing through several models of family association.

Keywords: Ethics. Family. Contemporaneidade. Film Analysis.

SUMÁRIO

1. DAS NUANCES DO CONTEMPORÂNEO ÀS NOVAS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO DA VIDA: UM PROBLEMA DE SENTIDO ÉTICO	13
2. FAMÍLIA, CIÊNCIA E ALTERIDADE: DA GUINADA CIENTÍFICA E IMPLICAÇÕES DA CIÊNCIA SOBRE A ALTERIDADE À POSSIBILIDADE DE SUA COMPREENSÃO PELA IMAGEM	26
2.1 Do surgimento da sociologia e da história científica ao interesse pela família	31
2.2 Do surgimento da psicologia científica ao interesse pela família	33
2.3 A família em suas relações com a sociologia, história e psicologia	36
2.4 Análise da imagem, antropologia visual e análise fílmica: um mirante possível	37
2.5 Uma primeira paisagem: apresentando breves relações entre imagem, sociedade e conhecimento	38
2.6 Construindo nosso mirante – dos insumos às ferramentas: táticas e estratégias no uso do cinema de ficção	41
3. AS MATRIZES DO PENSAMENTO FAMILIAR: ENTRE A TOTALIDADE E O INFINITO	50
3.1 As matrizes sócio-antropológicas	52
3.2 As matrizes psicológicas	59
3.3 A Escola de Annales	66
3.4 Reflexões sobre as matrizes do pensamento familiar: os alvos contemporâneos	69
4. AS MODIFICAÇÕES NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA – UMA REVISÃO DO QUE É DITO SOBRE A FAMÍLIA ENTRE 2010 E 2015	73
5. FAMÍLIA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	86
5.1 A mudança nas relações de confiança - Risco, Performance e Controle: as coordenadas do contemporâneo	86
5.2 Desencaixe e transformações nas associações íntimas	97
5.3 Fronteiras frágeis: dos átomos daltonianos à fissão dos núcleos	101
6. A ÉTICA NAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS	111
6.1 A ética da alteridade radical	111
6.2 Das nuances de uma ontologia do presente aos vestígios de sentido ético	122
6.3 Análise Fílmica	123
a) <i>Ser e outro que ser em um Abril Despedaçado</i>	123

a.1)	<i>Ser Breves: interesse, honra e aprisionamento</i>	125
a.2)	<i>De outro modo que Breves: da substituição à libertação</i>	130
b)	<i>Um circuito de sociabilidades íntimas: Boyhood – da infância à juventude</i>	133
b.1)	<i>Sobre Boyhood e as sociabilidades íntimas: entre a vizinhança do mesmo e a hospitalidade ao outro – do interesse à responsabilidade</i>	136
b.2)	<i>Uma primeira sociabilidade íntima: a família monoparental</i>	136
b.3)	<i>Uma segunda sociabilidade íntima: a família extensa</i>	138
b.4)	<i>Uma terceira sociabilidade íntima: a família reconstituída 1</i>	139
b.5)	<i>Uma quarta sociabilidade íntima: a família reconstituída 2</i>	144
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	157

1. DAS NUANCES DO CONTEMPORÂNEO ÀS NOVAS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO DA VIDA: UM PROBLEMA DE SENTIDO ÉTICO

Este trabalho de dissertação anuncia nossas pretensões de refletir acerca da *Alteridade nas Famílias Contemporâneas*, levando em conta as contribuições do filósofo franco-lituano Emmanuel Lévinas. E, nessa perspectiva, pensar o *Outro* em família é já pensar também o seu sentido ético, condição que abordaremos mais adiante. Assim, partimos do entendimento de que a sociedade contemporânea e sua forma de organização assume características específicas em relação a outros períodos históricos, propiciando experiências distintas e singulares que possibilitam pensar a(s) formas(s) como se apresentam essas transformações.

A relação entre família e sociedade não deve soar como novidade, posto que ao longo da história é possível notar o papel articulador de ambas na construção de uma *realidade* que se apresenta ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. Essa construção deve ser tomada em seu aspecto dialético e dinâmico, composto de momentos de exteriorização, objetivação e interiorização, nos quais as relações cotidianas e rotineiras confirmam, reafirmam e revalidam continuamente os contornos da realidade social (BERGER; LUCKMAN, 1998).

Destacamos que não nos situamos em qualquer tradição essencialista de família, mas, sim, tomamo-la em seu aspecto de trânsito, que guarda relações com as transformações sociais mais amplas. Também nos resguardamos de qualquer concepção estratigráfica que proponha um encadeamento progressivo nas relações entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Geertz (1989) tece uma crítica a esse modelo de compreensão, o qual toma o homem como um ser composto de níveis em superposição, como se fosse possível, através de uma escavação, encontrar os elementos fossilizados dos demais níveis em uma espécie de depósito evolutivo que levaria ao encontro de universais em um *consensus gentium*, um consenso para toda a humanidade.

Não se trata aqui, portanto, de tentar identificar pontos invariantes de referência na família que sirvam de ancoragem para uma reflexão sobre as suas relações com seus membros e o lugar da alteridade nelas. Como Geertz (1989), não partilhamos da tese de que existam universais da cultura que se fundamentam em necessidades subjacentes. O fato de que uma sociedade precise de membros para existir não garante necessariamente um vínculo direto entre o ato da reprodução e algum tipo de desenvolvimento institucional como a família.

Diante do exposto, apresentamos alguns pontos de transformação no cenário contemporâneo para, a partir dessa configuração, pensarmos sobre as questões referentes à alteridade. Destacamos, principalmente, os processos de industrialização, urbanização e desenvolvimento tecnológico (GIDDENS, 1991) que, em seu desenvolvimento e continuidade, possibilitaram uma Modernização Reflexiva (GIDDENS, 2012). Porém, muitos outros poderiam ser citados, como as mudanças de atividades primárias (agricultura) para secundárias (industriais) e terciárias (serviços), além da mobilidade social e a transformação do *status* e do papel da mulher na sociedade, ou mesmo o nível de escolarização (BELTRÃO, 1970).

Como é discutido por Fridman (2000), a contemporaneidade, ou a experiência contemporânea, difere da tradicional ou da moderna, justamente ao interpelar noções, hábitos e instituições antes tomadas como imóveis. É, assim, por exemplo, com as noções de tempo e espaço, bem como com as de relacionamento, afeto e família (GIDDENS, 1993). O principal objetivo deste trabalho é, portanto, compreender qual o lugar ocupado pela *alteridade* nas famílias, tendo em vista a nova ordem social vigente, ou como se dá o sentido ético nas famílias contemporâneas.

Embora essas duas assertivas pareçam sugerir objetivos distintos, o que poderia tornar este trabalho demasiadamente amplo e ambicioso, ratificamos que, dentro da perspectiva de Emmanuel Lévinas, o acontecimento ético se dá no *frente-a-frente* com o *Outro*, um tipo de resposta dispensada à *Alteridade* e convocada por ela. Não há aqui, portanto, como dissociar *Alteridade* e *Ética*. Pensar sobre o tratamento dispensado à *Alteridade* nas famílias contemporâneas é já convergir a uma reflexão de sentido ético.

A relevância deste trabalho evidencia-se pelo lugar de destaque assumido pela família contemporânea nos mais variados segmentos da sociedade. A família é considerada: **presença relevante na adesão a tratamentos** – unidades de terapia intensiva (MOLINA; BERCINE *et al.*, 2007), terapia hemodialítica (MALDANER; BEUTER; BRODANTI *et al.*, 2008), tratamento da hipertensão arterial (BARRETO; MARCON, 2014), tratamento de transtornos do comportamento alimentar (SOUZA; SANTOS, 2012) –; **lugar privilegiado de atenção nas políticas públicas** – Bolsa Família¹, PAEFI², ESF³; **espaço de disputa político-institucional** – discussões na comissão de família da Câmara dos Deputados a respeito do Estatuto da Família (PL 6583/2013); **meio para estabilização social** – a família hodierna

¹ Programa de transferência de renda do Governo Federal do Brasil, sob condicionalidades.

² Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

³ Estratégia de Saúde da Família.

utiliza-se de conhecimentos científicos especializados para solucionar problemas psicológicos, fisiológicos e educacionais, que poderiam vir a desestabilizar a forma família bem como a sociedade (BELTRÃO, 1970). O lugar de prestígio atribuído à família possibilita-nos observar como as expectativas sociais lançadas a esse grupo específico são amplas e parecem centralizar nela um papel extremamente importante na constituição de uma nova sociedade.

Por isso, é interessante perceber como essas mudanças vêm tornando-se matéria de investigação social, ocupando também, cada vez mais, a cena artística atual. A arte, desse modo, não se afirma como esfera autônoma, fora do mundo social (RODRIGUEZ, 2010), ao contrário, das tramas sociais é que ela se nutre. Considerando essas aproximações, a proposta de investigação em questão toma o cinema como empiria privilegiada. Ou seja, para pensar sobre a questão da alteridade nas famílias contemporâneas, dois filmes foram escolhidos. Dessa representação estética é que as reflexões sobre ética, família e contemporaneidade se estruturam.

Os filmes escolhidos podem ser concebidos sob o rótulo de cinema contemporâneo, no entanto, expressam figurações plurais de família, inclusive ambientando-se em temporalidades e espacialidades distintas. Tal escolha é deliberadamente concernida com o citado caráter plural da família, sendo os filmes eleitos uma interessante matéria para pensar permanências e transformações, choques e conflitos, afirmações e ressignificações e suas reverberações na constituição da maneira de relacionar-se da coletividade, da própria família, bem como seus impactos na subjetividade dos membros que a compõem. Destacadamente, as obras escolhidas foram: *Abril Despedaçado*⁴ (2001), dirigido por Walter Salles, e *Boyhood*⁵ (2014), dirigido por Richard Linklater.

O que mobiliza esta investigação são as peculiaridades e distinções da sociedade contemporânea, diante do que ressaltaremos algumas de suas características para que, assim, consigamos delinear nossa problemática de pesquisa. De forma geral, podemos dizer que a contemporaneidade parece expressar estratégias de administração da vida dos sujeitos.

A sociedade contemporânea apresenta-se como um desafio, sua expressividade complexa e sua forma de manifestação plural dificultam um delineamento mais preciso de seus contornos. Diante das diversas formas de abordar o tempo atual, podemos citar como

⁴Abril Despedaçado é um filme brasileiro, livremente inspirado no livro homônimo do escritor albanês Ismail Kadaré. Adaptado para o sertão nordestino, o filme narra a rivalidade entre duas famílias locais cujos membros juram vingança e travam duelos que se perpetuam ao longo de gerações.

⁵ Boyhood é um filme norte-americano. A história percorre a vida do garoto Mason Júnior, da infância à juventude, abordando seu relacionamento com os pais e seus distintos sistemas familiares que vão associando-se ao longo da narrativa, bem como suas descobertas, experiências e seus conflitos.

exemplos as ideias de Giddens (1991) a respeito de uma reordenação reflexiva em nosso tempo, operando, principalmente, sobre as ideias de risco e confiança; e as de Lyotard (1998), apontando para uma crise das metanarrativas que estruturavam o mundo social em uma época anterior, a partir de uma discussão sobre o campo do saber e seu desdobramento nos vínculos sociais.

Entretanto, outras importantes perspectivas também podem ser vistas, como no trabalho de Jameson (1997), apontando para uma revolução cultural dentro do próprio sistema capitalista; nas discussões de Bauman (1998a), que se refere às tensões entre ordem e liberdade em tempos de fluidez das relações interpessoais; além da perspectiva de Hall (2000), em seus estudos da Antropologia Cultural, desembocando no *descentramento do sujeito*; ou mesmo Tourraine (1994), na oposição entre subjetividade e racionalização.

Não é de nosso interesse versar sobre todas as alternativas e possibilidades de delineamento do contemporâneo, no entanto, faz-se interessante ressaltar a existência de uma agenda semelhante entre essas proposições que, independente de seu ponto de partida, encontram-se com questões parecidas.

Segundo Lévinas (2009), há uma relação intuitiva que traz uma questão ontológica fundamental: a produção de saber sobre alguma coisa já denuncia a existência da própria coisa. Diante disso, o encontro com essas questões semelhantes, advindo das mais diversas possibilidades de leitura do contemporâneo, surgem para nós como a garantia de existência de algo substancial neste período em que vivemos, algo que não pode ser negligenciado e considerado apenas um epifenômeno.

Tal conjunto de saberes dispostos sobre a contemporaneidade se aproximam no que diz respeito à vivência distinta da experiência de tempo e espaço. As palavras crise, insegurança, instabilidade e risco tornam-se comuns nesses estudos, logo, são possibilitadas reflexões a respeito de como as experiências diferenciadas nessas dimensões repercutem na vivência contemporânea atravessadas por um contexto instável.

São essas experiências diferentes que para nós possibilitam novas organizações da sociedade, da família e dos sujeitos. Consequentemente, anunciamos que três ideias nos parecem fundamentais para discutir as mudanças de uma sociedade que se organizava de forma moderna para uma forma mais contemporânea, quais sejam: a mudança das *Metanarrativas* para a *Performance*; a mudança da *Disciplina* para o *Controle*; e a mudança do *Infortúnio* para o *Risco*.

Nesse sentido, apontamos que, ao contrário do que imaginavam os iluministas (modernos), torna-se possível observar que o avanço da razão não trouxe o estado de

felicidade e segurança esperado, e que a produção do conhecimento nos diversos campos da humanidade produziu novos dilemas. A industrialização, a urbanização e o desenvolvimento das novas tecnologias se apresentam como alguns dos fatores que operaram um deslocamento na posição das sociedades modernas. A dimensão da confiança, a qual se construía através dos vínculos *face-a-face*⁶, modificou-se para um espaço de transformações e fissuras constantes (FRIDMAN, 2000).

Do ponto de vista dos saberes, a crise das *metanarrativas* provocou na sociedade contemporânea uma produção maciça de *especialismos*, transformando a busca pela “verdade” em uma busca pela *performatividade*, operando com a necessidade de se administrar as condutas através de desenvolvimento de métodos, no intuito de obter uma maior eficiência (LYOTARD, 1998).

Deleuze (1992), ao tecer uma discussão sobre a sociedade atual, apresenta o termo *Sociedade do Controle* para designar um contexto de crise generalizada e anúncios constantes de reformas supostamente necessárias. Essas denunciam que a organização social está sendo articulada agora por outras forças; as novas forças implicam em um controle contínuo. Não há mais uma noção de término, e sim de constante revisão e de formação permanente. A noção de concorrência apresenta-se como central para esse novo modelo de controle.

O aparecimento da noção de risco, com caráter sempre iminente, provocou transformações na intimidade contemporânea, deslocando a credibilidade e a confiança do âmbito da tradição, das relações de parentesco e da comunidade para sistemas peritos, os quais também se apresentam de forma volátil, sendo constantemente atualizados por novas informações e descobertas. As constantes atualizações garantem o estatuto de confiança desses sistemas, promovendo modificações tanto globais quanto locais e incidindo em formas de administrar a vida coletiva em dimensões cada vez mais amplas. Tais operações podem ser observadas na tendência à mudança dos laços entre pais e filhos, na sexualidade, e nas relações de amizade, por exemplo (GIDDENS, 1991).

Toda essa conjuntura social pela qual atravessa a contemporaneidade, estando cercada por um ambiente de crise, propicia o aparecimento do especialista enquanto figura central, estando sob sua égide a confiança e a fé, que regulam os hábitos cotidianos e íntimos, como o amor, o sexo, as maneiras de se vestir e as relação com o trabalho (GIDDENS, 1991).

⁶ A relação face-a-face que descrevemos aqui diz respeito às experiências e vivências concretas dos sujeitos em que seu maior tempo de vida lhes garantia um estatuto de sabedoria em uma sociedade estável, logo, as chaves para a relação com os eventos do futuro seriam encontradas na sabedoria do passado e da tradição.

A Família, portanto, inserida nesse contexto social, torna-se também objeto de investida dos saberes especialistas e sistemas peritos, os quais, sob o argumento da segurança, em oposição ao risco e em nome de uma melhor *performance*, operam intervenções na forma de funcionamento familiar. Podemos observar tais ações desde a participação na adesão a tratamentos, passando pelas políticas públicas, pelo espaço de disputa política na garantia de direitos, até a estabilização da sociedade. A Família e a Sociedade Contemporânea em suas formas hodiernas convocam a ciência em seus múltiplos especialismos para assegurar nosso mundo social.

A forma como se organizam essas investidas parece sugerir certos tipos de expectativas sobre o agrupamento familiar, sendo esse meio estratégico para a efetivação e implementação de algumas ações específicas de administração de riscos. Essas expectativas parecem consistir, como no entendimento de Carvalho (2002), no fato de que, muitas vezes, a família é dimensionada como um *locus* a ser protegido e que pode vir a fortalecer ou esfacelar as possibilidades de crescimento e potencialidade de seus membros, tendo, assim, impactos sobre a sociedade. Ou mesmo na perspectiva de Romanelli (2002), que entende a forma de organização familiar como um importante meio de condução do processo de socialização dos menos experientes e menos vividos, de forma a transmitir valores, normas de conduta e orientá-los com o objetivo de produzir sujeitos dotados e conhecedores de seus direitos e deveres, tanto no espaço doméstico como no público.

Essa conjuntura, apresentada até então, fundamentada em noções de mudança constante, de riscos e de crise, parece solicitar continuamente modos de administração do cotidiano sustentados com muita frequência sob o argumento da segurança. Assim, para tornar a vida nesta sociedade segura são necessárias a construção e adesão a modelos e formas específicas de conduta. Mas como tudo o que foi mencionado e delineado por nós, até então, surge como um problema a ser investigado a partir do campo da Ética?

De uma forma geral, o campo da Ética apresenta reflexões sobre os costumes, as condutas e as realizações comportamentais, trazendo à tona as tensões entre o indivíduo e a sociedade. A liberdade apresenta-se nesse campo como tendo caráter destacadamente central (VALLS, 1994). Se o campo da Ética se constitui neste lugar – das condutas realizáveis e das tensões na relação entre indivíduo e sociedade –, reconhece, então, como possibilidade, uma multiplicidade de expressões humanas. Se assim não fosse, se a multiplicidade de condutas não fosse potencialmente realizável, qualquer discussão sobre Ética não seria pertinente, pois só haveria um caminho possível e uma maneira de realizá-lo, excluindo não só as possibilidades de escolha como a tensão entre as escolhas distintas. O reconhecimento da

multiplicidade e a efetivação de uma dessas muitas possibilidades trazem consigo o exercício da vivência da escolha, sendo ele representativo da liberdade.

Entretanto, aqui nos cabe ressaltar nossa perspectiva. Como já anunciado no início, pretendemos nos utilizar das contribuições do filósofo Emmanuel Lévinas em um modo de pensar conhecido como *A Ética da Alteridade Radical*. Ainda no esteio das reflexões éticas, a questão da liberdade se faz central, no entanto, o pensamento levinasiano propõe um ponto de inflexão importante, invertendo a tradição do pensamento nesse campo. Para Lévinas (2009), a liberdade do Outro é que é central, sendo qualquer investida sobre ela tomada como uma ofensa real.

Contudo, tradicionalmente, o tema da liberdade, em uma explicação simplificada, aparece como um produto da autonomia possibilitada por um *Eu Racional*, em que a dimensão da responsabilidade se presentificaria como uma consequência da liberdade alcançada, a qual foi possível pelo pensamento. Nesse esquema mais tradicional, podemos citar como exemplos o pensamento kantiano nos desdobramentos de seu *Imperativo Categórico*, encontrado na obra *Crítica da Razão Prática*, de 1788 (2003), ou mesmo no pensamento sartreano, na ideia de *um homem legislador do mundo*, na ideia de que *a existência precede a essência*, a qual culmina numa aproximação entre o ato da escolha, propriamente dito, e o investimento ético-moral presente nesse mesmo ato. Tal pensamento pode ser encontrado na obra *O Existencialismo é um Humanismo* (1987).

No pensamento levinasiano é justamente o contrário: a liberdade está subordinada à responsabilidade. Para Lévinas (2009), há na constituição do pensamento o reconhecimento da exterioridade, posto que o pensamento se dirige para um *fora-de-si*. Entretanto, existe também no próprio pensamento, que se faz em ato, uma nostalgia do *Uno* que é operada pela adequação entre pensamento e pensado (entre os crivos do pensamento e o objeto pensado).

Dessa forma, entendemos que o pensamento, ao mesmo tempo em que é reconhecimento da exterioridade, é também sua adequação à racionalidade do sujeito pensante. Há, então, um encerramento do exterior na interioridade das regularidades que possibilitam o pensamento. Logo, pode-se entender que pensar é operar no reconhecimento daquilo que é diferente da unidade entre pensamento e pensado, tentando fazer convergir toda multiplicidade a essa mesma unidade, tornando-se um imperativo a liberdade do que é exterior, transformando-a em uma regularidade na interioridade do pensamento.

O que nos parece importante aí é que, diferente das outras formas de se abordar o campo da Ética, não estaria no pensamento a condição da liberdade, já que ele a encerra em um espaço de regularidades específicas e oriundas dos crivos de inteligibilidade que

compõem o pensar. A responsabilidade por outrem seria a possibilidade de sair desse encerramento, respondendo ao outro, ao exterior, e não o adequando a um *Eu Pensante*. Sair das regularidades do *Eu Penso* abrindo-se para responder pelo *Outro* que nos convoca. O *Outro* que, em sua exterioridade, marca sua diferença e pode traumatizar os limites do *Eu* e as regularidades do pensamento.

Lévinas, nas obras *Totalidade e Infinito* (1980), *Ética e Infinito* (1982), *Transcendência e Inteligibilidade* (1991), *Entre Nós* (2009), e *De Outro Modo que Ser* (2011), persegue a possibilidade de um “pensar outramente”, não de um pensar de outra forma por outros crivos de inteligibilidade. “Pensar Outramente” seria falar sobre as vias de escape desse encerramento dos esquemas do *Eu Pensante* onde a Ética entendida como uma filosofia primeira é fundamental. A responsabilidade, para ele, na qual se inscreve a Ética, seria uma dessas possibilidades.

Diante do exposto é que podemos entender a ideia presente em *Ética e Infinito* (1982) de que as relações sociais não podem ter a mesma estrutura que o conhecimento, pois o conhecimento encerra os sujeitos em si mesmos transformando o exterior em interior, o diferente em igual, enquanto a responsabilidade liberta. A partir dessa breve explanação, pretendemos discutir que relação a contemporaneidade constitui e apresenta na interação entre a família e seus membros. A visualização do tratamento dispensado à alteridade é, aqui, portanto, fundamental, bem como a ordem em que se inscreve, seja ela uma ordem do conhecimento totalizante ou da responsabilidade que reconhece a alteridade e aponta um sentido ético. Retomaremos essa questão posteriormente.

Temos, então, um problema que se insinua em nossa sociedade atual, que é a exacerbação da anonimidade operada pelas táticas e estratégias de estabilização da nossa forma de viver contemporânea (administração de riscos); a racionalidade presente no pensamento contemporâneo que converte o diferente no semelhante. Segundo Souza (2012), há um fato que pode ser observado em nossa sociedade que é a tomada das pessoas como corpos, não mais que corpos, que são espessuras envoltas por vultos ou silhuetas.

A administração das massas (das populações, das pessoas como corpos), como estratégia e tática de organização sócio-política, produziu uma perda das capacidades de expressão dos sujeitos, “pois ao individualismo moderno, em última análise, repugna a possibilidade de que o indivíduo funcional possa extrapolar a razoabilidade predeterminada das lógicas de poder exigidas pelas configurações econômicas e sociais que a modernidade tardia assume como sua” (SOUZA, 2012, pp. 13-14).

As formas de intervenção⁷ na contemporaneidade, embora possam apresentar variações, organizam-se em torno de um eixo comum, o qual, através de um crivo de inteligibilidade legitimado por saberes especializados, produz uma leitura dos agentes sociais e age com o objetivo de operar transformações. Essas intervenções, em geral, parecem visionar a regulação de uma multiplicidade de possibilidades de viver em uma ou algumas poucas variações que seguem e se articulam a uma lógica. Em nosso caso, destacam-se a *Performance* e a *Gestão de Risco*.

Bauman anuncia importante elemento que nos auxilia no entendimento de como o problema ético presente na contemporaneidade pode inscrever-se em nossas vidas de forma sutil. Em sua obra *Modernidade e Holocausto* (1998b, p. 38), ele afirma: “Precisamos avaliar a evidência de que o processo civilizador é, entre outras coisas, um processo de despojar a avaliação moral do uso e exibição da violência e emancipar os anseios de racionalidade de interferências de normas éticas e inibições morais”.

Dessa forma, parece ser colocado em questão que, a partir de uma racionalidade específica e de suas regras de funcionamento, a violência se legitima através do discurso lógico. Em nome de um “bem” que será alcançado por tal racionalidade, permitimos alguns tipos de investidas violentas, ou mesmo não as reconhecemos como violentas. O que está em jogo nos processos civilizatórios é a subordinação da violência a um tipo de razão que legitima a sua possibilidade por encadeamentos lógicos, tais quais os citados até aqui.

Retomaremos, algumas noções do pensamento levinasiano em sua *Ética da Alteridade Radical* para refletir como a forma de viver contemporânea apresenta elementos de descaracterização da *Alteridade*, evidenciando, portanto, conflitos de natureza ética. Caracterizamos as formas de administração da vida como um problema para a dimensão da *Alteridade* e para uma ordem ética. Tomaremos aqui as racionalidades já apresentadas (*Performance e Gestão de Riscos*) e a lógica intrínseca a elas, como expressões da totalização, onde a *Alteridade* em sua exterioridade é capturada pela lógica da *Mesmidade*, sendo o *Outro* reduzido e transformado no mesmo. Lévinas (1982) tece uma crítica à totalidade, pois a entende como uma tentativa de síntese universal, procurando reduzir todas as experiências e significações a uma unidade, em que a consciência viria abranger todo o mundo – não deixando nada de fora – e formando um pensamento absoluto.

⁷ Não negamos a ideia de que em outros períodos históricos existissem estratégias de intervenção e regulação da vida, entretanto, assumimos que a contemporaneidade apresenta maneiras específicas e próprias na operação de suas intervenções sociais. Essas particularidades serão melhor exploradas ao longo deste trabalho.

A categoria principal e fundamental do pensamento de Emmanuel Lévinas é a *Alteridade*, estando sempre referenciada de maneira explícita ou implícita. As ideias a respeito de *pensamento, responsabilidade, ética, infinito, rosto, justiça, exterioridade, liberdade, subjetividade, assimetria* e tantas outras estão sempre relacionadas com a questão do *Outro*. Entretanto, podemos também anunciar o desafio que é conceituar precisamente *Ética* e *Alteridade* em seu pensamento. Entendemos que essa dificuldade presente na atribuição específica de significados a essas categorias é a marca de um texto que pretende trazer para si, a todo momento, não uma definição, mas um sentido, um fluxo característico de sua oposição à tradição da filosofia que se fundamentou na ideia do *Ser*.

Lévinas (2011) deixa clara sua posição contrária ao classicismo grego que vem sendo repostado com algumas rupturas, mas que, de forma geral, ainda produz uma filosofia sustentada no *Ser*. Segundo o próprio Lévinas (1982), suas intenções não são a de construir uma *Ética* e desenvolvê-la como uma filosofia programática, mas, sim, a de encontrar o seu sentido. As reflexões presentes neste trabalho estão atravessadas por essa perspectiva e propõem-se diante desses conceitos, ou quase-conceitos – tomando emprestado a nomenclatura derridiana (1973) para nos tornar mais fiéis à proposta de Lévinas de não encerramento – marcar uma escuta ética nas relações das famílias contemporâneas.

Dessa forma, temos, a partir da obra *Totalidade e Infinito* (1980), o entendimento de que Lévinas não toma a *Alteridade* como o inverso da identidade, nem como resistência ao império do mesmo; seria ela, então, anterior a toda iniciativa, posto que, se assim não fosse, não seria propriamente a *Alteridade*, mas uma identidade diferente, composta em uma comunidade de fronteiras ainda dentro do sistema do mesmo. O absolutamente outro para ele, a *Alteridade*, não existe enquanto um *Eu*, não faz número com outros *Eu*, o *Eu* e o *Outro* não são indivíduos de um conceito comum. O *Outro* não é um outro *Eu*.

Consideramos, então, que, a *Alteridade* assumiria forma concreta na expressão do *Rosto* do absolutamente *Outro*, daquele que não é sintetizável, o qual meu intelecto não é capaz de compreender partindo de suas próprias leis. É através da categoria da *Alteridade* expressa pelo *Rosto* que o acontecer ético toma seu sentido. A *Alteridade* apresenta a exterioridade daquilo que é externo a minha possibilidade de representar, carrega a ideia de estranheza, de separação radical. O *Outro* é fundamentalmente estranho, um antirreflexo do *Mesmo* (SOUZA, 2004).

Outra categoria chave para a compreensão do pensamento levinasiano é a assimetria. “Se o *Outro* não determina ontologicamente o *Mesmo*, o *Mesmo* não determina eticamente o *Outro*” (SOUZA, 2004, p. 172). O que pretendemos esclarecer com isso é que,

para a dimensão da *Alteridade*, não cabe a definição do *Ser* e a organização do seu estatuto de forma lógica, como ao *Ser* é vedada a possibilidade de relação com o *Outro*, sem a passagem por uma reflexão. O ato de refletir retorna a si mesmo, destituindo o caráter de exterioridade do *Outro*, violentando-o e reduzindo-o ao mesmo e perdendo-o na sua condição de *Alteridade*. O *Ser* relaciona-se com o *Outro* sempre na tentativa de domá-lo e o *Outro* se relaciona com o *Ser* sempre de forma a traumatizá-lo.

A reponsabilidade, como já anunciado anteriormente, também assume posição central na discussão ética levinasiana, no sentido de que pelo *Outro* somos sempre responsáveis e nossas responsabilidades não têm limite. A responsabilidade por outrem é uma estrutura essencial e primeira da subjetividade. A ética não seria suplementar a uma base existencial prévia, e é nela, entendida como responsabilidade, que se dá o nó subjetivo (LÉVINAS, 1982). “A condição ética se daria então na abertura ao outro, dada originariamente como condição de possibilidade de toda subjetividade. Pré-reflexiva e pré-ontologicamente, o sujeito é já um sujeitoado, em dívida para com outrem, intimado a responder em seu nome” (FREIRE, 2002, p .39).

Dessa perspectiva, podemos notar que a *Ética da Alteridade Radical* tem seu sentido na relação do frente-a-frente, no aparecimento do *Rosto*. No entendimento de Lévinas (1982), o acesso ao *Rosto* é, antes, um acontecimento ético. Tal característica revela um caráter social em suas preocupações que, inclusive, levaram-no a pensar em uma relação estreita entre Filosofia e problemas sociais. A relação do frente-a-frente apresenta uma dimensão social que nos permite refletir sobre a questão da *Alteridade* nas *Famílias Contemporâneas*, na forma como a família se posiciona frente a seus membros, ou seja, frente à *Alteridade*. Partindo do frente-a-frente entre os membros da família, tentamos, então, analisar essas interações e em que medida se apresentam na forma de *Socialização*⁸ ou como possibilidades de *Socialidade*⁹.

⁸ Seguimos, aqui, o entendimento de Berger e Luckman em sua obra *Construção Social da Realidade* (1998), sendo a Socialização o processo ontogenético pelo qual estabelece-se uma forma complexa de interiorização, que consiste na introdução de um indivíduo no mundo objetivo da sociedade ou de um setor dela. Ou seja, apreensão de processos subjetivos de outrem como acontecimentos objetivos.

⁹ Para o termo Socialidade, seguimos o entendimento de Lévinas (1982, p. 45): “Há no conhecimento, ao fim e ao cabo, uma impossibilidade de sair de si; portanto, a socialidade não pode ter a mesma estrutura que o conhecimento”. Para o autor, a Socialidade não tem a mesma estrutura do conhecimento, já que o conhecimento tem como característica o ato de adequação entre pensamento e o que ele pensa. O aspecto do conhecimento se apresenta como luz. Como a iluminação é parte da escuridão que iluminamos para entender, sempre parte de um todo muito maior que ignora as sombras. “A socialidade será uma maneira de sair do ser, sem ser pelo conhecimento” (LÉVINAS, 1982, p. 45), ou seja, a socialidade é a possibilidade de relacionar-se de outra forma que não pelo conhecimento.

Entendemos que na diferença e relação entre estas duas ideias – *Socialização* e *Socialidade* – estão presentes as tensões do mundo social, a dinâmica entre o Mesmo e o Outro. Na socialização, o Mesmo é interiorizado pelo Outro, enquanto a socialidade seria a possibilidade de responder ao outro a partir da deposição do próprio Eu, que conferiria outra forma de relação para além dos domínios do saber, estando fundada na responsabilidade.

Por fim, apresentamos a ideia de que a *Totalidade* seria uma espécie de contraposto lógico à *Alteridade* (SOUZA, 2004). O caráter totalizador presente na sociedade atual e suas investidas sobre o grupo familiar trazem a necessidade de investigação a respeito da *Alteridade nas Famílias Contemporâneas*. Ou seja, cabe-se perguntar qual o sentido ético nas famílias contemporâneas a partir das novas experiências que configuram a sociedade hoje.

Diante do exposto, apresentamos a relação entre contemporaneidade, família e ética, em que está situada este trabalho, do qual anunciamos agora os objetivos. Nosso objetivo principal é **compreender o lugar da alteridade nas famílias contemporâneas e o seu sentido ético**. Para tanto, entendemos ser **necessário refletir sobre os regimes de visibilidade que incidem sobre o grupo familiar, bem como suas implicações**. Em seguida, **identificar e analisar as condutas familiares contemporâneas em suas expressões como *Socialização* e como *Socialidade*, ou seja, respectivamente os momentos de reprodução do esquema de controle social vigente e aqueles em que se escapa ao domínio da racionalidade, apresentando resistência aos modelos sociais atuais**.

De forma a alcançar nossos objetivos, propusemos uma metodologia em que, como salientado, utilizou-se dois filmes como espaço empírico privilegiado. Eles, portanto, apresentam-se como o terreno de investigação. Desse modo, existe da parte do pesquisador um investimento em analisar as representações estéticas, nomeadamente as cinematográficas, como matéria de compreensão das relações estabelecidas entre os princípios éticos e as configurações familiares que nelas figuram.

Tomar películas como terreno de investigação poderia implicar, em um primeiro momento, uma ideia errônea de manutenção da apartação entre arte e mundo social, que passa ao largo das pretensões deste trabalho. Aqui, o cinema é tomado como “forma simbólica” (THOMPSON, 1995), produto de um contexto e tributário de um referente. Essa contextualidade e referencialidade, portanto, levam uma obra de arte a relacionar-se diretamente com o fluxo da vida social, constituindo-se como um “documento de cultura” que pode ser também analisado. Na esteira do pensamento de C. Geertz (1989), pretende-se tomar os filmes como textos cujos referentes principais são as configurações familiares e, assim, buscar refletir sobre elas.

Sabe-se que toda obra pode prestar-se a uma variedade de interpretações, mas uma linha argumentativa, uma narrativa específica em cada um dos filmes será priorizada: aquela que versa sobre as relações entre as famílias e sua relação com a alteridade e a ética. Assim, os riscos de “movimentos interpretativos totalizantes”, o que poderia levar o pesquisador a nunca finalizar seu trabalho, começam a ser evitados (VANOYE; GOLLOT-LÈTÈ, 2002).

As obras escolhidas foram *Abril Despedaçado* (2001) e *Boyhood* (2014). Essas expressões artísticas representam contextos culturais variados, repercutindo em formas de organização familiar e de parentesco também diversas, sendo a partir de tais distinções que se apresenta a possibilidade de se pensar, como dito, acerca do tema da conduta ética, bem como sobre formas de “controle social” e “práticas de resistência” experimentadas pelas instituições familiares e seus membros.

Ou seja, em termos metodológicos, o cinema é tomado aqui como fenômeno cultural passível de interpretação, uma vez que é revelador de traços culturais, normas de condutas, modalidades de explicação e significação da vida cotidiana. E em sua representação sobre a “família” – situando-se em diferentes contextos culturais e temporalidades – as obras citadas emergem como espaços empíricos, terrenos de investigação a serem visitados no intuito de se refletir sobre os contornos da experiência familiar na contemporaneidade.

2. FAMÍLIA, CIÊNCIA E ALTERIDADE: DA GUINADA CIENTÍFICA E IMPLICAÇÕES DA CIÊNCIA SOBRE A ALTERIDADE À POSSIBILIDADE DE SUA COMPREENSÃO PELA IMGEM

O tema família, atualmente, tem importante espaço em quase todos os campos do saber, entretanto, tradicionalmente, encontra lugar destacado e central na Sociologia, História e Psicologia. Essas disciplinas dedicaram esforços importantes e ocuparam-se de executar investigações rigorosas acerca desse complexo agrupamento. Tal fato é facilmente confirmado pela presença de obras consideradas seminais e sua implicação no estímulo e inspiração do volume atual de produções sobre a temática.

Contudo, a família nem sempre gozou de posição destacada nesses campos de estudo. Nos trabalhos mais recentes, parece ser reconhecido o lugar estratégico do grupo familiar que, em sua forma de organização e expressão, reúne importantes elementos de compreensão sobre a história da humanidade; da sociedade em suas instituições, estruturas e formas de arranjo; e dos indivíduos em suas atitudes e comportamentos.

Pretendemos abordar, brevemente, neste capítulo, as características pré-científicas dessas disciplinas, bem como traçar seus contornos científicos, apontando as implicações dessa nova discursividade nos modos de presença das famílias contemporâneas. Assim, partiremos de seu estágio pré-científico, caracterizando preocupações mais iniciais e fundantes, passando pelas condições que possibilitaram o aparecimento geral das ditas ciências humanas e, por fim, especificadamente, os eventos que possibilitaram a solidificação do estatuto de ciência da Sociologia, da História e da Psicologia, chegando ao momento em que sinalizamos, através de um autor e obra, o aparecimento da família enquanto tema de investigação e interesse concreto por parte desses saberes.

Entendemos que o tema família, em algumas situações, é mencionado anteriormente às obras e aos trabalhos propostos pelos autores que citaremos mais adiante, então seria, além de improvável, irresponsável de nossa parte garantir que os relatos históricos da antiguidade, em sua diversidade, não contemplassem esse tema sem uma pesquisa rigorosa. Citamos como exemplo Augusto Comte, na Sociologia, que, segundo Segalen (1996), sinaliza para os primórdios de uma *sociologia da família*. Comte denuncia o enfraquecimento da autoridade parental, onde a teoria sociológica da família poderia ser reduzida à análise de dois aspectos sustentados na condição que diz respeito aos elementos que instituem a família e aqueles que a mantêm. Tais aspectos são encontrados na subordinação dos sexos e na subordinação etária. Com isso, queremos dizer que o tema família pode estar presente em

situações diversas das que apresentaremos em seguida, mas, antes delas, sua presença é sutil e menos substancial.

A Sociologia, ainda em estágio considerado pré-científico, exhibe-se próxima à Filosofia Social e, após a influência do Renascimento, mostra um novo pensamento, mais desvinculado dos aspectos religiosos. Esse dirige-se a dissecar uma realidade social não mais estática e de origem divina. Há, agora, a valorização da intervenção humana direta na análise do mundo, de forma cada vez mais objetiva. Os estudos relacionados ao aparecimento dos Estados, das legislações, dos exércitos, da emergência da burguesia comercial que, em sua decorrência, modificaram a dinâmica social, são exemplos desse novo momento (COSTA, 2005).

A História pré-científica, antes da influência do Iluminismo, apresentava-se por diversos gêneros – crônica monástica, memória política, tratados de antiquários –, porém, mantinha como eixo dominante as narrativas sobre os grandes feitos, ligados, em geral, a eventos políticos e militares. Após a metade do século XVIII emerge uma história mais conectada aos elementos do cotidiano, como as leis, o comércio, a moral e os costumes (BURKE, 1992).

A Psicologia pré-científica apresenta desde os gregos (físicistas) a recusa de explicações mitológicas do mundo, tentando definir a realidade das experiências em termos naturais. Tal empreitada é retomada sob a influência do Renascimento, onde a progressiva secularização do pensamento é fator fundamental na modificação de um sistema teocêntrico para um antropocêntrico, o qual coloca o homem em primeiro plano. Através do estudo do homem seriam revelados os segredos do universo, pois o homem seria reflexo do cosmo (ROSENFELD, 2013).

Nesse momento, anunciado como pré-científico, ficam claros os interesses desses campos de conhecimento e que eles não estão diretamente preocupados com as questões do grupo familiar. No entanto, é possível ver que o Renascimento, o Iluminismo e a redução da influência religiosa são fatores importantes e apresentam algumas rupturas que possibilitarão o posterior desenvolvimento dessas disciplinas como científicas e sua aproximação e construção das investigações sobre a família.

A modernidade, especificamente no século XIX, aponta uma guinada no conhecimento humano dirigida para as formações das ciências da sociedade, dentre elas temos: a Economia Política, a História, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia e a Linguística (FIGUEIREDO; SANTI, 2007).

Deter-nos-emos, de forma não muito alongada, em alguns elementos que consideramos importantes a respeito da constituição científica da Sociologia, da História e da Psicologia. Para esse objetivo, acreditamos ser necessária uma pequena introdução sobre as condições gerais do aparecimento das ciências humanas. Segundo Figueiredo (2008), a partir do século XVII observa-se uma redefinição na relação sujeito-objeto que alcança o plano da ação e do conhecimento. A razão contemplativa do mundo, seja empírica ou racional, antes desinteressadamente voltada para a verdade, exibia-se em uma forma passiva, havendo agora se deslocado para uma razão e ação instrumental sobre o mundo.

A tendência a uma postura mais ativa pode ser visualizada pelo *experimento*. Não há mais a observação dos fenômenos de forma livre e *in locu*, e assume-se a criação de modelos que relacionem os elementos que se deseja conhecer. Ao lado dessa nova forma de procedimento está também delineada uma finalidade utilitária que justifica e legitima a própria atitude científica (FIGUEIREDO, 2008).

Figueiredo (2008) encontra nos filósofos Francis Bacon e René Descartes, apesar de suas opostas leituras de mundo, o interesse comum por uma dimensão utilitária do conhecimento; e na ideia baconiana de que o sujeito tem direito sobre a natureza, a materialização do novo espírito prático vivenciado por esse momento histórico. No âmbito social, a postura cientificista rompe com a ordem feudal e fundiária, operando no campo econômico uma atitude expansionista das relações comerciais. Essa ruptura foi possibilitada pela influência do Renascimento, estando a sociedade em um momento de transição entre o feudalismo medieval e o capitalismo moderno. O lucro, nesse momento, passa a assumir importância central, pois vem gradativamente desvinculando-se de uma dimensão religiosa e pecaminosa (COSTA, 2005).

Os séculos XVII e XVIII exibiram um forte mercado internacional e a consolidação do lucro como prática justa; cresceu aí o desenvolvimento de produtos com ações protagonizadas pela Inglaterra devido ao início da Revolução Industrial. Esses elementos exigem planejamento e produção em bases confiáveis, estimulando a intelectualidade – a garantia das vendas e do lucro passavam pelo desenvolvimento de aspectos técnicos que assegurassem um melhor esquema de produção e de venda. O conhecimento passa a ocupar, prioritariamente, o lugar de utilidade e aplicação na vida prática, reduzindo, assim, o espaço dedicado à exaltação da vida e dos feitos de seus descobridores (COSTA, 2005).

O utilitarismo da guinada cientificista aponta, portanto, para a aplicação direta do conhecimento e para que esse aspecto seja motivação e justificativa para as investigações. A

razão instrumental, então, torna-se determinação interna para a ciência, estando suas técnicas e procedimentos no controle, no cálculo e no teste que colocaria em prova a eficiência de uma intervenção. Ciência e produção se aproximam, pois caminham sob o mesmo projeto (FIGUEIREDO, 2008).

Um aspecto fundamental que não pode deixar de ser colocado diz respeito às condições do conhecimento. A utilização do conhecimento na vida prática parece pressionar ainda mais o desenvolvimento de métodos seguros para a aquisição de conhecimento, já que esse, agora, tem impacto direto nas formas de agir no mundo. Para Figueiredo (2008), Francis Bacon e René Descartes assumem novamente posição destacada nesse novo desafio do conhecimento. Um saber para se estabelecer em bases seguras e confiáveis necessitaria ultrapassar as condições que atrapalhariam um entendimento preciso do mundo. A doutrina dos ídolos de Bacon e a dúvida sistemática de Descartes são as bases dos discursos de suspeita da Idade Moderna.

As ideias dos filósofos da Ilustração, ou do Iluminismo, foram cruciais para o desenvolvimento do espírito científico, aportando contribuições ao desenvolvimento das chamadas ciências humanas. Para Hall (2000), o projeto iluminista é que funda o Modernismo, apresentando o entendimento de que os sujeitos têm uma identidade individual, centrada e unificada, sendo esses dotados de consciência, razão e ação. Fridman (2000) aponta também como elemento central do Iluminismo a fé na razão, a qual traria um estado de felicidade e segurança.

Dessa forma, defendemos que a relação entre a conjuntura social e a nova discursividade operada no campo da Filosofia torna possível o aparecimento das ciências humanas e de suas características aqui apresentadas. Retomamos, portanto, como elementos fundamentais: a redefinição da relação entre sujeito e objeto que dimensiona uma posição mais ativa para o polo sujeito nessa equação; os exercícios de suspeita da realidade e sua repercussão no desenvolvimento de um conhecimento confiável e seguro; o estado de transição feudal para o início das práticas capitalistas e o fomento de um novo pensamento para o sustento dessas novas práticas; a retomada dos valores clássicos trazidos pelo Renascimento e a redução da influência da Igreja; e, por fim, a ampliação da atuação de uma razão instrumental e prática, interna à própria produção do conhecimento, em suas repercussões utilitárias que a tomam como motivação e justificativa para novas investigações.

Pretendemos deixar claro, com essa breve exposição, a expressão de uma ruptura na organização do mundo social e que essa ruptura inaugura novas formas de se relacionar com o mundo, novos modelos de ação, novas possibilidades de interação. Há uma nova

inscrição de operações lógicas e de razoabilidades constituindo a maneira de se estar no mundo. A relação entre os homens e o mundo na contemporaneidade parece ter como particularidade as influências do atravessamento dos elementos e das regularidades que compõem o saber científico na vida prática. Há uma aproximação que constrói um estreitamento entre ciência e vida. Os elementos que compõem a ciência justificam o lugar da vida prática e a vida prática justifica o lugar da ciência – o conhecimento serve à vida assim como a vida serve ao conhecimento. Caberia à vida ação e domínio sobre o mundo e à ciência o método de como fazê-lo de forma segura e eficiente.

Lévinas (2009) ressalta que, na contemporaneidade, a relação entre os seres apresenta-se de forma específica, opondo-se, portanto, a outros momentos. Para ele, nessa relação, o *Ser* não apenas aparece como pura apresentação de si, tendo em vista que o conhecimento passa a ser uma situação de fato – uma ação. O *Ser* é, então, efeito das ações de compreensão que, saindo de uma característica meramente teórica, tornam-se os próprios atos e comportamentos humanos.

Entendemos, então, como repercussão desse momento, que o homem inteiro se torna saber e objeto do conhecimento, havendo uma identificação da compreensão do ser com a plenitude da existência concreta. Ser é saber e saber é Ser. Um bom resumo para esse novo momento proposto pelas práticas de inteligibilidade contemporânea é expresso por Lévinas (2009, p. 23) quando afirma que “compreender o instrumento não consiste em vê-lo, mas em saber manejá-lo; compreender nossa situação no Real não é defini-la, mas encontrar-se numa disposição afetiva; compreender o ser é existir”.

Essa particularidade dimensiona que, principalmente após a guinada científica, há uma operação de coincidência entre compreensão e existência. Essa coincidência implica que o saber se torna necessariamente exercício, ação e lugar da existência. Dito isso, vemos que a produção científica sobre o campo da família traz consigo tanto o manejo expresso através das intervenções e atuações sobre o agrupamento familiar, como a possibilidade de reordená-lo e reorganizá-lo, além da maneira como a família afeta o mundo social.

Em cima dessas atuações é que nos perguntamos a respeito de como a família, na relação com os seus membros, reage frente aos saberes contemporâneos que, ao produzirem um conhecimento sobre esse grupo, que ao compreendê-lo, produzem maneiras de existir, lugares a ocupar. Essa perspectiva sugere-nos, então, que as disposições afetivas implicadas na família, ou seja, a forma como a família afeta o mundo, constroem o solo e o campo utilitário necessário à expansão científica, o qual é justificativa, em nosso tempo, para o manejo e a intervenção na família, além do lugar a ser ocupado por ela.

Dito isso, parece-nos pertinente pensar que o lugar da *Alteridade* nas famílias contemporâneas vem sendo destituído, uma vez que os procedimentos atuais agem na relação entre disposições afetivas e saberes-intervenção. Essa relação faz convergir modos de presença variados a modos de funcionamento específicos, criados e construídos pelos próprios saberes-intervenção. Há um lugar de existência produzido pelos saberes-intervenção e suas operações atuam na condução dos sujeitos que ocupam lugares diferentes aos previamente estabelecidos por esses mesmos saberes-intervenção.

2.1 Do surgimento da sociologia e da história científica ao interesse pela família

Na Sociologia, as influências de *Rousseau*, *Locke* e *Adam Smith* podem ser consideradas fundamentais na articulação de uma *Ciência Sociológica*¹⁰. O resgate dos valores clássicos possibilitado pelo Renascimento, a filosofia da Ilustração, que conduziu os elementos racionais necessários à sistematização do pensamento e o anticlericalismo, permitiram reflexões a respeito da construção de uma sociedade por uma perspectiva histórica e em bases materiais, muito embora ainda presa à ideia de leis naturais do ordenamento coletivo. Reconheceu-se a distinção entre sociedade e indivíduo, entretanto, essa distinção foi compreendida de forma diferente entre eles. Para Rousseau e Locke, a sociedade era uma manifestação explícita e reunida das vontades individuais, enquanto para Smith haveriam regras de funcionamento próprio do ordenamento coletivo que não estão presentes na ação individual, mantendo, portanto, a coletividade em outro patamar que não corresponderia à soma dos indivíduos (COSTA, 2005).

A ciência conquista parte da sacralidade antes ocupada pela religião, possibilitando a primeira escola científica do pensamento sociológico, chamada de *Positivismo*. O *Positivismo* foi a primeira escola a definir precisamente o objeto, a estabelecer conceitos, a propor uma metodologia de pesquisa e definir a especificidade do conhecimento da sociedade, distinguindo-o de outros campos, tendo como principal representante Augusto Comte (COSTA, 2005).

Entre os filósofos positivos que se destacaram, gostaríamos de ressaltar o trabalho de *Pierre Le Play*, posto que tinha por interesse, diante de uma perspectiva fortemente naturalista, encontrar a menor unidade social, estabelecendo uma comparação com as ciências naturais. Diante de todas essas influências, ele tomou a família como unidade básica e

¹⁰ Para maiores esclarecimentos, consultar a obra *Sociologia: introdução à ciência da sociedade* (2005), de Cristina Costa.

universal, sendo ela correspondente ao átomo para a Física ou à célula para a Biologia. Seria pela família que se desenvolveriam as relações sociais em seus diferentes graus de complexidade (COSTA, 2005).

O desenvolvimento da *Ciência Histórica*¹¹ apresenta algumas situações controversas, ao contrário da Sociologia, onde podemos apontar a primeira escola que propôs e sistematizou as exigências claras para a ciência moderna. A História, portanto, apresenta um caráter difuso a respeito da definição de uma representação marcada por uma escola ou pesquisador em que se possa precisar o início científico dessa disciplina.

Embora não se tenha como apontar esse representante, podemos falar sobre as condições que possibilitaram uma mudança de estatuto para a História enquanto produção do conhecimento através da demarcação de alguns eventos sociais que possibilitaram modificações na forma de se produzir o conhecimento histórico.

No século XIX, a História passou a ser reconhecida como campo da ciência, estando sustentado pelas bases herdadas da filosofia iluminista, entretanto, a História também tem uma história que passa por muitas rupturas e modificações até definir-se pelos parâmetros mais contemporâneos. A História como dimensão do conhecimento remonta ao século VI a.C., nas cidades-estado da Ásia Menor. As influências dos dados, do estilo e da forma de se produzir o conhecimento histórico nessa época são posteriormente retomadas no Renascimento e atravessadas pela influência do Iluminismo e outros eventos históricos, como o desenvolvimento da *Altertumswissenschaft*¹² (PAYEN, 2011).

A *Altertumswissenschaft* consolida uma mudança fundamental na produção do conhecimento histórico, na medida em que mudou o estatuto e o regime de autoridade dos historiadores antigos, constituindo-se de novos valores no ato da interpretação de documentos e o que poderia ser considerado um documento. Esses novos valores presentes no novo modo de interpretar estão intimamente vinculados às influências da construção do modelo de História Filosófica, que se tornou um forte obstáculo a modelos anteriores, como o Humanista

¹¹ Para maiores esclarecimentos, consultar o trabalho de PAYEN (2011), *A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?*

¹² A construção de *Altertumswissenschaft* tinha como objetivo reunir diferentes disciplinas sobre a antiguidade em um conjunto científico-filosófico-histórico bem organizado que possibilitou o aparecimento de um modelo de conhecimento histórico chamado de *historicismo*, o qual afirma o caráter das condições humanas em bases fundamentalmente históricas, mas indicava a necessidade de um método que contemplasse uma análise crítica das fontes primárias transmitidas pelo Estado. Identifica-se, aqui, nas obras históricas, que o historiador não é um literato, mas alguém que escreve para e em relação a sua pátria, garantindo, através desse entendimento crítico, mudanças no estatuto e no regime de autoridade dos historiadores antigos, tendo suas obras também o mesmo estatuto que um documento (PAYEN, 2011).

(Mestre da Vida e Gênero Literário) e o Erudito. No modelo de História Filosófica é preciso que a investigação traga uma ordem e um progresso racional ao encadeamento cronológico, justificando, assim, a existência do estudo da História. (PAYEN, 2011). A influência da Filosofia na História possibilitou, no século XVIII, que países como Escócia, França e Alemanha pensassem uma história da sociedade que não se limitasse às guerras políticas, tendo uma maior aproximação do cotidiano. Alguns dos pensadores desses países dedicaram-se à reconstrução de comportamentos e valores do passado (BURKE, 1992).

Nesse contexto e sob essas influências surgem pensadores como Michelet, Burckhardt e Fustel de Coulanges, que tinham uma visão mais ampliada de história. Ressaltamos o trabalho de Fustel de Coulanges, pois integra a família como elemento importante para pensar a formação dos coletivos e agrupamentos sociais tanto quanto a religião e a moralidade.

2.2 Do surgimento da psicologia científica ao interesse pela família

A história do desenvolvimento da Psicologia como ciência apresenta certo obstáculo ao leitor interessado, tendo em vista a grande quantidade de informação proveniente das peculiaridades do campo, dentre elas a multiplicidade de enfoques e abordagens. A amplitude de modelos e sistemas psicológicos assume pelo menos duas posturas distintas na história da Psicologia.

A primeira exige um esforço enciclopédico por parte dos historiadores da Psicologia, posto que estas publicações priorizam sinalizar o seguimento de ideias e soluções filosóficas que contribuíram para a construção dos múltiplos projetos e sistemas em Psicologia, sendo, portanto, necessário falar do desenvolvimento das ideias de cada um em específico. Podemos citar como exemplos as obras: *História da Psicologia Moderna* – C. James Goodwin; *História da Psicologia Moderna* – Duane P. Schultz e Sydney Ellen Schultz; *Sistemas e teorias em Psicologia* - Melvin H. Marx e William A. Hillix.

A segunda assume a diversidade desses sistemas e do aparecimento dessas ideias, muitas contraditórias, como um efeito de conjunto sociocultural que constitui o projeto de Psicologia como ciência independente. Citamos como exemplo as obras: *Psicologia, uma (nova) introdução crítica*; *Matrizes do pensamento psicológico*; e *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500 – 1900)*, todas de Luiz Cláudio Figueiredo.

Daremos prioridade à segunda opção, que nos é mais interessante, pois desejamos neste tópico abordar a Psicologia em seu aparecimento, contemplando seu conjunto diverso e

entendendo seu aparecimento variado. Iniciaremos falando que o saber psicológico apresenta um grande ponto em crise, que atinge temporalidades distintas, mas está intimamente ligado ao desenvolvimento de seu estatuto enquanto ciência independente.

Em um primeiro momento, no que diz respeito ao seu estágio pré-científico, os temas da Psicologia estavam dispersos entre muitos saberes, podendo ser visualizados nos grandes sistemas filosóficos, que abordavam noções e conceitos relacionados a campos que hoje são reconhecidamente da Psicologia dita científica, passando pelas ciências físicas e da natureza, até as ciências sociais. Dessa forma, não restaria um espaço para a Psicologia científica (FIGUEIREDO; SANTI, 2007).

Em um segundo momento, após seu estabelecimento como ciência independente, apresenta a ambiguidade da posição do seu objeto que se manifesta e pode ser observado através do desenvolvimento de duas matrizes específicas. Uma relacionada ao cientificismo, na qual a particularidade do objeto tende a ser desconhecida, operando práticas semelhantes às executadas pelas ciências naturais e, assim, aproximando-se solidamente de disciplinas como a Biologia, ocasionando a perda da definição de seus contornos que a tornam independente. E outra vinculada ao Romantismo e Pós-Romantismo, que reconhece a particularidade da condição do objeto estabelecendo uma separação das demais ciências, entretanto, arriscando seu estatuto científico a fim de afirmar novos modelos de legitimação (FIGUEIREDO, 2008).

Essas duas etapas do pensamento psicológico mostram a dificuldade na delimitação de um espaço independente para a Psicologia. Sua separação dos demais conhecimentos ou seu estatuto científico ficam em questão. Porém, para que se chegue ao interesse do desenvolvimento de uma Psicologia científica são necessárias três condições.

A primeira é de que a ciência seja o meio para se conhecer, a segunda a experiência de uma subjetividade privatizada e em seguida uma crise dessa subjetividade privada. Tais condições só se fazem possíveis em uma sociedade com determinadas características que possibilitam, por exemplo, a experiência de sentimentos e emoções particulares e da capacidade de tomada de decisões individuais. Os estudos históricos apontam que em sociedades que passam por momentos de crise em sua tradição cultural – valores, normas e costumes –, os homens assumem posições mais individuais, pois são levados a tomar decisões que não encontram subsídios nos hábitos costumeiros da cultura em que estão inseridos. Diante disso, então, os sujeitos não podem mais se projetar nas referências sociais e coletivas, possibilitando a criação de referências internas – experiência da subjetividade privatizada (FIGUEIREDO; SANTI, 2007).

A conjuntura formada pela retomada dos valores renascentistas, falência do mundo medieval, a redução da influência da religião e o desenvolvimento dos discursos de suspeita, como já apresentados antes, contribuem fundamentalmente para o aparecimento de um projeto científico da Psicologia. Para Figueiredo e Santi (2007), outro fator fundamental diz respeito ao surgimento da imprensa que, através da oportunidade da leitura particular, construiu espaços decisivos para a diferenciação entre comunidade e indivíduo. A partir do impacto dessas experiências sociais, o homem perdeu seu sentimento de ligação com uma ordem superior, passando o mundo a ocupar um lugar cada vez menos sacralizado, o que promoveu uma maior sensação de liberdade para atuar sobre ele, mas o tornou inseguro.

Os aspectos de conjunto dessas modificações sociais consolidam, em um primeiro momento, a noção da existência de uma subjetividade privatizada, porém, apontam também, em um momento posterior, para a crise dessa subjetividade. Os discursos de suspeição em Descartes e Bacon vão cada vez mais se refinando e continuamente encontrando problemas para o conhecimento a partir do aprofundamento das qualidades da razão e da experiência sensível.

Tanto razão como sensação, qualidades humanas utilizadas como possibilidades de acesso ao conhecimento, são colocadas em questão. A elaboração do pensamento é posta sob suspeita tal qual a experiência sensorial das relações que se estabelecem. Dessa forma, corroboramos a ideia de Figueiredo (2008) de que o sujeito passa a ser concebido como fator de erro e ilusão. A subjetividade é tomada como um problema à apreensão lógica dos fatos objetivos, tendo essa época como caráter central os ataques ao sujeito do conhecimento na tentativa de destituir os elementos que pudessem atrapalhar o acesso ao conhecimento preciso.

O desenvolvimento de uma ciência do subjetivo, portanto, vincula-se intimamente a métodos e epistemes¹³ que se dirigem ao privado, ao particular, ao subjetivo para fiscalizá-lo, controlá-lo e corrigi-lo, entendendo que sua natureza é contrária às aspirações do conhecimento científico. A Psicologia nasce, então, por uma história estreitamente ligada ao ideal de progresso científico e como instrumento de controle, operando uma garantia de rigor às ciências pela retirada das interferências do subjetivo na tentativa de fundamentação de outras ciências (FIGUEIREDO, 2008).

Dito isso, se a subjetividade é contrária às próprias condições do conhecimento científico, como pode ela mesma tornar-se objeto de estudo aplicado aos mesmos métodos de

¹³ O desenvolvimento do conceito de *Episteme* encontra-se na obra *As Palavras e As Coisas* (FOUCAULT, 2000).

construção do conhecimento objetivo? A natureza subjetiva não teria um caráter arredo e por isso mesma precisaria ser retirada de cena? Desse conflito sobre a Psicologia resta um paradoxo explicitado pela boa análise de Figueiredo (2008, p. 22):

[...] a ciência psicológica tenta-se constituir, sendo obrigada a, simultaneamente, reconhecer e desconhecer seu objeto. Se não o reconhece não se legitima como ciência independente, podendo ser anexada à medicina, à pedagogia e à administração, ou seja, as técnicas ou às suas bases teóricas, como a biologia e a micro-sociologia. Se não o desconhece não se legitima como ciência, já que não se submete aos requisitos da metodologia científica nem resulta na formulação de leis gerais com caráter preditivo. [...] As divergências parecem, antes, refletir as contradições do próprio projeto que, por sua vez, enraízam-se na ambiguidade da posição do sujeito e do indivíduo na cultura ocidental contemporânea.

Essa condição da própria história da Psicologia torna difícil precisar quando a família se transforma em objeto de interesse para esse campo de saber, a não ser que tomássemos uma de suas matrizes como plano de análise independente. Entretanto, se analisarmos a disciplina psicológica em seu efeito de conjunto, encontraremos um crivo de inteligibilidade possível a partir das pistas dadas por Figueiredo em suas análises da Psicologia como ciência independente.

Os estudos e interesses da Psicologia pela família também apresentam caráter ambíguo e disperso. Essas investigações apresentam-se ou vinculadas a outras áreas do campo científico como a Sociologia, a Biologia e a História, ou dizem respeito a projetos individuais presentes em matrizes de pensamento psicológico distintas. Podemos citar como exemplos a Psicanálise, o Comportamentalismo e a Teoria Sistêmica

2.3 A família em suas relações com a sociologia, a história e a psicologia

Diante das explanações feitas até agora, podemos ver algumas relações importantes que constituem o campo de investigação sobre a família. O percurso feito colabora com a possibilidade de criticar alguns tipos de ilusões retrospectivas em que a família poderia ser tomada e apresentada como um interesse sempre presente para os pesquisadores das áreas da Sociologia, da História e da Psicologia.

Suas preocupações, em um estágio pré-científico, estavam mais voltadas, na Sociologia, para dinâmicas sociais que se transformaram a partir do aparecimento de grupos sociais mais amplos ou acerca da influência de determinados elementos da sociedade sobre grandes grupos, como os exércitos, as leis e a formalização dos Estados. Na História, os interesses eram a erudição, a instrução e as narrativas dos grandes feitos – guerra e/ou

política. Na Psicologia, o conhecimento do indivíduo em leis que pudessem revelar a verdade do cosmos.

O século XIX parece consolidar um novo espírito social e do conhecimento, possibilitando novas formas de interação com o mundo. É importante notar que, também nesse século, a família passa a aparecer de forma mais substancial como interesse de investigação, o que pode ser observado nos estudos de Frederic Le Play ou de Fustel de Coulanges.

Na Sociologia, encontram-se as inclinações positivistas, como aquelas que sistematizam esse campo científico e propõem métodos de investigação sobre a família. Na História, os eventos ocorridos na Alemanha possibilitaram o desenvolvimento de um modo de se produzir o conhecimento histórico a partir de uma nova interpretação das formas antigas e clássicas. Surgem, então, perspectivas mais ampliadas da História, em que a família se colocava como elemento importante para a investigação, ao lado da religião e da moral, por exemplo. Na Psicologia, encontra-se seu caráter paradoxal de formação como ciência independente que faz com que os estudos e interesses sobre a família estejam ou em interação ampla com outros campos do conhecimento ou vinculados a matrizes específicas e distintas nos diversos projetos de uma Psicologia que se pretende científica.

Outro elemento que gostaríamos de ressaltar é que, se a família passa a ter um maior foco a partir da guinada científica de tais disciplinas e que, como já vimos, essa direção tomada pelo saber apresenta como elementos constitutivos o utilitarismo e a razão instrumental, pode-se ao menos desconfiar que esse aparecimento resulta do reconhecimento de que um saber sobre a família assume uma ordem prática e útil ao desenvolvimento das ações sobre o mundo. A família como objeto de estudo, em tese, deve encarnar os mesmos elementos de motivação e justificativa de todos os objetos de investigação científica. Conhecer a família é, portanto, reconhecê-la como meio de influência prática na vida cotidiana das pessoas, instituições ou mesmo na história da humanidade, devendo, a partir de interesses específicos, operar seu favorecimento ou sua crítica.

2.4 Análise da imagem, antropologia visual e análise fílmica: um mirante possível

Seguiremos agora, e nas próximas seções deste capítulo, demonstrando de que forma as questões entre família, ciência e alteridade na sociedade contemporânea, que se apresentam como fundamentais neste trabalho, serão metodologicamente tomadas por nós enquanto possibilidade de apreensão e alcance de nossos objetivos, transformando as próprias

expressões culturais de nossa sociedade – em nosso caso, o cinema – em uma espécie de documento cultural e material de investigação social.

Nossas intenções, como já anunciadas na introdução, estabelecem como campo privilegiado de empiria algumas expressões estéticas, especificamente filmes ficcionais. Esses filmes foram escolhidos por nós como produções capazes de apresentar os elementos necessários para nos auxiliar na investigação a que nos propomos – compreender a ética nas famílias contemporâneas. Para tanto, entendemos ser necessárias algumas explanações que justifiquem o lugar em que essas obras cinematográficas estão situadas.

Assim, faremos a exposição dos elementos que entendemos como relevantes e que outorgam um estatuto aos filmes de ficção que os tornam campos possíveis e pertinentes para a investigação social de uma forma mais ampla. Os filmes de ficção surgem, para nós, como lugares ou paisagens que podem ser observadas e pesquisadas. Entretanto, é importante, desde já, destacar que o lugar ocupado pelo cinema, nesta investigação, não é apenas o da experiência estética, sendo, portanto, necessário nos munirmos de elementos e instrumentos capazes de nos ajudar na mirada desses espaços.

A análise da imagem, a Antropologia Visual e a análise fílmica foram as ferramentas escolhidas para construir o mirante capaz de dar conta da experiência de visualização. Essa construção permitirá uma visão panorâmica a nossa investigação. Seguiremos, então, no restante deste capítulo, apresentando as relações entre imagem, sociedade e conhecimento que tocam em questões a respeito do atravessamento de nossa sociedade e cultura pelas imagens. As novas tecnologias de representação, destacadamente compostas de artifícios imagéticos, afetam as dinâmicas sociais e permitem o aparecimento de formas de investigação pelas imagens, colocando-as em posição central a partir de seus efeitos no mundo.

Comentaremos em seguida, de forma breve, a história do cinema, apontando sua vocação histórica para a pesquisa, além de elucidar nossas táticas e estratégias para compreensão dos filmes. Traremos também, sempre que oportuno, discussões a respeito das suspeitas no uso de imagens nos processos de investigação social.

2.5 Uma primeira paisagem: apresentando breves relações entre imagem, sociedade e conhecimento

Muito se fala sobre as relações estabelecidas entre os momentos sócio-históricos e o surgimento de alguns tipos de saberes em suas configurações específicas. A emergência de

um saber e seu estatuto tem ligação íntima e corresponde aos fenômenos sociais de uma determinada época e lugar. A experiência possibilitada pelo aparecimento de alguns elementos, acidentais ou não, transforma as relações do homem com o mundo por tornar possíveis novas práticas, modificar e transformar outras que agem diretamente nas relações dos agentes sociais.

Neste trabalho, essa relação foi mencionada em alguns momentos, podendo ser visualizada a partir das perspectivas que anunciam as implicações de uma modificação nas práticas de produção (do feudalismo para o capitalismo), e do aparecimento de novas discursividades sobre o mundo em que suas regulações internas são estruturadas sobre outros valores sociais (dessacralização do mundo, Iluminismo e o aparecimento do estatuto científico do conhecimento).

Independentemente de qualquer uma dessas possibilidades de se pensar como esse vínculo se estabelece, encontramos como fato o seu estabelecimento. Dessa forma é que destacamos que as possibilidades de se pensar a imagem, o visual e o filme em suas interações não foge à dinâmica de um elo entre o saber e o social.

A invenção do cinematógrafo pelos irmãos Lumière (DUARTE, 2002), o baixo custo das tecnologias de imagem e som (JENKINS, 2003) e a difusão planetária da comunicação visual (CANEVACCI, 2001) são alguns eventos que articularam um cenário cultural atravessado por imagens. Para Joly (1996), pode-se falar de uma sociedade ou civilização da imagem que vem se desenvolvendo desde a década de 60. Para ela, as imagens se apresentam em caráter de expansão, pois são fabricadas, generalizadas e multiplicadas, o que as coloca em uma posição de inevitável uso, decifração e interpretação.

A industrialização e a urbanização modificaram as dinâmicas sociais do século XIX, assim como as linguagens midiáticas influenciaram nossa cultura através da televisão, dos computadores, da publicidade, findando por produzir uma alternativa à cultura literária anteriormente predominante (FRIDMAN, 1999). O que esperamos esclarecer com essa breve exposição é um processo dinâmico onde a invenção das tecnologias da imagem e suas operações modificam nossa experiência e relação com o mundo, produzindo pelo menos dois efeitos. O primeiro dirige-se às construções possíveis, a partir do próprio advento tecnológico, de uma nova forma de entrar em contato com a realidade, uma outra possibilidade de ação sobre o mundo, uma nova maneira de afetá-lo – produção de filmes, por exemplo. O segundo diz respeito à experiência possibilitada pela tecnologia no contato e acesso às novas produções, ou seja, uma nova forma de receber, de ser afetado pelo mundo – experiência estética da visualização do filme.

As imagens, portanto, ganham dimensão destacada para pensar o mundo, já que, sob a perspectiva de um primeiro efeito, podem ser utilizadas como instrumento de acesso aos elementos empíricos e produção de realidade em sua ação sobre o mundo, ou, em um segundo efeito, como elemento constituinte das experiências sociais contemporâneas. Para Silva (2011), a invenção dessas novas tecnologias de representação transformou condutas sociais e acoplou-se ao cotidiano contemporâneo de tal forma que as imagens passaram a pertencer ao rol de objetos de análise de diversas ciências.

A análise de imagens, a Antropologia Visual e a análise fílmica tornam-se possíveis pela existência de um cenário marcadamente ocupado por imagens, colaborando no entendimento das dinâmicas sociais, já que, em nossa sociedade, como nos fala Canevacci (2001), o caráter visual não é um recorte puro e simples da realidade. De fato, apresenta-se como aspecto central, onde podem ser encontrados o espaço da cultura em que interagem elementos como o poder, a tradição, a mudança, o hábito, o global e o local.

No intuito de esclarecer as relações acima citadas, trazemos como exemplo o cinema. O cinema, ainda que tenha alguma autonomia, não produz filmes isolados de outros segmentos da sociedade, como a economia, a política e a ciência, por exemplo. Os filmes fazem escolhas e organizam elementos mantendo relações complexas com o mundo social. Um filme sempre traz ao presente as marcas de suas relações de produção que podem ser vistas através dos elementos sócio-históricos como também pelos componentes simbólicos da sociedade referente. A narrativa fílmica apresenta tanto uma estrutura lógica de eventos, de relações entre personagens, permitindo compreensão e verossimilhança, como propõe um ponto de vista moral, estético, político e filosófico sobre a história e os personagens (VANOYE; GOLIOT-LÈTÈ, 2002).

A observação das características dos personagens que compõem o filme, assim como a própria organização da estrutura narrativa, apontam e revelam elementos sociais. Os elementos sócio-históricos e simbólicos de cada narrativa fílmica podem se articular, abrindo espaço para uma abordagem psico-sócio-histórica reveladora de tramas sociais mais amplas. No filme “O grande jogo”, dirigido por Jacques Freyder em 1934, por exemplo, o personagem principal desvia fundos para manter sua amante e, para escapar da prisão, engaja-se na Legião Estrangeira; no entanto, nesse filme não é feita nenhuma menção ao lugar geográfico e à história ou mesmo à situação política. “O grande jogo”, então, através de sua estrutura narrativa, aborda a forma como a França da época agia sobre a questão colonial (VANOYE; GOLIOT-LÈTÈ, 2002).

A relação francesa com suas colônias está dessa forma marcada pela indistinção dos territórios coloniais, como se todos esses lugares não tivessem história, ou idiossincrasias próprias. Os nativos sem rosto e abandonados à própria sorte e a ausência de qualquer afetação dos soldados franceses é bastante reveladora das relações de poder, tradição e mudança. Para Vanoye e Goliot-Lètè (2002), as transformações subjetivas dos próprios franceses em contato com a experiência colonial, as transformações ocorridas na própria colônia e o contraste entre uma Paris potente e um território colonial arrasado são bons exemplos dessa relação de tensão presente na realidade contemporânea na época de produção do filme.

Nesse sentido, o cinema é um espaço constituído de marcas, rastros, elementos e narrativas que anunciam um lugar interessante de reflexão sobre um dado momento histórico, ou mesmo uma trama social que, em alguma medida, está ali narrada e representada, mas que não se restringe totalmente aos planos de filmagem.

2.6 Construindo nosso mirante: dos insumos às ferramentas - táticas e estratégias no uso do cinema de ficção

Alguns elementos da história do cinema justificam a tomada de filmes como objetos de entendimento sobre a realidade. Desejamos, então, tornar claro que não se trata de forma alguma de uma invenção nossa. A história do cinema apresenta em nosso favor toda uma aproximação com o tecido social que produz experiências e é também produto de experiências. Os elementos essenciais para que essa discussão seja possível estão nas articulações entre cinema e sociedade, nas quais as produções cinematográficas são produtos dessa sociedade, mas também produzem a própria sociedade através dos efeitos reflexivos¹⁴ que as representações operam sobre a própria comunidade a qual é referente.

Entendemos que a trajetória da história do cinema estabelece – juntamente com as relações já anunciadas entre imagem, sociedade e conhecimento – os elementos que constituem os contornos de nossas investidas e são, portanto, os insumos com os quais trabalharemos.

Assim, o advento das novas tecnologias (como, por exemplo, a máquina projetora inventada pelos irmãos Lumière) e a popularidade atingida pelo cinema transformaram as dimensões do campo cinematográfico, apresentando caminhos distintos e diferentes estatutos.

¹⁴ Usamos a ideia de reflexividade aqui não como sinônimo de pensamento, mas com a intenção de apontar um efeito de algo sobre si mesmo.

O trabalho de Duarte (2002)¹⁵ deixa evidente pelo menos 2 eixos e 3 estatutos. Os eixos são: representação da realidade e representações ficcionais, enquanto os estatutos dizem respeito ao cinema como instrumento de pesquisa, objeto de entretenimento e obra de arte. Nesse sentido, deixamos claro que nossas intenções se articulam diretamente com reflexões sobre o eixo de ficção, tomando-o em seu estatuto de instrumento de pesquisa.

A utilização de um filme para o conhecimento de uma determinada sociedade é possível e o estatuto científico ou ficcional do filme não altera as possibilidades de produção de conhecido sobre a sociedade que o produziu. No exercício complexo de montagem da organização narrativa do filme, qualquer que seja seu projeto, são feitas escolhas que constroem um mundo possível e que mantêm relações complexas com o “real”. Essas relações são vistas tanto pela presença como pela ocultação de aspectos importantes do mundo. A apresentação ou ocultamento de elementos específicos é a forma de mostrar um ponto de vista sobre o mundo que é contemporâneo ao filme. Mesmo em obras cinematográficas marcadamente ficcionais, ainda que o exercício da imaginação traga elementos não existentes ou condizentes com a realidade concreta, apresentam-se os medos e anseios da sociedade que os imaginou (VANOYE; GOLLOT-LÈTÈ, 2002).

Além disso, a análise fílmica, de forma geral, não é tomada como um fim em si. A produção decorrente dela é frequentemente inserida em um contexto institucional (escola, universidade, concurso, pesquisa) que também agencia o lugar de uma produção escrita e de um enquadramento de análise específico que leve em conta os obstáculos dessa análise e construa as possibilidades de êxito através da superação desses mesmos obstáculos (VANOYE; GOLLOT-LÈTÈ, 2002). Em um trabalho desse tipo, contornar as dificuldades presentes ao exercício da análise também diz respeito a esclarecer os possíveis problemas e questões institucionais referentes ao lugar solicitante da análise que possam vir a desqualificá-la como argumento.

De tal modo é que este trabalho – para além da apresentação do contexto que possibilitou o aparecimento e a utilização da análise de filmes de ficção como possibilidade de investigação social – apresentará também outros elementos que serão tomados como táticas e estratégias. Para nós, essas táticas e estratégias são as condições que asseguram o rigor necessário a uma produção de pesquisa acadêmica, demonstrando suas condições de possibilidade, como também se preocupando com seus limites.

¹⁵ Maiores informações a respeito desses eixos e estatutos podem ser encontradas na obra *Cinema e Educação* (DUARTE, 2002).

Para Vanoye e Goliot-Lètè (2002), a análise de filmes relativiza as imagens espontaneístas, como se sua apresentação não fosse também um produto de manipulações complexas e elaboradas onde sua decomposição pode esclarecer elos e associações entre partes capazes de fazer surgir um todo significativo. Nesse sentido é que, para nós, analisar um filme traz muitos obstáculos, e um dos principais é entender como seu registro perceptivo pode promover processos de compreensão. Como as imagens em movimento apresentadas pelos filmes tornam-se signos decifráveis e partilháveis?

Assim, abrimos aqui um espaço para compreender como as imagens presentes nos filmes produzem sentido e significado. Essa é uma noção bastante importante, já que os instrumentos que escolhemos para nos auxiliar em nossa forma de ver os filmes têm como elemento central comum a *Imagem*. Para Joly (1996), pensar a imagem sob o ângulo da significação é tomá-la como um signo e todo signo, em tese, só é signo se exprimir ideias. Ou seja, o caráter sígnico traz junto a si ações interpretativas.

Dito isso, entendemos que alguns valores da Semiótica, naquilo que permitem uma análise da imagem, serão importantes para nós. Não porque nos utilizaremos da Semiologia como estratégia metodológica, mas porque em suas contribuições conseguimos identificar o elo entre a enunciação das imagens em movimento e a possibilidade de produção de sentidos e significados pela implicação no registro perceptivo.

Diante do exposto, faz-se importante a seguinte pergunta: O que seria o signo? O signo é uma relação de substituição marcada pela ausência da coisa mesma, ou seja, o signo representaria alguma coisa para alguém em alguma relação. A dinâmica dos signos, bem como as imagens, estabelece-se, portanto, através de três polos: a face perceptível do signo em sua materialidade (representamen ou significante); o que ele representa (referente, aquilo que é retomado pela imagem); e o que ele significa (interpretante e significado). A relação de produção de significado, na Semiótica, leva em conta tanto o contexto de aparecimento dos elementos sígnicos como sua relação com o receptor (JOLY, 1996).

Entendemos, então, que o signo é a presença da ausência. Apresentando-se, remete-se necessariamente à coisa ausente, porém, sem a coisa ausente, sem a relação com ela, não poderia ele mesmo significar nada. Embora os signos apresentem uma estrutura comum de veiculação de mensagens, sua multiplicidade e variedade é garantida pela distinção operada na relação entre os três polos mencionados.

Os diferentes tipos de signo, classificados como ícone, índice e símbolo, são expressões que significam além delas mesmas e se distinguem na relação entre significante e referente. O ícone diz respeito a uma relação de analogia com o que representa; o índice

corresponderia a relações causais e, ou, de contiguidade, como a fumaça para o fogo e a nuvem para a chuva; já o símbolo teria uma relação de convenção com o seu referente. Essas diferenças não dizem respeito à pureza de um tipo de signo em relação ao outro e, sim, versam sobre suas características dominantes (JOLY, 1996).

A análise da imagem, portanto, auxilia-nos na compreensão de filmes pela tomada da imagem como signo. Dessa forma, através de sua visualização, podemos entrar em contato com os elementos, principalmente icônicos e simbólicos, dessas produções. O filme seria uma espécie de analogia presentificada em que sua presença remete aos elementos mesmos da sociedade ausente. Nossa capacidade de compreensão do filme revela e sugere a presença dos acordos e convenções simbólicas da sociedade representada pelas obras fílmicas.

Diante do exposto até então, assumimos que a relação da imagem como signo nos é fundamental para este trabalho na medida em que aponta que a possibilidade de compreensão de um filme, da relação entre imagem e significado, supõe relações e pactos sociais prévios. Assim, podemos afirmar que não nos parece estranho que a Antropologia tenha se interessado pelo estudo e uso de filmes em seu campo de reflexão, área conhecida como Antropologia Visual.

A Antropologia Visual foi uma expressão utilizada por Margaret Mead, em 1973, para designar o uso sistemático de imagens no âmbito da investigação social (RIBEIRO, 2007). O uso das imagens na pesquisa social não apresenta uma nuance específica, sendo tomado como meio importante por vários motivos, desde o impacto das imagens em uma sociedade que cada vez mais se utiliza dela como elemento recorrente da cultura, até sua tomada como suporte para adentrar realidades de difícil acesso por conjunturas sócio-históricas específicas. Citamos como exemplos os estudos dos modelos do nazi-fascismo na Itália e Alemanha (CANEVACCI, 2001).

Silva (2011) nos aponta que a relação entre filmes e Antropologia é de mútua influência, já que as próprias práticas de pesquisa se transformam na proporção em que as dinâmicas culturais se modificam. A Antropologia Visual possui três objetivos: a utilização de tecnologias audiovisuais na realização de trabalhos de campo; o uso dessas tecnologias na apresentação das pesquisas; e, por fim, a análise fílmica, que não deve se restringir apenas aos filmes etnográficos, podendo ser direcionada ao cinema de forma geral (RIBEIRO; BAIRON, 2007). A Antropologia Visual é, então, uma interpretação em duas dimensões: sobre a realidade apresentada pela imagem e sobre a imagem como próprio dado dessa realidade (CHIOZZI, 1993).

Corroboramos e gostaríamos de dar destaque ao que Chiozzi (1993) parece evidenciar de forma muito clara acerca dos filmes que iremos analisar apresentarem tanto uma realidade em si, que remete aos elementos da cultura que a produziu (exibem uma mensagem inteligível pelos pactos e acordos prévios da cultura – elementos simbólicos), como também são tomados como documentos da própria cultura, expressões dela, formas de fala e enunciação, narrativas de si desde um momento sócio-histórico específico.

A Antropologia Visual nos traz como maior contribuição a condição de pensar, como diria Canevacci (2001), sobre os impactos e influências na cultura de um mundo cada vez mais constituído pelas imagens e os efeitos possibilitados por novos suportes tecnológicos que tencionam a realidade. Os nexos produzidos entre o visual e a comunicação são modificados pela diversidade cultural a partir de seus impactos na vida cotidiana, abrindo, assim, um espaço para a investigação em seu caráter interdisciplinar.

As obras por nós selecionadas (*Abril despedaçado* e *Boyhood*) pertencem ao cenário atravessado por todos os elementos já anunciados e, a partir daí, algumas problematizações serão construídas. Para Silva (2011), o cinema é um produto da cultura, expressando, ainda que de forma contrária à vontade de seus autores, os elementos dessa própria cultura. Esses autores participam ativamente desse universo simbólico e, atravessados por ele, comungam dos pactos sociais que permitem a decodificação dos elementos da própria cultura. Destacamos, então, que, para nós, essa condição apresenta a incapacidade de falar de fora do lugar da cultura e das características que lhe fazem referência; e que, para fazer oposição, os autores exibem valores, hábitos, costumes, formas de ver o mundo, bem como a maneira em que essa mesma sociedade age frente à alteridade.

O visionamento das obras citadas, portanto, traz a possibilidade de acessar como a própria cultura, que narra a si mesma através de seus próprios produtos culturais, exhibe a interação entre valores e ações, entre os componentes que a constituem. No nosso caso, em específico, como família, sociedade e indivíduo interagem e qual é, dentro desse espectro de atitudes, o tratamento dispensado à alteridade que, na nossa perspectiva, é o mesmo que se perguntar a respeito da disposição ética da família para com seus membros.

Entretanto, como garantir rigor na análise da interpretação dessas obras fílmicas? Silva (2011) nos alerta que uma análise fílmica necessita da escolha de um eixo, trama ou tema que dê conta dos questionamentos mais centrais na execução de um plano de investigação, posto que os filmes atravessam múltiplas discussões. Torna-se, então, necessário para ele a conscientização do fim da narrativa fílmica, do seu caráter utilitário. As análises fílmicas, nesse sentido, não seriam experiências totalmente plenas por si, mas já atravessadas

por uma condição de mediação. Essa orientação nos permite evitar cair em pretensões de análises totalizantes dos filmes, as quais nos levariam a descrições exaustivas e entediantes, contribuindo, assim, para a inviabilidade de nossa investida.

Então, de todas as narrativas que os filmes eleitos por nós possam nos apresentar, qual irá nos interessar? Afirmamos serem aquelas que versarem sobre as relações familiares. As imagens em fluxo possibilitadas pelos filmes apresentam, como já esclarecemos, algum tipo de mensagem. Essa mensagem, em suas possibilidades de diferenciação, já foi explanada a partir da relação entre significante e referente. No entanto, acreditamos que o polo interpretante precisa, ainda, ser melhor equacionado sobre suas influências e impactos acerca do significado.

O filme apresenta um conjunto de imagens e signos que, diferente da tradicional cultura literária, exhibe, como diz Passeron (1995), uma redução do seu caráter *assertórico*, ou seja, as imagens precisam mais de seus expectadores para dizer algo sobre o mundo do que as palavras. As imagens, para ele, teriam mais dificuldade em se afirmarem como texto, precisando ser estabilizadas por seus interlocutores.

Para Passeron (1995), são o contexto, os elementos da cultura e o desejo, entre outros aspectos, que, em conjunto, dão uma configuração de sentido às imagens, estabilizando-as. Dessa forma, podemos refletir que a análise dos filmes são interlocuções entre o filme propriamente dito (significante), a sociedade que possibilitou sua construção (referente) e aquele que assiste (interpretante).

O lugar de maior atividade, assumido pelo receptor, coloca o risco da validade da análise. O produto da análise – ou seja, a interpretação – é uma veiculação de sentido que tem uma origem e pode relacionar-se com pelo menos três posições distintas. Segundo Vanoye e Goliot-Lèté (2002), essas interpretações podem vir: do autor – o sentido que ele quis dar ao texto; do leitor – o sentido atribuído a partir de seus próprios sistemas de compreensão e de sua disposição efetiva; e do texto – a própria obra oferece uma coerência interna que nem sempre condiz com as intenções do autor e com a percepção do leitor.

Destacamos que nossa atitude em direção aos filmes persegue as relações e coerências próprias da obra, sendo elas oriundas da volição e intenção do autor, ou não. Também não nos valeremos de uma posição interpretativa do leitor ou do analista; pretendemos um exercício hermenêutico que, embora tenha na figura do analista a ação desempenhada por uma pessoa, ela não possa ser tomada por um aspecto meramente subjetivista e solipsista.

Para tanto, e com o objetivo de lidar com essa condição, faz-se necessária a presença de um pacto icônico, o qual enfatiza o valor do contexto que restringiria as possibilidades de uma interpretação solitária (PASSERON, 1995). Ora, se os pactos icônicos partem e são estabelecidos por um acordo prévio, sua significação já não pode em si mesma ser solitária ou individual, posto que é produto de uma negociação subjetiva, de uma relação intersubjetiva. Nas palavras de Passeron (1995, p. 45), o pacto icônico é definido como “o conjunto das estipulações presentes ou não na imagem e inscritas tanto em sua textura quanto em seu contexto que se deve identificar e descrever para compreender a recepção das obras plásticas”.

Entendemos que essa preocupação sugere também, a partir das contribuições da Semiótica já apresentadas, perigos que podem vir de um foco demasiado em qualquer um dos polos que possibilitam a produção de significados. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que, para Passeron (1995), tal pacto é o guia de interpretação que funcionaria de forma semelhante a um pacto de leitura, reduzindo a possibilidade de que as imagens sejam entregues a interpretações selvagens e exageradas. O pacto icônico, nesse sentido, seria elemento limitador a um despertar de uma infinidade de multiplicidades interpretativas.

A noção de pacto icônico põe luz na importância do contexto para a recepção imagética. Dessa forma é que, para garantir um entendimento mais rigoroso e menos individualista das veiculações presentes nos filmes que elegemos, devemos levar em consideração as mudanças que vêm ocorrendo nas famílias a partir dos impactos da industrialização e da urbanização, mas, sobretudo, a partir dos anos 1970. Tais anos são considerados marcantes nos novos estudos sobre a família, como podemos ver em Beltrão (1970), pelo impacto da mudança do papel da mulher na sociedade e, em Giddens (2005), pela influência da perspectiva feminista nos estudos da família, além das contingências da sociedade contemporânea em suas vicissitudes e formas de configuração atual.

São esses os motivos que, em especial, fizeram-nos escolher as obras já mencionadas. As duas têm data posterior aos anos 2000 e podem ser enquadradas sob o ponto de vista da narração como *narrativas cinematográficas modernas*. Segundo Vanoye e Goliot-Lètè (2002), esse tipo de narrativa tem suas origens na Europa do pós-guerra e no neo-realismo italiano, propondo-se a testemunhar e revelar o mundo contemporâneo em sua “verdade”. Alguns elementos são, então, centrais nesse tipo de filme. Para Vanoye e Goliot-Lètè (2002), nessas narrativas a descrição da sociedade se sobrepõe à intriga, que em sua maioria é organizada de forma frouxa, opera muitas vezes pela recusa de efeitos visuais ou de

montagem, as ações não são espetaculares e os personagens principais não são heróis, e sim pessoas comuns.

Abril Despedaçado, apesar de ter sua história iniciada nos anos de 1910, já possui em seu entorno as influências sobre a família a partir dos impactos da industrialização que, segundo Bateman e Snell (1998), já operavam por princípios da administração burocrática, modelo que sucedeu a administração científica. A obra apresenta, então, importantes elementos para refletir a respeito das relações de transição, além de surgir como referência para pensar permanências e transformações a partir da instalação industrial e seus consequentes impactos sobre o grupo familiar. Apresenta também forte valor heurístico na extensão dessa reflexão aos grupos familiares contemporâneos que se encontram, ainda, distantes dos grandes centros industriais e urbanos.

Já *Boyhood* tem sua justificativa de escolha por se tratar de um filme extremamente contemporâneo, do ano de 2014, e porque sua trama acompanha as ações do cotidiano de um garoto ao longo de seu ciclo vital – da infância à juventude - em suas relações familiares, que passam por diversas associações familiares. Essas associações são, para nós, extremamente representativas do que a literatura aponta a respeito das vicissitudes familiares contemporâneas.

Diante de todo o exposto nesse tópico, fica evidente o papel central que um plano hermenêutico assume no processo de análise fílmica. Essa interpretação, como também viemos tentando construir, sinteticamente, estabelece um espaço de estreitamento de relações entre as representações da cultura por suas expressões e ela mesma. Os filmes podem, portanto, serem encarados como *formas simbólicas*, tal como nos fala Thompson (1995).

A intencionalidade, a convencionalidade, a estruturalidade, a referencialidade e a contextualidade compõem as formas simbólicas que são ações, objetos ou expressões significativas de uma cultura (THOMPSON, 1995). É importante salientar que, assim como Passeron (1995), o autor também nos alerta para as armadilhas em que podemos ser tentados a cair numa análise mais estruturalista das formas simbólicas ao elegermos apenas os elementos de composição (dos filmes, em nosso caso) e esquecermos o contexto social mais amplo em que estão inscritos.

À guisa de fechamento deste tópico, nossas estratégias e táticas colocam os filmes como campo de investigação que partem do entendimento de que as imagens assumem importante espaço na sociedade atual e permitem novas ações sobre o mundo e a experiência de novos efeitos. A história do cinema aponta um lugar possível de investigação social. A tomada das obras cinematográficas em seus aspectos sógnicos e como formas simbólicas

aproximam e entrelaçam a cultura e suas expressões, seja pela sua presença representada, seja como forma de narração de si mesma.

3. AS MATRIZES DO PENSAMENTO FAMILIAR: ENTRE A TOTALIDADE E O INFINITO

No capítulo anterior nos propomos a apresentar as influências das mudanças dos esquemas de pensamento na vida prática através do aparecimento das ciências humanas – especificamente da Sociologia, História e Psicologia. O estreitamento entre saber e vida e os valores utilitários e instrumentais encarnados no projeto científico tiveram seus efeitos no tratamento dispensado à *Alteridade*, bem como influências específicas sobre o lugar da família e suas implicações.

Muitas formas de pensar sobre a família, a partir de então, surgiram como possibilidades de resolver os problemas fundamentais e tornar mais claros os pontos obscuros que, por ventura, ainda residiam no grupo familiar. Para Geertz (1989), algumas ideias continuamente aparecem dessa forma no cenário intelectual por construírem sistemas de análise abrangentes. Entretanto, após algum tempo, ocorre uma familiarização com essas ideias, acontecendo uma redução nas expectativas de soluções totais por parte dessas teorias, terminando por encontrar um maior equilíbrio.

Em nosso caso, a família parece também ter passado por esse caminho onde ideias como a da *Seleção Natural*, do *Inconsciente*, da *Teoria Geral dos Sistemas*, e da *Divisão Social do Trabalho*, dentre outras, desempenharam papel fundamental na construção de conhecimentos sobre a família, que, hoje, reconhecidamente, não elucidam tudo, embora expliquem muitas coisas.

A existência dessas matrizes de pensamento da família – numerosas, diga-se de passagem – são representativas de duas dimensões marcadas pelo interesse em conhecer esse grupo específico. A primeira diz respeito à relevância dessa instituição social; tendo em vista sua relação estreita com a sociedade que a acompanha, é importante conhecer a família para atuar sobre a sociedade. A segunda aponta que essa multiplicidade de *Epistemes* construídas exercem uma tentativa de captura continuada do grupo familiar.

Essas dimensões investidas de relevância social e a partir de seus esquemas de inteligibilidade, na medida em que mapeiam as possibilidades de compreensão – que agora se faz em ato, como já discutido anteriormente – produzem intervenções sobre a família e constroem um lugar para ela. Entretanto, ao mesmo tempo, essas recorrentes tentativas de compreensão da Família já deixam transparecer as marcas do infinito. Nas palavras de Lévinas (1980, p. 176): “A ideia do infinito, o transbordamento do pensamento finito pelo seu conteúdo, efetua a relação do pensamento com o que ultrapassa a sua capacidade”.

O infinito aparece na relação do Mesmo com o Outro designando um contato com o intangível, configurando uma relação onde o pensamento operado pelo Mesmo compromete apenas a parte que é tocada, sendo o Outro conservado em sua exterioridade. O infinito em seu caráter de infindição produz-se e anuncia-se como revelação após a produção da entidade finita (LÉVINAS, 1980).

Diante disso, entendemos que as matrizes apresentadas abaixo, ao produzirem saberes sobre a família, delinearão, em conformidade com a ciência, um lugar possível e útil de intervenção a partir das disposições afetivas analisadas por cada projeto específico. Os impactos e repercussões da família encontrados por cada uma das matrizes aponta para um potencial lugar de aplicação das lógicas de razoabilidade contemporânea (*Gestão de Riscos e Performance*), operando na conversão de condutas e restringindo as expressões de *Alteridade*.

Porém, como já mencionado, a medida em que mapeiam e que cada vez mais surgem ideias para responder à complexidade do fenômeno familiar, a evidência do tempo parece corroborar com a revelação do caráter de transbordamento que esse grupo apresenta – quanto mais o tempo passa, outras investidas e perspectivas sobre o grupo familiar, baseadas em outros aspectos, apresentam-se, dando a ideia de que as dimensões familiares não se esgotaram no quadro de análises anterior.

Ao mesmo tempo em que se investe em um “dissecamento” do grupo familiar, ela, a família, parece anunciar-se além dos rigorismos bem pensantes, transbordando todos os esquemas de pensamento – por mais amplos que sejam – construídos até então. Fato que ganha corpo quando, ao longo da história dos estudos da família, vemos a recorrência de desenvolvimentos de esquemas de análise que, por mais abrangentes que sejam, deixam espaços para outros planos de análise futuros que, por sua vez, organizam-se em novos aportes teóricos.

Nossa intenção aqui é, então, delinear os lugares de visibilidade da família, ou seja, onde e como ela é vista, entendendo que são esses lugares os alvos das estratégias e táticas de intervenção sobre a família, ao mesmo tempo em que essas tentativas constantes de captura sugerem para nós o caráter de infindição, ainda presente na família. Nesta tensão entre a tentativa de criação de um todo organizado para a família – conversão de condutas operadas pelos saberes-intervenção científicos – e seu caráter de infinito, coloca-se em evidência novamente nossa problemática a respeito de como a família reage frente a essas investidas feitas nela: como corrobora os processos de totalização e como está implicada na estrapolação e transbordamento desses processos.

Apresentaremos, agora, as matrizes do pensamento familiar para, em seguida, a partir dos lugares ocupados pela família, esclarecermos os lugares-alvo perseguidos para a aplicação das estratégias e táticas contemporâneas de intervenção e regulação familiar e, portanto, diante da lógica de deposição da Alteridade.

3.1 As matrizes sócio-antropológicas

Matriz *Evolutivista*: A escolha da palavra *Evolutivista* para designar essa forma de se refletir sobre a família tem como intenção diferenciá-la de ideias mais intimamente relacionadas à tradição evolucionista de Charles Darwin. Evidentemente, devido ao cenário de aparecimento das ciências humanas, já mencionado, alguns paralelos podem ser traçados entre as ciências naturais e alguns postulados do evolucionismo com as características presentes nessa matriz. Ela pode ser dividida entre dois grandes eixos: o primeiro ligado ao materialismo histórico, desenvolvido e exibido por Lewis Morgan e Frederic Engels; e o segundo apresentado pelo aperfeiçoamento do Positivismo, tendo como figura central Émile Durkheim.

O primeiro eixo (Materialista-Histórico): Para Canevacci (1981), apesar de todas as novas influências e achados nos estudos da família, que se deslocaram de uma teorização unilinear para outra multilinear, essa escola ainda não foi totalmente superada. As teorias de evolução sociocultural exibem como premissa básica o entendimento de que as sociedades apresentam, ao longo da história, um caminho bastante semelhante, sendo atravessadas por elementos mais ou menos iguais que fariam com que percorressem os mesmos estágios de desenvolvimento.

As obras *A sociedade antiga*, de 1877, e *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, de 1891, respectivamente dos autores Lewis Morgan e Frederic Engels, são bons exemplos dessa forma de se entender a família. Para Morgan (2005), as acumulações do conhecimento experimental teriam conectado as famílias em uma sequência de progresso, considerada natural, que se dirigiu da selvageria, passando pela barbárie e indo até o estágio de civilização. Seus estágios de crescimento estão ligados a sistemas de pertença amparados pela consanguinidade, pela afinidade e pelos costumes.

Segundo Morgan (2005), a humanidade teria um núcleo comum e sua fonte estaria na experiência, no entanto, essa experiência apresentaria caráter progressivo. As eras, em suas maneiras de se apresentarem, pelas invenções e descobertas aliadas a alguns desejos

humanos – esses, por sua vez, vinculados à construção de instituições sociais – possibilitaram um progresso sequencial e linear. Dessa forma, os elementos primordiais do desenvolvimento humano podem ser revelados a partir de duas investigações independentes e complementares. A primeira diz respeito a uma análise das invenções e descobertas e a segunda é dirigida para o esclarecimento das instituições primárias.

Dito isso, Morgan, em *Sociedade Antiga*, parece sinalizar que a experiência aproxima a técnica do pensamento e do desejo; tais dimensões são as que lançam as possibilidades da organização social e de sua sequência evolutiva. Se a técnica de alguma forma possibilita o pensamento e o desejo impulsiona a formação das instituições sociais, são esses os elementos que podem ser usados como crivos para a inteligibilidade das ações humanas, pois sua permanência é, em grande medida, a efetivação da própria experiência humana. Desejo e técnica, portanto, ocupam posições centrais nessa perspectiva, atravessando também as compreensões sobre família e desembocando na sua forma contemporânea. Para Canevacci (1981), Morgan teve como grande contribuição trazer a dimensão histórica para a análise da natureza, isso gerou, como consequência, a problematização de ideias sobre a continuidade das formas familiares, opondo-se aos entendimentos teleológicos da natureza a partir de uma crítica às ideias religiosas pautadas na permanência do mundo, que estariam em acordo com o plano divino.

Em *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, observamos as referências sempre contínuas ao trabalho de Morgan, apontando que ele, a sua maneira, também colocou o materialismo histórico em pauta. Engels (1984) assume boa parte das proposições presentes em *Sociedade antiga* e em sua análise da família entende que os modelos punaluna¹⁶ e sidiásmico¹⁷ foram etapas que possibilitaram o aparecimento da família monogâmica.

Segundo Canevacci (1981), os esquemas de Morgan foram complementados por Engels, que associou a tecnologia e a divisão social do trabalho como condições para as formações econômico-sociais que possibilitaram uma forma de produção particular estreitamente conectada à organização social vigente. Essas relações são facilmente visualizadas nos escritos de Engels (1984). Para ele, a evolução da família estava ligada à

¹⁶ Esse modelo familiar é caracterizado pelo matrimônio grupal e a presença paulatina das interdições sexuais se estabelecendo, inicialmente, pela exclusão dos irmãos uterinos. Pelo fato da grupalidade do matrimônio, a descendência só podia ser garantida pela linhagem materna, o que implicava no ordenamento do direito de herança como direito materno.

¹⁷ Nesse modelo, ainda havia a presença do matrimônio grupal, mas já se encontravam uniões bi-pessoais de duração mais ou menos longa e o fenômeno da esposa preferencial.

diferenciação do parentesco entre os membros, ficando as designações “pai”, “mãe”, “irmão”, “irmã”, etc., ligadas a deveres recíprocos e atividades definidas.

Tona-se claro que as categorias de parentesco estão, aqui, intimamente vinculadas às atividades que cada um desempenha, não se apresentando, portanto, como meros significantes ou títulos desvinculados de ações cotidianas e do mundo social. Canevacci (1981) descreve que, em *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, Engels distingue cinco formações econômico-sociais que tenderiam a acontecer em todas as sociedades em uma mesma ordem; são elas: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo.

Essas formas econômicas sociais agenciariam as experiências e as formas de se inter-relacionar no cotidiano. Em Engels (1984), as formas familiares apresentam modos de organização social baseados na divisão social do trabalho que, sustentadas por essa forma de divisão, estabeleciam configurações que permitiam o aparecimento de determinados fenômenos sociais. Isso pode ser visto desde a mudança no direito herança que, segundo suas análises, estavam diretamente ligados à maternidade, passando posteriormente à paternidade, pela valorização que o homem teve no mundo social por conta da especialização no seu trabalho, até a ordens mais íntimas, como o afeto, na medida em que o ciúme, por exemplo, não fazia parte de determinadas organizações sociais (família punalwana), sendo fortemente presente em outras (família monogâmica). Outros elementos podem ser citados, como o rapto e a compra de mulheres em modelos sociais, onde as famílias sidiásmicas eram hegemônicas.

O segundo eixo (Positivista): A sociologia da família de Émile Durkheim mostra-se no meio termo entre as filosofias anteriores ao século XX e a especialização acadêmica atual. As investigações sociológicas acerca da família debruçavam-se sobre os conflitos entre indivíduo e sociedade, apresentando como princípios fundamentais da metodologia, nessa perspectiva, a divisão social do trabalho e as formas religiosas. Tal tipo de pensamento se encontra, ainda, influenciado pelas ideias do evolucionismo e suas repercussões no século XIX, sendo a família moderna a efetivação da história do desenvolvimento familiar. Na família conjugal estaria presente a história da sucessão dos modelos familiares, sendo ela a contração dos modelos anteriores (SEGALEN, 1996).

Para Segalen (1996), o grande avanço de Durkheim foi apontar as relações de interação e dependência entre o sistema familiar e outros sistemas através de sua análise da divisão do trabalho em outras sociedades, possibilitando estudos comparativos. A partir de seus estudos, propôs uma maneira de elucidar a afinidade entre características familiares e circunstâncias sociais, ou seja, as relações de contingência entre os modelos familiares e suas

condições de produção. Os costumes adquirem, portanto, novo patamar e importância nas análises dos estudiosos, posto que seu caráter de permanência sugere uma coerção que o institui como norma.

Matriz Funcionalista: O funcionalismo é uma forma de compreensão que toma a sociedade como um coletivo de instituições que têm atribuições específicas, agindo no mundo social com o objetivo de assegurar a coesão e a coerência, e mantendo a continuidade e o consenso (GIDDENS, 2005). Para Canevacci (1981), cabe ao funcionalismo explicitar o núcleo das relações estabelecidas pela sociedade, o qual pode ser explicado pela sua função específica no interior de um grupo em particular.

A família, nessa perspectiva, é tomada como uma instituição fundamental e sincrônica, recusando, através de uma metodologia sistemática, informações históricas na análise institucional, fazendo aparecer com isso as relações de sujeição dos mecanismos sociais e econômicos correspondentes a cada momento (CANEVACCI, 1981). Através dessa leitura, torna-se possível o entendimento de que a família nuclear, por exemplo, preenche características peculiares nas sociedades modernas, onde o grupo familiar manifesta importantes atividades que contribuem para uma determinada ordem social (GIDDENS, 2005).

Essa escola, esforçando-se para reduzir as influências das informações históricas, possibilita a visualização do estreito vínculo entre as necessidades sociais mais amplas e a formalização de configurações institucionais que sejam capazes de regulamentar, suprir e organizar os agentes sociais de maneira a manter os pilares da estrutura social. Como expoentes importantes dessa escola, podemos citar: Talcott Parsons e Bronislaw Malinowski.

Malinowski esforçou-se para construir boas etnografias, que se constituem de estudos de campo minuciosos das sociedades em sua composição (instituições, técnicas, costumes, relações interpessoais e de grupo). A etnografia serve melhor ao funcionalismo que a etnologia; enquanto a etnografia descreve as relações atuais, a etnologia busca as razões das diferenças de forma histórica e comparada. Os funcionalistas, portanto, são ótimos etnógrafos, mas não se pretendem etnólogos (CANEVACCI, 1981).

A abordagem funcionalista exhibe alguns limites no que diz respeito a uma quase naturalização dos papéis familiares, além de em alguns casos negligenciar a influência de outras instituições na efetivação de algumas práticas familiares. Talcott Parsons, por exemplo, aponta como funções principais da família a socialização primária e a estabilização da personalidade (GIDDENS, 2005). Canevacci (1981) assinala, inclusive, que, dentro das

nuances dessa escola, os problemas familiares podem ser percebidos apenas a partir da carência de funcionamento ou do hiperfuncionamento.

Matriz Estruturalista: A obra *As estruturas elementares do parentesco* (2009), de Lévi-Strauss, representa essa maneira de abordar a família, trazendo à discussão elementos lógicos importantes para a reflexão sobre o grupo familiar, que foram, muitas vezes, negligenciados em estudos anteriores. A discussão a respeito dos estados de natureza e cultura tem espaço importante no pensamento de Claude Lévi-Strauss. Essa discussão, embora implícita em outros autores clássicos nos estudos da família – dentre eles, os já explicitados nesse texto – ganha profundidade no seu pensamento.

Lévi-Strauss (2009) entende que o princípio que estabelecia espaços diferenciados para a natureza e a cultura foi amplamente criticado e rejeitado pela Sociologia de uma forma geral. Esse tipo de análise apresentou-se, empiricamente, sempre contraditório, logo que na história da humanidade não se encontrou um estágio onde os homens estivessem ausentes de toda e qualquer forma de atividade cultural.

A falta de uma comprovação histórica a respeito da separação dessas qualidades – natureza e cultura – trouxe alguns planos de pensamento importantes para o desdobramento de seus estudos. O homem é um ser biológico e social, suas ações agregam as duas qualidades e são produtos dessas interações. Assim, os limites entre natureza e cultura apresentam-se como uma grande questão (LÉVI-STRAUSS, 2009).

Como pensar onde termina a natureza e começa a cultura? Lévi-Strauss (2009) propõe um giro na análise dessas qualidades. Natureza e cultura seriam analisadas não em um plano real e sim em sua potência lógica, operando dois princípios – universalidade e regra – para a efetivação dessa análise ideal, permitindo, em certos momentos, delimitar os contornos daquilo que é natural e daquilo que é cultural.

A estratégia de compreensão sobre os limites da natureza e da cultura apresentava como premissas básicas que o estado de natureza seria facilmente visualizado pelos universais enquanto o estado de cultura pelas regras. Nas palavras de Lévi-Strauss (2009, p. 45):

Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa de cultura. Simetricamente, é fácil reconhecer no universal o critério da natureza. Porque aquilo que é constante em todos os homens escapa necessariamente ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelas quais seus grupos se diferenciam e se opõem.

Essa maneira de pensar as relações entre natureza e cultura tornou possível o entendimento das interdições sexuais como uma espécie de híbrido, posto que apresentavam caráter de universalidade ao mesmo tempo que variação. Essa variação em relação às

características do interdito ressaltavam as nuances de sua condição de regra. Dizendo de outra forma, em Lévi-Strauss (2009), o tabu do incesto está presente em todas as sociedades, embora cada organização social apresente relações interditas específicas.

Através do redimensionamento da análise entre natureza e cultura, abriu-se espaço para outros tipos de reflexão das relações humanas na presença de termos constantes. Para Canevacci (1981), Lévi-Strauss busca justamente essas relações permanentes para além das aparências fenomênicas. Isso nos permite refletir que o estruturalismo de Lévi-Strauss persegue as permanências não nas suas formas de apresentação ou conteúdo, mas a universalidade dos continentes que possibilitam as pluralidades manifestas dos conteúdos.

Canevacci (1981) destaca que, para Lévi-Strauss, a ideia do avunculado emerge como a estrutura elementar do parentesco, já que essa tem ampla difusão pelo globo, estando presente nos cinco continentes. A relação avuncular é caracterizada pela obediência e profundo respeito entre o tio materno e o sobrinho uterino. Essa relação seria, então, o análogo ao fonema para a Linguística, o verdadeiro átomo do parentesco.

Segundo Canevacci (1981, p. 26), para Lévi-Strauss não há existência que possa ser concebida ou dada aquém das exigências fundamentais de sua estrutura; e, por outro lado, ela é a única matéria-prima para construir sistemas mais complexos.

O Estruturalismo, portanto, contribui para a retirada da família do domínio soberano da natureza, ou da Biologia, assumindo a importância da cultura no desenvolvimento das relações sociais pela solução do tabu do incesto que, para Canevacci (1981), tem como contribuição a formalização de um princípio de exogamia necessário ao desenvolvimento da sociedade e representa a vitória da afinidade sobre a consaguinidade. O homem, portanto, é posto no lugar de criador de seu ser social e cultural, além de colocar um fim em qualquer teoria que se baseie na continuidade de uma eternidade natural dos fenômenos que são, em realidade, históricos.

Matriz Feminista: Para Narvaz e Collier (2006), o feminismo é um campo teórico e político caracterizado por uma base comum, apresenta uma multiplicidade de tendências que reconhece as diferenças nas experiências de gênero – masculino e feminino – e reivindicam relações, não de igualdade, e sim de equivalência.

O feminismo teve grande impacto na Sociologia, pois revelou que a família não se mostrava apenas de forma harmoniosa e igualitária (GIDDENS, 2005). Nessa perspectiva, destacam-se as opressões de gênero que sustentam práticas discriminatórias e apontam que as experiências masculinas foram sempre privilegiadas enquanto as femininas eram subalternizadas.

O projeto feminista apresenta dois espaços. O primeiro feito pelo contato entre teoria e movimentos sociais, o que também possibilita múltiplas configurações – radical, liberal, socialista, anarquista, marxista – tornando-se possível visualizar seu aspecto político. O segundo, mais diretamente vinculado às questões epistemológicas, dividindo-se em: empirismo feminista, ponto de vista feminista e pós-estruturalismo feminista. O pós-estruturalismo feminista é também conhecido como corrente contemporânea ou pós-moderna, sendo inscrito nele as reflexões sobre gênero de uma forma mais ampla (NARVAZ; COLLER, 2006).

Segundo Narvaz e Coller (2006), o feminismo também apresenta fases ou gerações conhecidas como ondas. Supomos que a relação estreita entre teoria e movimentos políticos presentes nessa perspectiva possibilitam as guinadas na forma de pensar e agir sobre o mundo, encarnadas nessas ondas.

A primeira onda anuncia a emergência do movimento feminista nascido de um movimento liberal na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Pode-se citar como exemplo o movimento político sufragista. De uma forma geral, aponta-se que a preocupação principal nessa fase se dirigia à denúncia da opressão feminina por estrutura social marcada pelo patriarcado (NARVAZ; COLLER, 2006). No âmbito teórico, pode ser citado o trabalho de Betty Friedman, em 1965. Seus escritos versavam sobre o isolamento das mulheres norte-americanas que tinham como responsabilidades constantes e exclusivas a assistência aos filhos e o trabalho doméstico (GIDDENS, 2005).

A segunda onda aparece destacadamente nos Estados Unidos e na França sob preocupações distintas. Nos Estados Unidos, explicitava-se a opressão masculina e a busca pela igualdade, e, na França, a luta se estabelecia pela necessidade de valorização das diferenças entre homens e mulheres. Essas duas posições inauguraram dentro do campo feminista as correntes *feminismo da igualdade* e *feminismo da diferença*. Nesse momento, onde há uma ampla discussão e tensionamento entre igualdade e diferença é que se introduz a noção de equidade no debate dos movimentos feministas (NARVAZ; COLLER, 2006).

A terceira onda do feminismo foi atravessada pelo impacto dos pensamentos de Michel Foucault e Jacques Derrida, sob a ênfase na questão da diferença e no entendimento de que as subjetividades são construídas nos discursos em interações intersubjetivas. Diante dessas influências pós-estruturalistas, o campo de estudo sobre as experiências femininas e sua diferença em relação às experiências masculinas se desloca para os estudos de gênero, possibilitando um distanciamento dos estudos feministas – com ênfase central nos estudos das

mulheres. Os estudos de gênero herdaram o vínculo estreito entre teoria e política, e entendem essa categoria como eminentemente relacional (NARVAZ; COLLER, 2006).

As três gerações do feminismo, em suas idiossincrasias, apesar de apresentarem uma cronologia a partir de seu aparecimento, não podem ser entendidas de forma linear, posto que ainda coexistem no campo teórico e político (NARVAZ; COLLER, 2006). As perspectivas feministas nos anos de 1970 a 1980 tiveram posições destacadas, ocupando o centro das discussões sobre família. Em momentos anteriores, podia-se ver um maior foco de interesse, no campo de estudos da família, sobre as estruturas familiares e sobre a história da família nuclear (GIDDENS, 2005).

Os estudos feministas atingiram uma amplitude de tópicos. Para Giddens (2005), três, em especial, foram exibidos com maior importância. São eles: (1) a divisão doméstica do trabalho – aqui, estudos importantes foram feitos sobre o impacto do trabalho não remunerado (exclusivo das mulheres da época) na economia; (2) as relações desiguais dentro da família e a violência doméstica – o espancamento da mulher, estupro conjugal, incesto e abuso sexual das crianças; e (3) o estudo das atividades assistenciais – o acompanhamento dos enfermos, dos idosos e o lugar do cuidado emocional.

A importância desses estudos deve ser ressaltada também pela possibilidade de se perceber a família em seus interesses e dinâmicas internas (GIDDENS, 2005). O exame das experiências femininas no âmbito doméstico amplia o espectro de compreensão da família, embora a terceira onda nos faça refletir a respeito do espaço dedicado ao entendimento de tendências mais ampliadas sobre as questões de gênero. Para Narvaz e Coller (2006), os estudos de gênero contemporâneos são intimamente ligados à última fase dos estudos feministas, abordando e problematizando questões a respeito do conceito de gênero, das políticas de identidade femininas, do conceito de patriarcado e das questões sobre as formas de produção do conhecimento científico – marginalização das experiências femininas, por exemplo.

3.2 As matrizes psicológicas

Antes de iniciarmos algumas breves explicitações sobre as matrizes de estudo psicológico da família, gostaríamos de anunciar que reconhecemos não só a dispersividade do campo da Psicologia em diferentes matrizes distintas, como as diferenças internas que existem, particularmente, em cada matriz específica sobre o que nos debruçaremos. Dessa

forma, partiremos, como possibilidade de explorar o campo, das contribuições mais próximas às formas de entendimento de Freud, Skinner e Minuchin.

Psicanálise: A Psicanálise nasce das pesquisas de Sigmund Freud, podendo ser observada desde a última década do século XIX até a terceira década do século XX. Seu desenvolvimento é tributário de várias tradições e absorve influências da Filosofia, da Linguística, como também das ciências naturais – Biologia e Fisiologia (FIGUEIREDO, 2008).

Apresentaremos, em seguida, alguns pontos cruciais para a Psicanálise que Freud relata a partir de suas observações. É importante ressaltar, nesse caso, que, como nos aponta Marx e Hillix (2008), Freud se via como um pensador indutivo, portanto, toda sua teoria foi desenvolvida, segundo sua aceção, pela observação direta de fenômenos empíricos, e não a partir de postulados. Podemos dizer, de forma simplificada, que Freud, a partir de observações de casos particulares, consolidou formulações mais gerais a respeito da dinâmica psíquica.

Alguns pontos principais da teoria psicanalítica são: a vida psíquica é determinada; o inconsciente tem influência fundamental nas condutas e comportamentos dos indivíduos; os conceitos explicativos são motivacionais; a história do organismo é de suma importância na determinação do comportamento; a existência de um modelo topográfico¹⁸ que explique as atividades inconscientes; as relações das crianças com os pais explicam as neuroses (MARX; HILLIX, 2008).

Todas essas reflexões anunciadas tiveram como ponto de partida a relação de Freud com o fenômeno da histeria e é aqui também o momento em que se inicia o interesse da Psicanálise pela família. Desde os princípios desse saber (textos comumente chamados de pré-psicanalíticos), a família é mencionada no que diz respeito às dinâmicas de tratamento dos pacientes histéricos. Isso pode ser observado em muitos momentos nas obras de Freud. Em 1888, num tópico dedicado à histeria, ele sugere que o convívio familiar deve ser substituído por internações em casas de saúde. Nos anos de 1892-93, apresenta, em *Um caso de cura pelo hipnotismo*, a hereditariedade como uma das condições para o aparecimento das neuroses. No texto *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar*, de 1893, pode ser observado no tópico a respeito dos casos clínicos um maior foco em como a dinâmica familiar tem relações com o estabelecimento das neuroses – neste caso, a chamada neurose de angústia – do que nas condições apenas hereditárias.

¹⁸ Esse modelo topográfico, segundo Marx e Hillix (2008) pode ser descrito pelas instâncias Id, Ego e Superego. A instância Id seria a dinâmica do próprio funcionamento do inconsciente.

Entretanto, citamos *A hereditariedade e a etiologia das neuroses*, de 1896, como um texto fundamental das reflexões freudianas, posto que é nesse momento onde Freud se debruça sobre as condições hereditárias – vinculadas a uma dimensão mais biológica dos adoecimentos nervosos – e outras influências etiológicas ainda misteriosas para ele. Freud passa a se perguntar por quê, em uma mesma família, onde os sujeitos apresentam cargas genéticas muito semelhantes, uns adoecem e outros não, além de pensar sobre as relações entre as etiologias do adoecimento, ou seja, por quê manifestam um tipo de neurose específica dentre todas as outras possibilidades.

Outro momento que consideramos marcante na relação entre Psicanálise e família é o desenvolvimento da ideia de complexo de Édipo – a partir do ano de 1900, com a produção do livro *A interpretação dos Sonhos*, inaugura-se o período de textos propriamente psicanalíticos (GARCIA-ROZA, 2009). Para Roudinesco (2003), em 1910, Freud conseguiu introduzir essa noção na teoria psicanalítica através, principalmente, de releituras do *Édipo*, de Sófocles e *Hamlet*, de Shakespeare. Para Carvalho Filho e Chaves (2014), esses dois escritos possibilitaram a Freud refletir sobre as ações do inconsciente dentro da família, a partir de Édipo, e da culpa do desejo, a partir de Hamlet.

Freud introduz na cultura ocidental a ideia de que o pai gerará o filho que será seu rival, pois tem desejos inconscientes por sua mãe. O complexo de Édipo ganha caráter universal pois seria a representação psíquica dos dois interditos fundadores da sociedade humana. Para Freud, essa tornou a Psicanálise uma grande aquisição do gênero humano, estabelecendo-se como um princípio essencial desse saber (ROUDINESCO, 2003). Segundo Carvalho Filho e Chaves (2014), as famílias edípicas guardam estreita relação com as famílias primevas abordadas por Freud em *Totem Tabu* e *Moisés e o Monoteísmo*. As famílias primevas eram caracterizadas pela ausência de lei e pelo reinado de um pai violento e incestuoso, e sua relação com a família edípica surge pela ideia de herança arcaica.

No Édipo reedita-se os acontecimentos da família primeva. As relações do totemismo de não matar o totem e não manter relações sexuais com a mesma casa totêmica coincidem com os dois crimes de Édipo: matar o pai e casar-se com a mãe (CARVALHO FILHO; CHAVES, 2014). Freud apresentou, assim, uma teoria antropológica da família e da sociedade baseada em dois elementos: a culpa e a lei moral (ROUDINESCO, 2003).

Dessa forma, gostaríamos de destacar, a partir dos elementos abordados até então, que a família sempre esteve em relação estreita com a Psicanálise, partindo de um momento mais ligado às relações hereditárias a outro onde as dinâmicas sociais passam a ser entendidas e integradas como fundamentais. A crença de uma universalidade do complexo de

Édipo que reproduziria, em alguma medida, os acontecimentos das primeiras famílias, permite-nos pensar a importância desse grupo no desenvolvimento das dinâmicas psíquicas dos indivíduos e como elas se constituem a partir das relações familiares possibilitadas pelo inconsciente e nas bases do desejo e da culpa.

Assim, todos os pontos citados acima são um importante conjunto de fundamentos para a compreensão da família por essa vertente. Situaremos algumas reflexões, simplificadamente, que nos parecem pertinentes a partir dos pontos examinados. Elas são:

- a) Pressupor uma vida psíquica determinada é já dizer que todos os elementos que acontecem na família podem ser explicados pela família e através dela;
- b) As ações acontecidas na família nem sempre têm uma relação direta de sentido, pois podem ter motivações inconscientes que influenciam as condutas cotidianas;
- c) As razões daquilo que ocorre em família são vistas por um prisma motivacional e explicativo a partir das intenções inconscientes e não a partir de relações causais lineares, ou relações fisiológicas, ou meramente orgânicas;
- d) O estabelecimento das neuroses está intimamente ligado às relações familiares.

Comportamentalismo: Burrhus Frederic Skinner pensava que o estudo do comportamento humano, apesar de toda a sua complexidade, era uma tarefa possível, devendo ser efetuado através da ciência, a qual teria a velocidade e segurança necessárias a essa empreitada (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). Três níveis de variação e seleção são encontrados e entendidos como aspectos nos quais se pode ver a integração do comportamento do homem às leis das ciências naturais, operadas pela seleção ambiental. Os níveis são: filogenético, ontogenético e cultural (SKINNER, 2007).

No nível filogenético, temos os impactos da variação e seleção nas características fenotípicas que podem ser identificadas pelo estudo da biologia do comportamento, a qual é capaz de perceber os repertórios comportamentais remanescentes dos processos seletivos no âmbito da espécie (NAVES; VASCONCELOS, 2013).

No nível ontogenético os processos de variação e seleção ocorrem sobre o condicionamento operante. A história de vida de cada indivíduo em sua interação com o meio é, aqui, fundamental, e de onde decorre sua aprendizagem, que é selecionada pelas consequências advindas das ações expressas pelo comportamento desse mesmo indivíduo (NAVES; VASCONCELOS, 2013).

O condicionamento operante, assim como o condicionamento respondente, trata de uma operação de aprendizagem, entretanto, em sua face operante, os comportamentos são

aprendidos em função de suas consequências, pois essas influenciam a ocorrência desses comportamentos no futuro (MOREIRA; MEDEIROS, 2007)

No terceiro nível, encontra-se a cultura. Para Skinner, a cultura é definida pelo conjunto de contingências selecionadas por reforço social e mantidas pelos grupos. Servindo à sobrevivência, as práticas culturais passam e são reproduzidas por diferentes gerações (NAVES; VASCONCELOS, 2013).

A ciência do comportamento ou Behaviorismo Radical tem como pilar central o conceito de operante. “O operante é uma classe de respostas definidas pelas relações funcionais do comportamento com suas consequências, com o estado de motivação e com as condições ambientais presentes no momento em que a resposta ocorre” (FIGUEIREDO, 2008, p. 85).

A expressão do conceito de contingência tríplice anuncia a unidade de análise do comportamento operante. Essa unidade serve para todos os comportamentos, dos mais simples aos mais complexos. O esquema $O - R \rightarrow C$ é a representação dos três termos que possibilitam verificar o contexto em que o comportamento se manifesta e seus esquemas de manutenção (MOREIRA; MEDEIROS, 2007). Podemos ver, a partir dessa esquematização, que o comportamento não se restringe ao indivíduo, tendo íntima relação com o ambiente, e que a consequência não é uma dimensão exterior a sua manifestação, e sim parte constituinte dele (FIGUEIREDO, 2008).

Se o comportamento se apresenta de forma tão vinculada ao ambiente, torna-se necessário um breve esclarecimento sobre o que se entende por ambiente nessa perspectiva. Para Moreira e Medeiros (2007), o ambiente nesse modelo de compreensão psicológico tem seu significado ampliado em relação ao uso comum. Assim, o ambiente a que se refere contempla o mundo físico, o mundo social, a história de vida e a interação do sujeito com ele mesmo.

A ampliação do conceito de ambiente por essa abordagem nos permite pensar e aproximar o conjunto familiar dessa noção, bem como a inscrição desse mesmo conjunto em aspectos mais amplos compostos por condições físicas e sociais abrangentes. Devemos estar atentos ao fato de que, se a expressão do comportamento só pode ser entendida pela apresentação das relações ambientais que o compõem, a família passa a ser também, muitas vezes, elemento de análise e interesse a esse saber.

Naves e Vasconcelos (2013) nos dizem que a família, segundo essa perspectiva, é considerada por Mark Mattaini, a partir da análise do contexto social em múltiplas dimensões, como a jurídica, política, econômica, religiosa, educacional, tecnológica, midiática e também

pelos processos de globalização. Seu objeto de análise, nesse caso, é a interação entre os membros familiares.

Naves e Vasconcelos (2013) relatam que Skinner entende a família como um sistema composto por diversos agentes autônomos que se comportam em conjunto e de maneira complexa, alcançando, por sua vez, expressões que não seriam produzidas de forma individual por nenhum dos membros da família.

Teoria Sistêmica: A forma sistêmica de se trabalhar com famílias vem, principalmente, das influências da teoria geral dos sistemas e da teoria da comunicação, que acabaram, a partir de suas contribuições, fundando muitas escolas. Essas escolas são: Estrutural, Estratégica, de Milão e Construtivista (CARNEIRO, 1996).

O entendimento de que a comunicação se manifesta por qualquer comportamento pessoal, seja ele verbal ou não, é um exemplo dessa influência. Outra importante contribuição diz respeito às qualidades da comunicação, que tanto transmite uma informação, como, ao mesmo tempo, define a natureza das relações entre os comunicantes (CARNEIRO, 1996).

A importância dos teóricos da comunicação na compreensão das interações humanas é bastante ampla e pode ser melhor explorada pelo trabalho consistente da Escola de Palo Alto, na Califórnia, que investiu esforços para pensar os efeitos pragmáticos da comunicação. Watzlawick, Beaven e Jackson (2008), na obra *A pragmática da comunicação humana*, apontam alguns axiomas da comunicação e sua relação na vida prática das pessoas, tanto em seu aspecto de bom funcionamento quanto a respeito de sua manifestação patológica.

De maneira geral, podemos dizer que, segundo Carneiro (1996), o enfoque sistêmico percebe a família como um sistema em equilíbrio, no qual as regras de funcionamento familiar são os elementos que a mantém equilibrada.

Traremos a este tópico, como forma de abordar esse enfoque, as contribuições da chamada Escola Estrutural. Segundo Carneiro (1996), Salvador Minuchin pode ser considerado o principal teórico dessa escola. Dentro de sua forma de entendimento, a família constitui-se como um sistema composto e definido por funções relativas a limitações da organização hierárquica.

Para Nichols e Schwartz (1998), a família é um sistema operado por padrões de funcionamento que se reeditam constantemente sempre que um membro inicia interação com outro. Wagner, Tronco e Armani (2011) entendem que esses padrões podem ser compreendidos a partir de alguns conceitos, como: configuração, estrutura, fronteira, sistema, subsistema e papéis. Ressaltamos que trataremos em seguida de cada um desses conceitos e

anunciamos que, em nosso entendimento, parece ser na relação entre configuração e estrutura que poderão ser observadas as relações sistêmicas familiares, a delimitação de fronteiras, o estabelecimento dos subsistemas e a articulação de papéis.

A estrutura familiar é um conjunto invisível das interações familiares, das exigências funcionais, das regras onde os elementos da configuração familiar irão atuar. Já a configuração familiar diz respeito à composição do núcleo, aos participantes da ordem familiar. As famílias apresentam uma diversidade de configurações desde as mais simples, pautadas na consanguinidade, até as mais complexas, propiciadas pelas demandas mais contemporâneas (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011).

A influência da teoria geral dos sistemas também está presente nessa escola. Para Ríos-González (*apud* WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011), a família é um sistema dinâmico que estabelece regras e intenciona um acordo entre seus membros. Essa dinâmica possibilita aos membros a comunicação em acordo com regras, podendo estabelecer níveis de convivência e interação distintos através da organização de subsistemas que, por sua vez, consideram o tipo de relação e vínculo entre os integrantes da família.

Os subsistemas familiares seguem as mesmas ideias do sistema mais amplo, no caso, a família, mas partem de um reagrupamento dentro desse sistema maior, possuindo atribuições específicas. Os subsistemas mais comuns são o conjugal, o parental e o fraternal. No conjugal, temos as relações de casal que concretizam uma união por laços afetivos e apresentam como característica central a finalidade de construir o próprio sistema familiar. No parental, temos o aparecimento do primeiro filho que reconfigura os papéis do casal, tendo como principal tarefa o desenvolvimento da socialização dos filhos por uma modelo desigual, devido ao lugar ocupado por pais e filhos na família. No fraternal, ou fraterno-filial, as interações são entendidas como um laboratório social onde as crianças experimentam relações com seus iguais, desenvolvendo habilidades importantes como negociar e cooperar (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011).

Os papéis familiares dizem respeito às ações desempenhadas por um membro a partir da função que lhe compete naquele momento, podendo ser atribuída pela própria família. Em outras palavras, são mais as ações e funções atribuídas a alguém que definem o papel do que propriamente o lugar ocupado em algum subsistema específico. A filha mais velha pode ocupar o lugar de mãe; o filho, de pai (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011), e as novas combinações possíveis.

As regras podem ser ocultas ou implícitas e têm a função de definir quem participa de cada sistema e a maneira como participa. Elas guardam fortes relações com as

fronteiras que se apresentam como barreiras invisíveis que delimitam todo o sistema familiar. As funções das fronteiras são a proteção e a diferenciação dos indivíduos dentro do sistema; ao selecionar quem participa e quem está de fora de um determinado subsistema, tornam claras as ações e as formas de atuar de cada membro, evitando sobrecargas, seja pelo excesso de atividades a serem desempenhadas, seja pela falta de apoio (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011).

Existem três tipos de fronteiras: nítidas, difusas e rígidas. Nas fronteiras nítidas, observa-se as famílias com maiores níveis de saúde, por não sobrecarregarem os filhos com problemas que não têm competência para solucionar. Nas fronteiras difusas, as famílias são chamadas de emaranhadas e a diferenciação entre os subsistemas é prejudicada, sendo produzidas sobrecargas emocionais pelo envolvimento de um subsistema nos conflitos de outro subsistema – por exemplo, a mãe que insere a filha nas questões conjugais. Já nas fronteiras rígidas, encontramos as famílias desligadas, que apresentam dificuldades na comunicação entre os subsistemas, causando sobrecarga por falta de apoio familiar devido ao distanciamento emocional e aos vínculos frágeis propiciados pela rigidez entre os membros (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011).

3.3 A Escola de Annales

A historiografia no século XX apresenta vários elementos inovadores e significativos; muitas dessas novidades originaram-se na França, sendo chamadas de *Nova História*. A revista de Annales, criada em 1929 por um grupo de associados, é reconhecida como tendo grande influência nesse momento e chega a ser considerada como uma escola. A Escola de Annales não apresenta um movimento homogêneo, podendo ser visualizados momentos de maior coesão ou desagregação ao longo de suas três gerações (BURKE, 1992).

Fundada na ideia de produzir uma nova forma de fazer história e de encorajar inovações, a revista incitou o entusiasmo em seus leitores pela substituição da história narrativa dos acontecimentos por uma história-problema. Para os Annales, a história está em todas as atividades humanas e não somente na política, então, visavam a colaboração com outras disciplinas, como a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, etc. (BURKE, 1992). Tomar a modalidade história-problema significa fazer crítica à história factual, opondo-se a ela por ações interpretativas e problematizadoras que sejam capazes de se apoiar em hipóteses e ler os dados através de outros prismas (BARROS, 2012).

O movimento de Annales, como já mencionado, pode ser dividido em três gerações. A primeira, de 1920 a 1945, teve ênfase na guerra contra a história tradicional, ou seja, a que se dedicava apenas à política e aos eventos. A segunda geração apresenta formulação de conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos (história serial das mudanças de longa duração), e foi representada, principalmente, por Fernand Braudel. A terceira geração inicia-se aproximadamente em 1968 e tem como característica destacada a sua falta de coesão, apresentando uma mudança da história socioeconômica para a sociocultural, bem como a retomada da história política e narrativa, que em outras gerações foram alvos de críticas constantes (BURKE, 1992).

De uma forma geral, pode-se entender que a multiplicidade prevaleceu com os Annales e que as fronteiras dos estudos históricos foram ampliadas, passando a incorporar a infância, o corpo, o sonho e outros temas mais. A história das mentalidades e outras formas de história cultural foram retomadas depois de sua marginalização na segunda geração (BURKE, 1992).

Philippe Ariès recupera o prestígio da história das mentalidades. Seu trabalho dirigia-se às questões entre natureza e cultura, focando a ideia de como a cultura pensa os fenômenos naturais, dentre eles a infância e a morte (BURKE, 1992). Pensamos que o resgate da história das mentalidades feito por Ariès e a influência da Escola de Annales – em sua perspectiva de nova história, a partir da ideia de história-problema, da relação interdisciplinar e das fronteiras ampliadas dos estudos históricos – são, pelo menos, parte das condições que possibilitaram o aparecimento da obra *História da Família e da Criança na Idade Média* e das contribuições advindas através dela para os estudos da família.

Nessa obra, Ariès reflete sobre a afetividade na família, considerando que o aparecimento da forma moderna familiar está intimamente vinculado à emergência de novos sentimentos, como o de infância e vida privada. A família, até o século XVII, guardava uma maior relação de fidelidade com a comunidade e não reconhecia a infância, fato que pode ser observado pela ausência de ações específicas para essa fase da vida (SEGALEN, 1996).

A ideia da infância também guarda elementos históricos, não tendo sido peregrina ao longo das eras na civilização. Para Ariès (1986), os estudos iconográficos do século XVI e XVII são um marco para a historicização da época em que se começou a transformar a mentalidade sobre esse grupo etário. Nesses séculos é que se pode começar a observar a representação pictórica de crianças entre os demais membros do grupo familiar. Anteriormente, ou as crianças não estavam presentes ou eram pintadas como iguais aos adultos, diferenciando-se apenas pelo tamanho.

Em nosso entendimento, as práticas educativas também apresentam valor destacado na mudança da sociedade pela instalação de uma nova mentalidade. O deslocamento das práticas tradicionais de ensino em direção aos novos modelos educacionais trouxe, a partir do aumento da frequência escolar, o favorecimento da privacidade e o aparecimento do sentimento de família, que reservou um espaço para o lugar da infância. Apresentaremos, em seguida, momentos em que Ariès traz elementos que sustentam nossa posição.

Segundo Ariès (1986), as práticas tradicionais de ensino eram amparadas pelo lema *servir bem e devidamente ao seu mestre*. Para essa finalidade, era um padrão da época enviar crianças de sete anos de idade para servir outras famílias, devendo retornar aos catorze anos para seu grupo familiar de origem.

A família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. [...] eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental (ARIÈS, 1986, p. 158).

Em um momento posterior, o aparecimento da escola, de forma cada vez mais crescente e progressiva, viabilizou a extensão da frequência escolar. A escola passou a ocupar o lugar de iniciação social e passagem do estado de infância para o de adulto. Os sentimentos e a realidade da família foram modificados pelas transformações educativas, que já não eram mais feitas por outras famílias, e, por consequência, não necessitavam mais da saída de casa dessas crianças, promovendo a oportunidade de sua aproximação com os membros da família de origem (ARIÈS, 1986).

Como visto acima, a possibilidade de uma maior permanência no seio da família de origem, proporcionada pelas novas práticas educativas – as quais substituíram a aprendizagem junto a adultos de outras famílias pela escola – pode ser encarada como uma aproximação, no mínimo, objetiva, tendo em vista que as práticas anteriores afastavam as crianças de suas famílias de origem por mais ou menos sete anos. Essa aproximação objetiva, em tese, tornou possível uma maior interação. Para Ariès (1986), tal interação propicia o aparecimento do sentimento de família e de infância pelo desenvolvimento de laços afetivos entre a família de origem e o estudante que não precisava mais sair de casa para ser educado. Pode-se dizer, inclusive, que os rudimentos da família moderna nasceram quase que ao mesmo tempo em que a escola, sendo o clima sentimental presente nesta época completamente diferente da anterior (ARIÈS, 1986).

Outro elemento importante que a mudança nas práticas educativas trouxe foi certamente o distanciamento das crianças de outras famílias da comunidade, o que teve influência sobre o desenvolvimento da intimidade familiar. Para Ariès (1986), a indiferenciação possibilitada pela conjuntura social da época fazia se sobrepor à ideia de comunidade a de intimidade. Para ele, a redução das relações de trabalho comunitário e a redução no contato com a vizinhança foram importantes elementos que fragilizaram outras relações de fidelidade, possibilitando o aparecimento do sentimento familiar.

Para finalizar, trazemos a análise de Segalen (1996), com a qual concordamos, que diz respeito às importantes contribuições de Ariès ao estudo da família. Para ele, há um grande mérito nesse tipo de abordagem pela inovação que destaca os elementos culturais da família na análise das atitudes e comportamentos, deixando um pouco à margem as abordagens econômicas. Philippe Ariès influencia outros autores que estudariam, posteriormente, o surgimento dos sentimentos íntimos do casal e a emergência do sentimento de privacidade.

3.4 Reflexões sobre as matrizes do pensamento familiar: os alvos contemporâneos

Os lugares ocupados pela família, apontados por cada uma dessas *Epistemes* específicas, parecem ser os grandes alvos que justificam as investidas sobre o grupo familiar. Nesse momento, entendemos ser importante fazer duas ressalvas. A primeira diz respeito a não ser nossa intenção anunciar que o conjunto de diferentes *Epistemes* apresentadas faz um corpo coeso em suas regularidades internas, embora em alguns casos possam ser feitas aproximações. O que pretendemos deixar claro é que essas *Epistemes* não se reduzem umas às outras e que, portanto, não podem ser articuladas como uma soma linear de contribuições, ainda que, sob algumas perspectivas, aproximações entre fenômenos destacados por cada campo específico de saber possam influenciar-se mutuamente. Por exemplo, a ideia da interdição do incesto cara à Psicanálise e presente na Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss.

A segunda intenciona esclarecer que, embora algumas dessas *Epistemes* possam ter seu estatuto científico questionado, como a Psicanálise, por exemplo, são utilizadas muitas vezes como suporte a outros campos do saber científico, como a Medicina. Nesse sentido, findam por servir, nessa integração, às diretrizes do campo científico e operar com seus valores.

Queremos, no entanto, dizer que incluídos em um projeto maior, o do saber científico, essas *Epistemes* operam como grupos táticos diferentes, perseguem e são validadas

pelos valores da ciência que, como consequência, parecem produzir efeitos em conjuntos quase totalizantes, incidindo sobre a família em múltiplas dimensões.

De tal modo, mostramos que as contribuições do materialismo-histórico e do positivismo, cada um a sua maneira, ao pôr fim à ideia de uma família natural e a um plano divino de continuidade das organizações familiares, trazem a dimensão de construção para a instituição familiar e de seu papel estruturante na organização social mais ampla, por meio da maneira como se configura. Família e sociedade apresentam estreita relação, modificar uma é modificar a outra.

Sob a perspectiva feminista, temos o desvelamento das relações de conflito e desigualdade no interior da família. A família não pode mais ser encarada como um todo coeso. Muitas das relações conflituosas intra-familiares, para essa perspectiva, encontram eco nas relações sociais mais amplas a partir do espaço de desvalorização da mulher presente na sociedade como um todo, inclusive na família. Atentar para os conflitos e desigualdades na família é atentar também para os mesmos elementos na sociedade.

No Funcionalismo, a família é tomada a partir de seus aspectos que colaboram com a coesão e integração social. Esclarece-se como as funções exercidas no momento atual pelos membros da família, entre si, organizam e ordenam a sociedade. Controlar a família é controlar, em tese, a sociedade.

No Estruturalismo, as rediscussões em torno das questões de natureza e cultura – com a conclusão da vitória da afetividade sobre a consanguinidade a partir do princípio geral, no Ocidente, da exogamia – permitem pensar a mobilidade e as diferenças familiares que se originam em um mesmo lugar. A família só se subsistiria pela presença de algum tipo de permanência, alguma estrutura ainda que seja uma regra cultural.

Na Psicanálise, traz-se para a família o lugar de origem dos conflitos psíquicos e o seu caráter mítico, onde se sugere uma não preocupação a respeito de seu início e origem, não sendo uma preocupação psicanalítica (pelo menos inicialmente) quando a família se tornou família e como se configurou a partir de uma lógica entre pais e filhos. Toma-se como fato que família tem um caráter hegemônico na maneira de socialização humana, estando presente para todos e em todos os lugares. A forma família é, então, o pontapé inicial das relações do sujeito com o mundo. Atuar na família é agir sobre os conflitos psíquicos, tendo repercussões nas posteriores relações sociais.

Na perspectiva comportamental, a ideia de três níveis de seleção, o paradigma de seleção por consequências e a dimensão ampliada que dão ao conceito de ambiente possibilitam pensar um lugar para a família como aquele que também compõe as condutas dos

indivíduos e que, a partir da forma como respondem às condutas de cada um de seus membros, protagonizam a constituição de novos comportamentos. Garantir determinadas formas de reação familiar é fomentar situações específicas para os indivíduos.

Na abordagem sistêmica, as relações de comunicação da família, em seus efeitos pragmáticos, são colocadas sob a perspectiva não de como ela afeta um indivíduo em particular, mas, sim, todo o sistema familiar. Nesse sentido, as dificuldades familiares se dão por problemas nos padrões de comunicação e geram efeitos sobre todos os membros ao mesmo tempo, embora sob aspectos diversificados. Alterar os padrões comunicacionais de um membro significa alterar todo o sistema.

Por último, as contribuições da Escola de Annales, particularmente as de Phillipe Ariès, trouxeram reflexões a respeito de como culturas específicas pensam as questões naturais, e como os aspectos objetivos de uma realidade social determinada e a mudança em seus padrões culturais podem repercutir sobre as ordens mais privadas, como a dos sentimentos e afetos. Como mudanças em práticas comuns e cotidianas e modificações objetivas, tal qual o aparecimento da escola, podem implicar em mudanças afetivas na família. Modificar o cotidiano pode acarretar transformações em todas as dimensões, inclusive na ordem dos afetos.

Esses lugares feitos visíveis pelas diferentes *Epistemes* tornam-se, então, potenciais alvos a serem avaliados pela lógica social contemporânea da *Gestão dos Riscos e da Performance*. Como nos fala BECK (2011), há uma relação próxima e de dependência entre associações cognitivas e risco. O risco torna-se visível por meio de nexos de causa entre eventos aproximados pela reflexão. Retomaremos posteriormente e em maior profundidade a questão do risco.

Nesse sentido, de forma simplificada, cada *Episteme* torna visível uma variedade de riscos encontrados a partir da leitura sobre a família, no que se refere às coordenadas lógicas internas e próprias a cada *Episteme* em particular. Dessa forma, se para a matriz materialista-histórica e para a positivista é apresentada a ideia de que a família é uma construção social, logo as modificações, transformações e vicissitudes na configuração familiar e na divisão social de seus papéis podem potencialmente apresentar-se como riscos.

Diante dessa lógica, seguem as demais matrizes que identificam riscos potenciais a partir do que tornam visível no próprio grupo familiar. Nas demais matrizes sócio-antropológicas, observamos que: para o feminismo, podem ser visualizados riscos no conflito e na desigualdade presente no interior das famílias; para o funcionalismo, os riscos estão relacionados à dimensão da coesão e integração social que pode ser excessiva ou precária, por

exemplo; para o estruturalismo, os riscos podem estar presentes na forma como as relações da cultura repercutem sobre as bases estruturais da família.

Nas matrizes psicológicas: para a Psicanálise, as relações entre pai, mãe e filhos a partir das posições e funções que ocupam, por serem o núcleo estabelecedor das neuroses, podem ser tomadas em alguma medida como arriscadas; para a abordagem comportamental, as reações às atitudes e comportamentos de qualquer um dos membros da família em relação aos outros pode ser encarada como um risco na medida em que essas reações constituem os comportamentos individuais de cada membro; para a abordagem sistêmica, os riscos estão na forma como se estabelecem os padrões de comunicação familiar.

Na matriz histórica, referente à Escola de Annales, os riscos podem ser identificados a partir das mudanças nas práticas culturais e na história da mentalidade de uma cultura a respeito dos eventos da própria cultura. Todas essas relações mapeadas e encontradas na família tornaram-se aspectos visíveis e possíveis alvos no contemporâneo. A partir do momento em que as relações visibilizadas na família podem se apresentar como problemas à *Performance* ou como expressões de *Risco* é que se justificam intervenções sobre o grupo familiar, possibilitando administrações e regulações da vida familiar, tornando-a menos arriscada e obtendo um melhor desempenho dela. Essas questões implicam diretamente nas dimensões da liberdade, da diferença e da *Alteridade*.

4. AS MODIFICAÇÕES NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UMA REVISÃO DO QUE É DITO SOBRE A FAMÍLIA ENTRE 2010 E 2015

A respeito do tema *Famílias Contemporâneas*, optamos também por uma revisão sistemática e integrativa da literatura a respeito dos métodos e estudos aplicados na produção de conhecimento sobre a área. Entendemos que esse campo de investigação é maduro o suficiente com produções e publicações relevantes que possibilitam o delineamento e os contornos do que vem sendo as *Famílias Contemporâneas*. Levamos em conta, nessa investigação, um período de 5 anos que correspondente ao intervalo de 2010 a 2015.

Considerando que não há nenhuma revisão recente que investigue o tema, essa investida torna-se importante contribuição aos estudos sobre família. Propomos, de forma ampla, definir como espaço de investigação o que está sendo dito a respeito das *Famílias Contemporâneas* nos últimos 5 anos, designando como descritores os vocábulos “*Família*” e “*Contemporânea*”.

No processo de condução de nossa revisão, tomamos como estratégia para a busca dos estudos primários uma modalidade de *Busca Automática*. Entendemos por estudos primários aqueles encontrados após a efetivação da estratégia de busca definida. Em nosso caso, elegemos as bibliotecas digitais *Scielo* (Scientific electronic library online) e *Portal Capes* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Sabendo que cada biblioteca, em tese, pode funcionar de forma singular, apresentaremos os passos que seguimos em cada uma delas, esclarecendo possíveis dúvidas e possibilitando, caso necessário, a reprodutibilidade e o acesso aos estudos primários encontrados.

Na biblioteca digital *Scielo*, trabalhamos com os conectores “*Família*” e “*Contemporânea*”, colocando as preferências de nosso protocolo de revisão no formulário básico apresentado pelo portal. Elegemos como tipo de material artigos, obtendo como resultado preliminar 60 estudos. No *Portal Capes* também trabalhamos com os conectores “*Família*” e “*Contemporânea*”, colocando as preferências de nosso protocolo de revisão no formulário de busca por assunto avançado apresentado pelo portal. Assim como na outra base de dados consultada por nós, elegemos como material artigos circunscritos aos idiomas português, inglês e espanhol, obtendo como resultado preliminar 133 estudos.

Para a seleção dos estudos primários de nossa revisão, ou seja, aqueles que serão considerados e analisados, utilizamos como critério de inclusão apresentar no título ou em suas palavras-chave os descritores: “*Famílias Contemporâneas*”, “*Famílias*”, “*Relações Familiares*”, “*Estruturas Familiares*”, “*Configurações Familiares*”. Como critério de

exclusão, além da ausência dos descritores apresentados acima no título ou nas palavras-chave dos artigos, consideramos também resenhas de livro, traduções e artigos que não apresentavam resumos.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram como estudos primários 12 artigos na biblioteca *Scielo* e 27 na biblioteca *Portal Capes*. No cruzamento entre as duas fontes (*Scielo* e *Portal Capes*) foram retirados os estudos que se repetiam. Foram feitas também leituras dos resumos de todos os trabalhos remanescentes, sendo igualmente retirados dos estudos primários selecionados aqueles que não interessavam ao nosso estudo – artigos que não versaram sobre as características das famílias contemporâneas no que diz respeito a sua configuração, forma de relacionar-se, valores, funções ou significados – resultando, por fim, no número de 19 estudos.

Os estudos apresentados abaixo foram mapeados segundo sua autoria, ano de publicação, país, natureza do estudo e foco do estudo.

Tabela de ordenamento sistemático de estudos sobre a família

Autoria/Ano/País - Natureza do Estudo	Foco do Estudo
Maria Ignez Costa Moreira; Paula Maria Bedran; Soraia M. S. Dojas Carellos; (2011) Brasil – Qualitativo (E ₁).	Análise dos sistemas familiares contemporâneos no Brasil em condições de pobreza e desamparo, especificamente no contexto de crianças abrigadas.
Alda Britto da Motta; (2010) Brasil – Qualitativo (E ₂).	Relações e dinâmicas familiares entre a geração anciã (velhos mais velhos) e a geração pivô na configuração familiar multigeracional.
Ana Rita Coutinho Xavier Naves; Laércia Abreu Vasconcelos; (2013) Brasil – Qualitativo (E ₃).	Análise das interações familiares.
Lucia Barbosa de Oliveira, Flávia de Souza Costa Neves Cavazotte, Raul Ricardo Paciello; (2013) Brasil – Qualitativo (E ₄).	Fatores de Conflito entre Família e Trabalho.
Nadia Semenova Moratto Vásquez, Johanna Jazmín Zapata Posada, Tatiana Messenger; (2015) Colômbia – Qualitativo (E ₅).	Análise conceitual do ciclo vital das famílias e de suas mudanças.
Maria Auxiliadora Dessen; Patrícia Cristina Campos Ramos; (2010) Brasil – Quantitativo (E ₆).	As concepções de família para crianças em idade pré-escolar.
María Victoria Builes Correa; Mauricio	As práticas de cuidado nas famílias com membros

Bedoya Hernández; (2013) Colômbia – Qualitativo (E ₇).	diagnosticados com transtorno afetivo bipolar (TAB).
Marcela Aguiar Barbosa; (2012) Brasil – Qualitativo (E ₈).	Metamorfoses na família e na sociedade a partir de suas mútuas interações.
Suzana Gonçalves Lima e Silva, Rosângela Aparecida Silva; (2013) Brasil – Qualitativo (E ₉).	Diversificação familiar e mudança nas relações de poder na família.
Márcia Stengel; (2011) Brasil – Qualitativo (E ₁₀).	Relações familiares entre pais e filhos no período da adolescência.
Eliane Portes Vargas, Luciane da Costa Moás; (2010) Brasil – Qualitativo (E ₁₁).	Discursos normativos sobre sexualidade, família e reprodução difundidos pelos saberes médico e jurídico na sociedade contemporânea.
María José Rodríguez-Jaume, Diana Jareño Ruiz; (2015) Espanha – Qualitativo (E ₁₂).	Análise do estigma social vivenciado pelas famílias adotivas a partir do crescimento do fenômeno das adoções internacionais na Espanha.
Jorge Del Picó Rubio; (2011) Chile – Qualitativo (E ₁₃).	Modificações no conceito de família a partir das mudanças no direito chileno.
Tonantzin Ribeiro Gonçalves, Lis Eguia Guimarães, Milena da Rosa Silva, Rita de Cássia Sobreira Lopes & Cesar Augusto Piccinini; (2013) Brasil – Qualitativo (E ₁₄).	Análise da relação de paternidade nos três primeiros meses de vida do bebê.
Patricia M. Gazmuri Núñez; (2012) Argentina – Qualitativo (E ₁₅).	Preferências e expectativas da família cubana contemporânea em relação com a moradia a partir dos potenciais impactos da habitação nas relações familiares.
Nara Liana Pereira-Silva, Larissa Dias Oliveira, Mayse Itagiba Rooke; (2015) Brasil – Quantitativo (E ₁₆).	Dinâmica e funcionamento de famílias com membros com Síndrome de Down.
Laura Vilela e Souza, Manoel Antônio dos Santos; (2012) Brasil – Qualitativo (E ₁₇).	As relações das famílias com membros diagnosticado com Transtorno do Comportamento Alimentar (TCA) no desenvolvimento de grupos de apoio para os familiares.
Gloria Amparo Giraldo Zuluaga; (2014) Colômbia – Misto (Qualitativo e Quantitativo) (E ₁₈).	Percepções e sentidos produzidos pelos jovens Colombianos sobre suas famílias.
Dagmar Esterman Meyer, Carin Klein,	Investigação sobre as noções de família em políticas

Letícia Prezzi Fernandes; (2012) Brasil – Qualitativo (E ₁₉).	de inclusão social no Brasil contemporâneo.
---	---

Os artigos aqui revistos apresentaram em seu conteúdo elementos que nos auxiliaram a expor as formas pelas quais vêm se expressando as famílias contemporâneas, sendo possível para nós apresentar suas características principais, bem como os fenômenos sociais que guardam íntima conexão com suas variações atuais.

Com o intuito de facilitar a expressão e visualização dos resultados obtidos, os estudos em questão receberam legendas que possibilitaram sua organização. A tabela apresentada acima correlaciona os estudos ao índice “E” adicionado da numeração que o identifica e discrimina dos demais.

Os estudos sobre Família apresentam uma dificuldade latente a sua construção, pois não é preciso uma investigação muito aprofundada para perceber os diversos aportes e as diferentes matrizes que fundam uma forma plural de abordar esse fenômeno. Essa diversidade de abordagens pretende dar conta, cada uma por sua vez, da complexidade do acontecimento. Somada à dispersividade do próprio campo de estudos sobre o fenômeno *Familiar*¹⁹, ressaltamos a forma como se apresenta e se delinea o nosso tempo atual, o qual incide como mais um elemento complexificador ao desenvolvimento desse tipo de estudo. Assim, ressaltamos que o momento histórico do qual a família é parte não é apenas uma data ou época onde se podem ver as manifestações familiares, mas é parte fundamental e constituinte de suas possibilidades de expressão.

Existe de forma muito presente no discurso popular a veiculação de teses a respeito do destino da Família. Em geral, elas apresentam e insinuem vivências a respeito de uma crise ou mesmo a morte da própria organização familiar. O tema Família vem ocupando também o cenário político-jurídico a respeito de sua constituição. Para citar alguns exemplos, temos a discussão no Brasil do Projeto de Lei Nº 6583/13 que prevê um conjunto de assertivas que outorgariam o *Estatuto* de Família a quem estivesse dentro das características previstas por esse documento, bem como as rediscussões no direito matrimonial chileno.

Essas discussões e vivências a respeito da família insinuem que, embora para muitos de nós o tema possa estar resolvido devido a assunção, em geral, de uma perspectiva construída a partir das relações com nossas próprias famílias, agimos, então, e proferimos

¹⁹ Utilizamos o termo *familiar* em substituição a *familiar* para evitar confusões semânticas a respeito do entendimento do vocábulo familiar. Pretendemos com ele nos referir àquilo que é da família, pertence a ela ou faz parte dela e não às relações de habitualidade e conhecimento.

“verdades” sobre como é, o que deve ser e o que é a família. Entretanto, é crucial notar que para o imaginário social, de forma mais ampla, há aí questões conflituosas. Dessa forma, se a família morreu ou não, se está em crise ou não, apresenta como experiência mais imediata a rediscussão de seus termos, ações e operações. A necessidade desses novos debates sobre a família parece estar sustentada na vivência da dúvida.

Por ilações lógicas parece apenas se *re-discutir* algo quando as *discussões* anteriores não se apresentam mais como satisfatórias ou correspondente ao que se toma naquele momento como realidade. A rediscussão, portanto, *grosso modo*, opera sobre a possibilidade de reformular os nexos de correspondência e equivalência entre a ideia que se tem de algo e a experiência que se tem desse mesmo algo, mas, se antes essa relação de correspondência já foi aceita ou era suficientemente boa para dar conta do que vivíamos, o que aconteceu nessa relação? É preciso supor que algo se modificou quebrando ou estabelecendo elementos outros que reconfiguram essa equação de correspondência.

Diante disso, podemos nos perguntar: O que mudou na família? Algo nela morreu? Alguns autores, como Gimeno (2002), defendem que a ideia da morte da família precisa ser retificada. Em uma análise histórica e transcultural, somos capazes de observar a convivência de modelos familiares distintos em uma mesma época e mesmo lugar, e o que essa análise histórica revelaria é que, em tese, a família continua sendo uma realidade, apesar de suas diferenças. Entretanto, também aponta que seria injusto afirmar que os que profetizavam o fim da família estavam de todo errados, posto que a atual diversidade e pluralidade familiar em seus múltiplos deslocamentos mostra-se substancialmente distinta do modelo estanque, patriarcal de outrora.

Para Beltrão (1970), o grupo familiar e o matrimônio são os elementos que foram mais implicados nas transformações macrossociológicas da contemporaneidade. E, por fim, na análise de Rubio (2011), possivelmente a resposta mais assertiva à ideia de uma crise da família seria apresentar uma correlação entre essa crise e a transformação das funções tradicionalmente atribuídas à família.

O contexto apresentado parece ter como eixo as mudanças e transformações na família. Que mudanças foram essas? Quem é a família de que se fala hoje? No intuito de responder a essas questões, apresentaremos um compilado de estudos de diversos autores sobre as famílias contemporâneas.

Sobre as principais modificações ocorridas no grupo familiar, destacaremos algumas categorias que, de forma geral, condensam os elementos apresentados nos estudos publicados na área, articulando-os e os inscrevendo sob essas categorias de acordo com as

informações e proposições anunciadas. Elencamos, então, as categorias que nos auxiliarão a expressar e ordenar de melhor forma o que se diz sobre as famílias contemporâneas. Elas são: *Mudanças nas relações de gênero; Mudança na configuração familiar; Amparo jurídico; Mudanças nas relações de parentesco; Mudança nas relações etárias; Expectativas sobre a família; Valores familiares.*

A divisão é evidentemente didática. Para auxiliar a visualização das mudanças entendemos, portanto, que um elemento presente em qualquer uma dessas categorias influencia e repercute nos demais. Apresentaremos agora as transformações ocorridas na família seguindo a ordem respectiva das categorias anunciadas acima.

Mudanças nas relações de gênero

Os estudos E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁹, E¹⁰, E¹⁴ e E¹⁶ apontam modificações e transformações nas formas de expressão, interação, responsabilidades e ações a respeito dos lugares ocupados por homens e mulheres nas famílias contemporâneas. Indicam que as famílias contemporâneas apresentam uma arquitetura não mais vertical e, sim horizontal; exibem um processo de democratização das funções familiares; e têm um princípio regulador das relações baseado na equivalência, destacando a ideia de que as categorias homem e mulher não são intrinsecamente diferentes. Dessa forma, obliteram-se os limites das dimensões de exclusividade do público para o homem e do privado para a mulher.

Atividades antes desempenhadas por apenas um dos cônjuges são agora compartilhadas também pelo outro. Isso implica novos espaços para homens e mulheres. Para a mulher, torna-se possível o papel de trabalhadora para além do contexto doméstico e não apenas o de mãe e esposa, o que externa como questão a conciliação entre eles. Para o homem, passa a ser delineada a divisão de tarefas no espaço doméstico e no cuidado com os filhos; o novo pai envolve-se mais afetivamente e está mais liberto da posição de provedor financeiro da família. Pai e mãe apresentam direitos e deveres iguais e o investimento nas carreiras pessoais passa a ser a dinâmica do casal e não privilégio de um em detrimento do outro.

Torna-se importante também ressaltar que, embora em conjunto, esses estudos dirigem-se a um novo momento sobre essas novas formas de viver. As questões de gênero, as transformações nas relações, não se efetivaram completamente e nem têm caráter de homogeneidade social, fato que pode ser destacado nos E¹, E² e E³. Nesses estudos, encontramos como advertência que o cuidado continua sendo prática de competência e

responsabilidade predominantemente feminina e que o cenário de transformação das relações de gênero apresenta níveis de tensão e conflito.

Mudança na configuração familiar

Neste tópico estão presentes as contribuições dos estudos E¹, E², E⁵, E⁸, E¹⁰, E¹², E¹³, E¹⁵, E¹⁸ e E¹⁹, as quais expõem a pluralidade de formas e articulações assumidas pelas famílias contemporâneas. Suas mutações apresentam-se na provisoriedade dos laços e mobilidade dos sujeitos. Nesses novos desenhos, a concepção de família tem uma base negociada e igualitária, cujo modelo não é necessariamente matrimonial. Seu caráter múltiplo e diverso exibido atualmente está relacionado tanto à redução das taxas de matrimônio em geral como ao aumento das taxas dos casamentos tardios e menos duradouros, do divórcio, do recasamento, do mãe-solteirismo e da coabitação como alternativa ao matrimônio formal. A coabitação, portanto, exibe-se como possibilidade de escolha para a decisão de se iniciar uma nova família.

A esse movimento respondem os modelos de família reconstituída, família monoparental – podendo ser adjetivada de masculina ou feminina, família multigeracional, casais do mesmo sexo, casais sem filhos, casais não casados, famílias adotivas – podendo ser monoparentais, homoparentais, adotivas tradicionais e adotivas preferenciais –, família nuclear, família extensa, famílias rotativas e famílias alargadas.

Amparo jurídico

Os estudos E1, E3, E4 E9, E12 e E13 colaboraram com a visualização das modificações ocorridas em âmbito jurídico no que diz respeito a seus atravessamentos na família. As relações jurídico-institucionais têm papel fundamental na regulamentação de novas possibilidades de inter-relação já reconhecidas, legítimas e garantidas enquanto direitos. Entretanto, podemos ver os mesmos processos jurídicos, que reconhecem formas de se inter-relacionar garantindo direitos, operarem imposições e restrições, fomentando a manutenção de uma forma de convivência em detrimento de outras articulações possíveis. Rubio (2011) aponta que no Chile as formas jurídicas mantiveram uma configuração familiar tradicional por mais tempo, apesar dos fenômenos da industrialização e urbanização que agenciaram mudanças nas organizações familiares ao redor do mundo.

A lei do divórcio brasileiro, da década de 70, que regulamentava a possibilidade de separação conjugal – antes não permitida pelo caráter insolúvel do matrimônio; a Constituição Federal de 1988 – que estabelece a igualdade entre os gêneros e nas responsabilidades das relações parentais; e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que institui o fim da diferenciação entre filhos gerados dentro ou fora do casamento e divide com o Estado o dever de assegurar a criança e ao adolescente acesso à educação, saúde, lazer, cultura, alimentação, liberdade – são exemplos no Brasil de leis que incidem diretamente nas relações familiares.

A respeito do espaço de regulamentação jurídico em torno das famílias, gostaríamos de, em especial, destacar o art. 226 da Constituição Federal, onde a família é tomada como a base da sociedade, devendo ter proteção especial do Estado, competindo a ele sua tutela, proteção e aperfeiçoamento. Essas expressões legais sugerem cada vez mais uma maior participação do Estado, que antes estava mais distante do grupo familiar.

Para além dessas questões mais circunscritas no cenário brasileiro, temos no Chile também uma aproximação entre as formas jurídicas e a família, podendo ser encontrada na revisão do direito matrimonial, que contempla a igualdade de tratamento para com os pais por parte do Estado nos assuntos a respeito da filiação: ambos têm os mesmos direitos e responsabilidades. Há nas revisões do direito matrimonial chileno, progressivo reconhecimento do direito de ambos os progenitores, além da garantia à guarda compartilhada tanto durante o estado matrimonial como na eventualidade de qualquer momento crítico. Por fim, em âmbito internacional, podemos constatar uma tendência geral no Ocidente à equiparação da filiação biológica à adotiva, que também no exercício de suas práticas sugere esse movimento de aproximação entre as dimensões do direito e da família.

Mudanças nas relações de parentesco

Para um melhor entendimento das contribuições que serão apresentadas a seguir, apontamos nossa compreensão sobre parentesco. Para nós, seguindo os entendimentos de Lévi-Strauss, citado por Sarti (2003, p. 40), “[...] o parentesco seria um sistema amplo, diversificado e complexo que joga com alguns elementos básicos, tais como relações de afinidade, relações de descendência e relações de consanguinidade (entre irmãos)”. A família, portanto, teria um caráter mais restrito, aparecendo como um grupo social concreto onde estão efetivados os vínculos de parentesco.

Os estudos de Lévi-Strauss (2009) já apontam para um deslocamento das relações familiares do plano puramente biológico, considerando os atravessamentos da cultura nessa relação, ou seja, das relações sociais e suas implicações nas formas de organização familiar que não se constituem somente pelos vínculos biológicos.

As mudanças nas relações de parentesco apresentadas nesta categoria têm como aportes os estudos E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁸, E⁹, E¹⁰, E¹², E¹³, E¹⁴ e E¹⁶. Esses contemplam as transformações das responsabilidades, papéis e ações tradicionalmente relacionadas a um parente específico, bem como o aparecimento de outras relações de parentesco que se costumam e nutrem o tecido social.

As famílias contemporâneas transgridem um modelo vincular de parentesco fundamentado nos aspectos genéticos e consanguíneos como também de manutenção e duração de vínculos, operando sobre uma dinâmica de camaradagem, afeto e solidariedade. Essa nova forma de vincular sinaliza modificações nas relações de hierarquia e permanência, sendo um modelo mais igualitário, horizontal, fluído e permeável, no qual há uma redução da distância entre as categorias adultos e pais das categorias crianças e filhos, além da maior possibilidade de transmutação da forma e configuração familiar pelas ações de seus membros em direção a reconstruções e recombinações desse tipo de grupo.

O processo de diminuição da distância e de transformações citados acima revela uma ordem em que todos os membros são considerados importantes no desenvolvimento da família e na qual os filhos assumem posturas mais ativas, avaliando e reivindicando o direito de serem tomados em conta em suas ações e comunicações, o que levaria a sua própria possibilidade de crescimento e amadurecimento. Podem ser observadas também mudanças nos investimentos sobre o grupo familiar em que são operados alguns deslocamentos, principalmente a respeito do lugar ocupado pela fraternidade e pelo trabalho.

A respeito dessa forma de vivência familiar, estabelecem-se alguns fenômenos: a redução das regras apresentadas às crianças; uma maior permissividade por parte dos pais; uma maior consideração da opinião dos filhos a respeito da família; a fragilização dos papéis tradicionais e a abertura ao espaço da amizade entre pais e filhos; o esvaziamento do lugar de autoridade; o período de cuidado com os filhos na infância e adolescência é alargado até idades mais avançadas; a insegurança no exercício da parentalidade pela inexistência de um modelo prévio; o conflito trabalho-família possibilitado pelo lugar destacado e valorizado que a dimensão do trabalho ocupa em nossa época. Além disso, há o aparecimento de um maior investimento nas relações fraternais, posto que as mudanças frequentes na família reordenam

o lugar da fratria como mais estável, possibilitando a construção de vínculos mais afetuosos e de cumplicidade, se comparados com as relações entre crianças e adultos.

Outras características que podemos citar são a presença da maternidade sem obrigatoriedade de matrimônio – que, mesmo assim, apresenta relações de parentesco maternas e paternas – e o aparecimento do fenômeno de adoção preferencial²⁰.

Mudanças nas relações etárias

E² e E⁴ são os estudos presentes na articulação desta categoria. As alterações nas taxas demográficas apontam para um envelhecimento da população e uma maior preocupação com o idoso, que é acompanhada no âmbito das famílias, implicando em mudanças nas relações entre faixas etárias. Essas transformações compreendem novas divisões dos segmentos geracionais, como também transformações nas relações sociais de uma forma geral, que podem ser vistas a partir das atribuições e expectativas. O aumento da expectativa de vida e o crescimento da longevidade inauguram novos elementos da heterogeneidade familiar.

Os diferentes tempos vividos que se presentificam na família através das diferentes gerações estabelecem o encontro de distintas socializações operadas cada uma de maneira singular e específica. Esse intervalo de vida maior contribui para o aparecimento de conflitos familiares iniciados na interação permitida pela coabitação de modos de viver sustentados e pautados por valores e visões contextuais referentes a temporalidades distintas.

Sobre os novos segmentos geracionais, podemos ver nas famílias atuais a convivência não mais inabitual de 3 ou até mesmo 4 gerações, sendo os de idade mais avançada nessas famílias divididos e classificados como *Jovens Idosos (Geração Pivô)* e *Velhos Mais Velhos ou Muito Idosos (Geração Anciã)*. A heterogeneidade familiar constituída a partir das modificações nas relações etárias, em seus aspectos intrínsecos, possibilita a mudança nas representações de algumas faixas de idade que antes eram tomadas e reconhecidas como pertencentes aos idosos. O intervalo de idade dos idosos de ontem, que antes correspondia aos signos da velhice, hoje é marcado pelas insígnias da jovialidade, deslocando a velhice para fases mais avançadas da vida.

²⁰ Para Rodríguez-Jaume e Ruiz (2015), as últimas décadas marcam uma mudança no sentido da adoção, em que ela deixa de ser exclusivamente uma alternativa à impossibilidade da geração de uma prole biológica, passando também a corresponder a uma opção de filiação. Essa nova opção é o que se convencionou chamar de adoção preferencial.

O recebimento comum de um pecúlio por parte dos mais idosos relacionado às configurações de um mundo instável na dimensão do trabalho, que tem muitas vezes como realidade presente a precariedade do emprego ou o desemprego estrutural, reordena e renova a posição ocupada também pelos mais velhos na família, os quais costumam permanecer no lugar de provedores de recurso.

Expectativas sobre a família

A família contemporânea parece estar passando por um processo de reinvenção de si mesma, porém, é alvo de expectativas sobre suas funções, sentidos e significados. Distribuídos pelos estudos E¹, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷, E⁸, E¹², E¹³, E¹⁶, E¹⁸ e E¹⁹ estão as ideias de que a família é o primeiro agente socializador, exercendo o papel de mediadora entre indivíduo e sociedade, independente de sua maneira de organização. Ela desempenha a função de promoção do desenvolvimento humano, servindo como espaço de crescimento pessoal, inclusive contribuindo para o aumento da produtividade do trabalhador – a dimensão do trabalho é relatada como um dos elementos relacionados ao crescimento pessoal –, além de ser também território de vínculos afetivos, os quais devem ter como caráter central e fundamental o cuidado.

A família contemporânea deve ter como uma de suas competências a criação e educação dos filhos sob uma perspectiva baseada na função e não na composição – o que significa dizer que é mais importante que se alcancem as expectativas que se tem sobre a família do que preocupar-se a respeito de que modo se configura a família, a partir de que modelo, por exemplo, um modelo homoparental ou heteroparental –, na realização dessas expectativas, efetivando funções essenciais que não poderiam ser assumidas por instituições outras. Ou seja, aquelas funções que dizem respeito às relações fundamentais e decisivas da pessoa, como a operação de códigos e símbolos a partir de uma dinâmica de funcionamento que é crucial na adaptação de qualquer criança. Para as famílias contemporâneas, portanto, cabe o lugar tanto de origem como de resolução de problemas sociais e econômicos.

Valores familiares

Os estudos E⁸, E¹⁰, E¹¹, E¹², E¹³, E¹⁴ e E¹⁸ auxiliam na percepção de que há nas famílias contemporâneas uma mudança de entendimento. Anteriormente, as análises familiares partiam com predominância do aspecto social e institucional, entretanto, há neste

momento um crescimento dos estudos que tomam por base um enfoque no sujeito individual que constitui as relações familiares e em seus vínculos afetivos. As famílias atuais partiriam de um forte ideal de autorrealização em todas as dimensões da vida, tendo a afetividade importância fundamental e motivadora na construção, manutenção e transformação das relações interpessoais, apontando um caráter não patrimonialista – a presença da afetividade e da autorrealização pessoal como características centrais da família contemporânea destituiu o caráter patrimonialista²¹ familiar, onde não havia distinção entre os interesses individuais e privados de cada indivíduo e os interesses do grupo familiar administrados, em geral pelo pai. As relações são valorizadas pela satisfação proporcionada a cada um dos membros da família, o que leva a um grande processo de individualização.

As articulações dos valores anunciados acima dão as condições de possibilidade para o aparecimento da valorização dos indivíduos em suas singularidades, da livre decisão individual ou do casal, do rompimento com o padrão hierárquico familiar, da centralidade e sacralização dos filhos, que não têm valor econômico, mas que são imensuráveis do ponto de vista emocional. Outros elementos importantes são: uma maior aceitação da existência do amor sem casamento (mas não do casamento sem amor); a aquisição de sentido próprio para o ato sexual tanto dentro como fora do casamento, não havendo o vínculo procriativo, o caráter voluntário da maternidade e do casamento – na associação entre homem e mulher com amor ocupando lugar destacado e determinante na união, sendo o sentimento a condição para a subsistência de um possível vínculo formal conjugal identificado pelo casamento.

A mudança nos valores familiares não são fatos consumados, plenamente efetivados e homogêneos. É possível, através dos estudos E¹⁴ e E¹⁸, visualizar que esse é um terreno ainda conflituoso, nos quais o ideal de paternidade veiculado atualmente, em que o pai participa de forma mais presente do cuidado dos filhos, não gera satisfação, tendo em vista a dificuldade em se alcançar determinados planos de idealidade ainda não possíveis por uma conjuntura social mais ampla. Outras questões que apontam para as dificuldades familiares e seus respectivos conflitos diz respeito à vida pessoal e íntima que em muitos casos é distante do grupo familiar, resguardando um lugar para a família que se estabelece como o das vivências institucionais, como reuniões, refeições, etc. Contudo, a família contemporânea também vivencia as experiências de falta de tempo e de falta de comunicação entre pais e filhos, estando elas muitas vezes vinculadas ao conflito trabalho-família.

²¹ A característica patrimonialista que nos referimos aqui diz respeito à ideia de que a família era uma unidade de produção econômica chefiada pelo pai. Todos os demais membros pertenciam à família. As decisões sobre a vida dos membros familiares eram governadas no sentido de promover a família, ou seja, a própria família era um patrimônio.

Tendo sido apresentadas até agora as características das famílias contemporâneas, iniciaremos a exposição dos eventos sociais que são identificados como guardando íntima relação com as modificações familiares.

Os estudos E¹, E³, E⁵, E⁶, E⁸, E⁹, E¹¹, E¹³, E¹⁴, E¹⁵, E¹⁸ e E¹⁹ atribuem relação direta entre as transformações familiares e alguns eventos sociais, citando como principais: as guerras mundiais, o fortalecimento do sistema capitalista de produção, a secularização, a inserção das mulheres em atividades profissionais assalariadas fora do ambiente doméstico, o aumento da escolarização em quantidade (número de pessoas a utilizarem o serviços de educação), como também em qualidade (níveis de escolarização obtida), as transformações sociais demográficas, as revoluções tecnológicas, o desenvolvimento dos meios massivos de comunicação, a urbanização e a industrialização, a expansão do movimento feminista, as regulamentações jurídicas sobre igualdade de gênero e responsabilidade familiar, os avanços médicos que circunscrevem o aumento da expectativa de vida e graus de sobrevivência, até a incorporação das regulações de natalidade pelo advento dos anticoncepcionais e a garantia de paternidade a partir dos exames de DNA.

No Brasil se dão, especificamente, as mobilizações sociais pelos direitos civis após a queda do regime militar e afirmação do discurso jurídico no que diz respeito à *Constituição Federal de 1988*²², ao *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*²³, à *Lei do divórcio*²⁴, ao *Novo Código Civil Brasileiro 2002*²⁵, e ao *Estatuto da Mulher Casada*²⁶.

²² A Constituição Brasileira de 1988 “institui homens e mulheres [como] iguais perante lei em direitos e obrigações [art. 5º, I], afirmando ainda que, os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente por ambos [art. 226, § 5º]” (SILVA; SILVA 2013).

²³ O ECA referenda a retirada da distinção entre tipos de filiação, colocando sob o mesmo estatuto a prole gerada dentro ou fora do casamento formal. Os primeiros, antes, nomeados de legítimos e os segundos de ilegítimos.

²⁴ A Lei do Divórcio (lei nº 6.515/77) permitiu a dissolução da instituição conjugal [art. 2º] e terminou com a prevalência da vontade paterna, competindo ao tutor (aquele que mantém a guarda) a responsabilidade a respeito dos problemas referentes aos filhos.

²⁵ Desaparecimento da ideia de chefe de família.

²⁶ O Estatuto da Mulher Casada (lei nº 4.121/62) concede o pátrio poder aos progenitores, muito embora, em caso de discordância entre os cônjuges, a vontade do homem prevaleceria, sendo facultado a mulher recorrer junto a um juiz.

5. FAMÍLIA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, pretendemos abordar de forma mais detida os pontos que consideramos cruciais para entendermos as relações na sociedade contemporânea, bem como suas implicações para a família e a alteridade.

Apresentaremos, então, a sociedade contemporânea a partir da mudança de suas interações. Essas transformações, para nós, estão centralizadas nas modificações das relações de confiança que ordenam o mundo social tanto em seu aspecto denotativo (descriptor do mundo), como do lugar de prestígio que os elementos de confiança de uma sociedade desfrutam, promovendo aspectos prescritivos (indicadores e normativos das condutas sociais).

Dessa forma é que a relação entre as ideias de Performance, Controle e Risco aparecem como elementos importantes à compreensão, pois desestabilizaram um mundo social ancorado em outras práticas de confiança, estabelecendo novas configurações e produzindo outros meios de assegurar as práticas sociais e suas relações.

5.1 A mudança nas relações de confiança: risco, performance e controle - as coordenadas do contemporâneo

Como já mencionado anteriormente, a agenda comum que de alguma forma nos permite um eixo mais consistente para a compreensão dos fenômenos contemporâneos vincula-se à ideia de modificações das nossas experiências a partir das transformações ocorridas na relação que estabelecemos com as dimensões do tempo e do espaço. Tempo e espaço são, então, os grandes marcadores de nossas vivências coletivas e individuais que destituem um conjunto de práticas sociais e permitem outras tantas.

Ao aceitar a prerrogativa de que nossas vivências acontecem em algum lugar e são atravessadas por um intervalo de tempo e que o início de práticas, seu desenvolvimento e seu fim são indicadores e marcas temporais, chegaremos à conclusão de que tempo e espaço são o continente ou as condições de possibilidade da vivência de uma experiência específica. Assim, conhecer a maneira como um sujeito ou uma sociedade vive o tempo e o espaço é fundamental para pensar as interações entre homem e mundo em que estão contidas outras tantas relações, quais sejam: o Eu e o Outro, o Interior e Exterior, o Familiar e Estranho, bem como as atividades de Trabalho, das Práticas de Saúde e Educação, das Relações Interpessoais Íntimas e de Conhecimento.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que a existência – observada a partir de suas ações concretas – apresenta-se também configurada pelas narrativas de confiança e desconfiança que emergem da modificação da relação do homem com o mundo. Cada momento histórico parece construir dispositivos para regulamentar um conjunto de práticas das instituições e dos agentes sociais que funcionam na estabilização do mundo social de forma peculiar a cada momento histórico.

Seguiremos, então, fazendo a análise das sociedades contemporâneas através da compreensão de três aspectos. O primeiro diz respeito à experiência das dimensões do espaço e do tempo da maneira como são vividos por esta sociedade – aqui teremos o auxílio de Anthony Giddens. O segundo relaciona-se ao principal dispositivo que organiza as relações entre o tempo e o espaço – Gilles Deleuze será nosso suporte nesse momento. E o terceiro direciona-se a destacar a forma como essa sociedade em específico legitima esses dispositivos de regulação do tempo e do espaço – François Lyotard será nossa referência nesse aspecto.

Os fenômenos que vivemos contemporaneamente são encarados por nós, sobretudo, como efeitos de uma vivência reflexiva de nossas ações sobre o mundo. Como já mencionado anteriormente, o lugar de destaque ocupado pelo discurso do saber científico e a mudança no sistema de produção social (feudalismo para capitalismo) possibilitaram um estreitamento e aproximação de ambos a um mesmo projeto de ação sobre o mundo. Os impactos dessas ações tornaram possível o aparecimento de uma nova sociedade constituída de novos modos de estar no mundo. Tomaremos, então, a sociedade contemporânea como um acontecimento na história da humanidade. Nesse sentido, nossa estratégia é, como nos sugere Deleuze (1992), passar por esse fenômeno recolhendo dele o que se efetivou na história por sua irrupção. Diante disso, pontuamos que:

O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisas, mas o acontecimento em seu devir escapa a história. A história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa a história. Sem a história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica. (DELEUZE, 1992, pp. 210-211).

Esperamos deixar claro com isso que nosso entendimento sobre o acontecimento, ou precisamente sobre a passagem da modernidade para a contemporaneidade, é que ele não é um desdobramento de um conjunto de relações anteriores presentes na modernidade, mas é possibilitado pela criatividade que não foi impedida pelos regimes de coesão previamente existentes no período moderno ou que se constituiu nas suas falhas. Em outras palavras, não se pode entender a sociedade atual (contemporânea) sem uma referência à sociedade que lhe

antecedeu, porém, tampouco esta sociedade atual se explica somente pelas sociedades que lhe antecederam.

Nesse sentido é que os efeitos das novas invenções tecnológicas, bem como a distribuição dos discursos de suspeita pelo tecido social tiveram impactos sobre as próprias formas de regulação social, possibilitando mudanças inclusive em nossa forma de vivenciar o tempo e o espaço.

Todas as organizações culturais apresentam alguma forma de contar, calcular ou vivenciar o tempo. A invenção do calendário e sua ampla utilização são um forte exemplo das diferenças nos modos de organização da vida social, tanto quanto os elementos que possibilitavam a produção. O calendário, portanto, é uma marca tão substancial da mudança de uma sociedade para outra quanto a invenção da escrita ou mesmo o desenvolvimento de novos modos de produção, como o sistema agrário (GIDDENS, 1991).

Em uma sociedade tradicional, todas as referências temporais eram preenchidas pelo espaço, não se podia fazer referência a um período de tempo sem os marcadores socioespaciais ou sem depender de regularidades nos fenômenos naturais. A coincidência entre tempo e espaço faz com que as relações sociais nessa sociedade sejam contingenciadas pela Presença²⁷ (GIDDENS, 1991). Podemos tecer uma série de exemplos, os quais facilitarão nosso reconhecimento sobre essa forma de lidar com o mundo. A posição solar indicava o período do dia, a vegetação em seu florescimento ou desenfleurar anunciava um período do ano e essas experiências todas eram contingentes a um espaço, o que significa dizer que o tempo era vivido a partir do espaço. As ações de plantar e de colher eram, nesse sentido, demarcadas por algum sinal fornecido pelo próprio lugar de plantio.

O que podemos observar na sociedade contemporânea é que a forma como vivenciamos o tempo foi transformada substancialmente, demarcando um novo conjunto possível de dinâmicas na vida cotidiana. Para Giddens (1991), a invenção do relógio mecânico, por exemplo, aliada a sua difusão pela população é um dos elementos fundamentais da cisão entre tempo e espaço na nossa sociedade, que tem por consequência o esvaziamento do tempo. Nossa divisão e organização de atividades não depende mais de um sinal do ambiente, trabalha-se por uma quantidade x de horas e não mais desde que o sol levante até que ele se deite, por exemplo.

²⁷ Entendemos Presença, como a relação de contiguidade entre tempo e espaço, na qual as experiências e ações do cotidiano são vividas em um “aqui e agora”. A convergência entre uma localidade e um período de tempo específico.

Dessa forma, se as sociedades tradicionais vivenciavam o tempo e o espaço de uma forma encaixada e tinham em suas práticas sociais ações baseadas na Presença, a sociedade contemporânea encontra outras relações. A contemporaneidade apresenta o Desencaixe²⁸ como forma de enunciação. As dimensões do tempo e espaço, agora, possibilitam práticas e ações muito diferentes das sociedades anteriores. Para Giddens (1991), o espaço foi arrancado do tempo e isso propiciou que as relações sociais fossem também reguladas não só por regimes de Presença mas, também, por influência de elementos “ausentes”, ou seja, local ou temporalmente distantes, tornando o lugar cada vez mais fantasmagórico.

O aqui e agora contemporâneo é atravessado por elementos que antes não estavam nem aqui e nem agora. As relações intersubjetivas são agenciadas também por elementos que antes eram separados e agora apresentam vinculações claras e coesas. Outro aspecto que destacadamente marca a conjuntura contemporânea é o que Lyotard (1998) chama de Princípio da Deslegitimação, o qual opera críticas às metanarrativas, tendo por impulso a própria exigência de legitimação nos jogos de linguagem social. Nesse contexto em que os elementos de suspeita foram disseminados, produzindo instabilidades e recorrentes ações de deslegitimação no mundo social e da experimentação de uma vivência desencaixada do tempo e do espaço é que podemos melhor compreender alguns fenômenos contemporâneos, como a importante noção de Risco e o aparecimento de uma espécie de crise generalizada.

A concepção de Risco contemporânea é de suma importância para o desvelamento de algumas das principais características do mundo em que vivemos. A ideia de Risco surge entre os séculos XVI e XVII, mas tinha inicialmente uma vinculação à ideia de lugar ou espaço, sendo apenas posteriormente ligada à dimensão temporal em situações de incerteza, tornando-se seu uso mais difundido em sociedades que se orientam para o futuro. O Risco seria uma maneira de regular o futuro (GIDDENS, 2007).

No entanto, o Risco, como apresentado no contexto contemporâneo, exhibe uma relação de dependência cognitiva e de associações entre termos aparentemente desconexos que são reconectados por relações de visibilidade produzidas pela racionalidade científica (BECK, 2011).

O Risco, neste sentido em que o apreendemos atualmente, só se faz possível em uma sociedade em que haja desencaixe entre tempo e espaço. Sem a subordinação ao espaço, o futuro (antes ausente, pois as relações estabeleciam-se pelos limites do presente) pode agora

²⁸ Utilizamos a noção de Desencaixe no mesmo sentido atribuído por Anthony Giddens em sua obra *As Consequências da Modernidade* (1991).

ser presentificado, pensado e refletido. O Risco põe em dúvida limites, estruturas e práticas, sendo distribuído de forma ampla para além das delimitações de uma localidade específica. A racionalidade participa desse processo conectando eventos ausentes de um determinado lugar e a um determinado tempo. Dessa forma, por uma racionalidade, é possível conectar eventos e ultrapassar os limites da Presença, apontando, por exemplo, relações entre uma negligência familiar (lugar de ocorrência) ocorrida na infância (tempo de ocorrência) e o desenvolvimento de um quadro ou transtorno psicológico (lugar de ocorrência) na vida adulta (tempo de ocorrência). Compreendemos, então, que o Risco e sua ubiquidade, no cenário contemporâneo, é produto da experiência desencaixada de tempo-espço e da relação de insegurança tornada evidente pela deslegitimação recorrente e generalizada na sociedade atual.

O impacto da noção de Risco nas instituições e nos agentes sociais é tão substancial, que Giddens (2007) relata o desenvolvimento de uma normativa de desenvolvimento construída no ano de 1980, na Alemanha, para enfrentar o crescimento do Risco. Essa normativa ficou conhecida como *Princípio de Acautelamento* e tratava de propor ações ainda que não se tenha certeza científica com relação ao risco de uma determinada situação. Assim, percebe-se que, em nome do risco e na tentativa de evitar problemas no futuro, são convocadas ações no presente mesmo que não se tenha segurança sobre a efetivação de uma circunstância prejudicial no futuro.

Nesse sentido, encontramos as recorrentes mudanças, as dinâmicas sociais intensas e velozes, bem como as transformações e as crises de nosso tempo. Segundo Deleuze (1992), as grandes organizações da modernidade – como os hospitais, a prisão, a escola e a família –apresentam um momento de crise pela rediscussão de suas bases e a transformação de suas práticas que mudam o funcionamento interno dessas instituições, tornando-as sistemas abertos e intercomunicantes, onde a distância entre elas é cada vez mais diluída.

Dessa maneira, a dúvida sistemática e o esvaziamento do tempo ou sua não subordinação ao espaço possibilitaram tipos de relações que se constituem de eternas revisões de seus limites e na diluição desses próprios limites vinculado a lugares. As Escolas estão nas Empresas e as Empresas estão nas Escolas, Os Hospitais estão nas Escolas e as Escolas nos Hospitais, a Escola e o Hospital também estão na Família, e assim por diante. Além do mais, aquilo que Giddens (1991) chama de pontos de acesso – pontos de encontro entre os sujeitos leigos e os representantes dos saberes peritos: médicos, educadores, psicólogos, etc. – funciona como espaços de democratização e veiculação de práticas e saberes que se prolongam para além desses pontos de acesso. Dizendo de outra forma, os pontos de acesso

permitem que as práticas antes encerradas ou restritas a uma instituição específica se disseminem no tecido social para além dos limites da própria instituição que o promoveu.

Deleuze (1992) aponta que uma das novas práticas possíveis na contemporaneidade é a ideia da formação permanente, ou seja, aquela que transcorre no tempo sem um limite, sem um término, bem como o aparecimento de híbridos, como o operário-aluno ou o executivo-universitário. Apontamos, então, que, nessa conjuntura, os limites da presença são então dissolvidos, seja em seu aspecto local – o aqui – como em seu aspecto temporal – o agora.

Diante desse contexto é que podem ser melhor compreendidas as ações médicas pautadas na informação aos usuários do serviço de saúde e, portanto, de alguma forma sustentadas na educação e formação de sujeitos que tornam-se conhecedores dos processos de adoecimento a fim de preveni-los, ou seja, do médico atuando como “educador” ou, ao contrário, o ensino de práticas de higiene, primeiros socorros ou de prevenção de vetores de adoecimento ocorridos na escola, propiciando uma atuação “médica” ou em saúde pelos educadores.

O que parece acontecer no contemporâneo, propiciado pela experiência da Deslegitimação e do Desencaixe que tornaram possível o Risco e sua distribuição, é uma modificação e questionamento intensos, dinâmicos e velozes das referências e dos limites perpassados por um contexto de vivência da incerteza, da insegurança e da descrença, como em nenhuma outra época. Nesse sentido é que essas transformações demandam e exigem um novo sistema de confiança. O dispositivo desse novo sistema é para nós o Controle da forma, como compreendido por Deleuze (1992), e sua operação é efetuada por sistemas peritos e abstratos, tal como entendido por Giddens (1991).

Em uma sociedade do controle nunca se finaliza nada, nem a formação, nem o serviço. As avaliações contínuas e a criação de distorções internas, em instituições antes caracterizadas por homogeneidade de rotinas, introduz um tipo de rivalidade propiciadora de uma modulação contínua. Citamos como exemplos: o salário por mérito (empresas), as penas substitutivas (prisão), as práticas de prevenção e promoção de saúde (hospitais), a formação permanente (escola). O controle passa, então, a acontecer também ao ar livre e a partir de sistemas abertos, em oposição ao dispositivo do confinamento comum nas sociedades disciplinares (DELEUZE, 1992).

Os sistemas peritos na contemporaneidade assumem um caráter abstrato, pois os elos de confiança não são produzidos diretamente pelas relações interpessoais. Os sistemas peritos não precisam necessariamente do encontro entre os indivíduos e os grupos que são

responsáveis pela constituição dos campos de perícia para o desenvolvimento da confiança, mesmo quando esse encontro se torna possível pelos pontos de acesso, nos quais leigos e especialistas compartilham um mesmo espaço. O real lugar da confiança é o próprio Sistema abstrato no seu conjunto de formulações e não as pessoas que o representam (GIDDENS, 1991).

Identificamos como condições que possibilitam o desenvolvimento da confiança nos sistemas abstratos a influência de um currículo oculto que, nos processos de educação formal, aponta para o saber científico como o mais importante e o desenvolvimento de uma segurança ontológica a partir dos processos de socialização primária. É importante ressaltar que os sistemas abstratos são sistemas sem rosto e são caracterizados por terem os elementos de confiança muito mais fundamentos no saber médico do que na pessoa que o incorpora (GIDDENS, 1991).

A constituição da confiança básica pode ser melhor compreendida por uma leitura de uma abordagem psicológica da confiança, em que os indivíduos recebem em seu primeiro ambiente social as referências que se constituem a partir de uma uniformidade e continuidade do externo. Dessa forma, esses padrões possibilitariam em resposta o desenvolvimento de um senso de autoconfiança, pois é possível ter uma relação de harmonia com os elementos exteriores que funcionam de uma maneira específica e regular (GIDDENS, 1991).

Para Giddens (1991), a rotina tem uma relação bastante estreita com o desenvolvimento da confiança. O hábito passa, então, a ter uma importância destacada, operando um duplo funcionamento: a rotina, ao mesmo tempo que produz uma espécie de relaxamento pela previsibilidade possibilitada pelo padrão, propõe a necessidade de uma vigilância constante entre os envolvidos, que promove, por sua vez, uma espécie de consciência prática.

O que gostaríamos de ressaltar é que esses processos de socialização primária, atualmente, desenvolvem-se no contexto contemporâneo em que a sociedade vive um processo de desencaixe, permitindo o questionamento de quase todos os limites previamente estabelecidos. Isso para nós implica dizer que essas referências externas parecem também já corroborar um processo de ancoragem atravessado pelo lugar de destaque ocupado pelo saber científico – colaboradores da experiência de desencaixe.

Se os padrões externos apontam uma reflexividade sobre o sujeito, a modificação da conjuntura externa operaria também outros efeitos reflexivos sobre os sujeitos. Entretanto, se são necessários padrões e rotinas para o bom desenvolvimento da confiança, e que ainda esse processo psicológico seja possível em nossa sociedade, parece ser pertinente pensar que a

sociedade contemporânea tenha encontrado seus próprios mecanismos de reencaixe e desenvolvimento de suas próprias rotinas.

Acreditamos que essas rotinas sejam o costumeiro encontro com os saberes peritos, já que eles guardam a narrativa de prestígio e confiança contemporânea, bem como a continuidade de suas práticas nas relações familiares, tendo em vista que os saberes especialistas assumem também como possibilidade espaços de socialização da informação e do saber técnico. Dessa forma, duas rotinas são estabelecidas: a do encontro nos pontos de acesso e da reprodução dos saberes, e a das práticas que se estabelecem para além dos limites dos pontos de acesso.

Essas duas rotinas passam, então, a ser “naturais” e espontâneas, tanto no que diz respeito às frequentes consultas aos pontos de acesso do saber abstrato (médicos, psicólogos, pedagogos, etc.), como na veiculação de rotinas que levam em conta a informação técnica obtida a partir da democratização possibilitada por esse encontro. Essas “rotinas técnicas” não são operacionalizadas pelos peritos, mas são reproduzidas pelo cidadão comum, tornando-se amplamente difundida pelos processos de socialização.

Diante disso é que a forma especialização parece constituir, de modo mais hegemônico, nossas maneiras de viver e experimentar o mundo atual. Para Giddens (2012), a especialização assume, no contexto contemporâneo, uma penetração ampla, pois o especialista pode ser potencialmente qualquer indivíduo. Essa é para nós uma questão fundamental, já que isso significa uma ação em duas direções: tanto o conhecimento para ser um especialista pode ser apropriado por qualquer pessoa, quanto as práticas são difundidas e tornam cada leigo, momentaneamente e em um certo sentido, especialista também.

A especialização opõe-se à tradição como forma de operar no mundo. Ela tem um caráter desincorporado, não se referindo a um local e nem a uma “*verdade formular*”²⁹, posto que acredita na autocorreção constante do conhecimento dependente de um ceticismo metódico. A especialização não tem vinculações locais e as experiências localizadas são vividas como uma realocação ou recombinação do conhecimento, agora distribuído e presente em todos os lugares. Parte de sua impessoalidade está ligada ao fato de que se baseia em princípios impessoais que têm como característica o desenvolvimento para além dos predicados do contexto (GIDDENS, 2012).

Uma oposição que se estabelece, então, de forma sistemática na contemporaneidade é a de leigo e especialista. A diferença entre essas duas posições estaria na

²⁹ Apesar do vocábulo “Formular” não ser utilizado como adjetivo na língua portuguesa, manteremos seu uso tendo em vista estarmos em acordo com a utilização dele por Giddens (2012).

ideia de que existe um desequilíbrio nas informações e habilidades sob a perspectiva de um determinado campo de ação que torna alguém autoridade em relação aos outros em um determinado campo específico (GIDDENS, 2012). Da maneira como Lyotard (1998) reflete sobre essa questão, tem-se os efeitos de uma sociedade em que cada vez mais se separa o “saber” do “sabedor”. Nessa conjuntura, somos todos potencialmente especialistas, pois poderíamos ter acesso ao saber, porém, sob uma determinada perspectiva ou área, somos também todos leigos.

O caráter da especialização não impede e exige a existência de centros de autoridade, como as associações profissionais ou as corporações que conferem diplomas, mas sua relação com as reivindicações do conhecimento que elas buscam influenciar ou regular é muito diferente daquela dos centros de tradição com respeito à “verdade formular”. O papel desses centros de autoridade seria o de proteger a própria imparcialidade do conhecimento codificado (GIDDENS, 2012).

Dessa forma, podemos falar que o sistema de confiança contemporâneo se apresenta pelo menos em dois níveis. O primeiro diz respeito à própria “natureza” dos processos de formação do conhecimento, que se enunciam de acordo com os valores e regularidades do pensamento científico, que por sua vez é uma narrativa que frui de grande prestígio na sociedade atual, ainda que esse prestígio seja temporário e a forma como se construíram essas proposições possam ser futuramente questionadas. O segundo, relaciona-se aos centros de autoridade que asseguram a aplicação do conhecimento especializado garantindo que esse tipo de conhecimento seja aplicado de acordo com a forma com a qual foi desenvolvido.

Nesse sentido, os dois níveis apresentam íntima articulação, no qual o segundo garante que o uso do conhecimento desenvolvido no primeiro nível seja adequado, da mesma forma que esse controle apenas pode ser feito após a apresentação de um conhecimento enunciado de acordo com os valores científicos. Sabemos, conforme discutido, que o currículo oculto e a difusão do saber científico, também pelos processos de socialização mediados pelas práticas rotineiras, mantêm a relação de confiança nesse tipo de construção narrativa, e que essa construção narrativa opera distensões, tensionamentos e modificações no cotidiano das pessoas. Mas como efetivamente esse primeiro nível de confiança básica legitima as ações da narrativa científica? De que forma se constitui? Em nossa análise, a contemporaneidade apresenta como elemento ordenador da confiança, nesse modelo narrativo, a *Performance*.

O contexto contemporâneo, tendo em vista sua presente marca da deslegitimação – que ocasionou a falência de metanarrativas que estruturavam e organizavam o mundo social –, não poderia passar sem um dispositivo de legitimação. A respeito da questão da natureza do que é legítimo, encontra-se, desde Aristóteles, uma indissociação entre a legitimação e a figura do legislador, findando por associar indissolúvelmente dimensões do conhecimento a dimensões morais, na medida em que a decisão sobre o verdadeiro não era independente da decisão sobre o justo (LYOTARD, 1998).

Acontece que a falência das grandes narrativas que ordenavam a modernidade – principalmente a especulativa e a emancipatória – abriu espaço para um terceiro termo e outra organização entre saber e sociedade que cada vez mais torna o saber subordinado não mais à verdade produzida por especulação e nem mais à justiça produzida pela emancipação. O terceiro termo que se apresenta agora, nessa equação, é a potência (LYOTARD, 1998).

O que vai animar o dispositivo de legitimação atual é a aproximação entre conhecimento e poder. Enquanto nos metarrelatos modernos a forma especulativa subordinava a “justiça” à “verdade”, ou seja, a pertinência da prescrição à pertinência da denotação, a forma emancipatória propunha o inverso, estando, no entanto, o “justo” e o “verdadeiro”, o prescritivo e o denotativo também intimamente relacionados (LYOTARD, 1998).

Porém, numa análise sobre a contemporaneidade, não é difícil notar que a vida está cada vez mais vinculada a estados de potência – o que se pode, ou consegue fazer e o que não. O jogo de pertinência atual foi transformado, não se trata mais do verdadeiro, ou do justo e, sim do eficiente: uma coisa é tão boa quanto mais bem-sucedida ela é. A justiça social (prescritiva) e a verdade científica (denotativa) têm suas pertinências agora vinculadas à otimização das performances, sendo necessário, em algum grau, a inoculação de um certo medo para operar seu funcionamento (LYOTARD, 1998).

Aqui nos parece ser importante retomar que o Risco, conforme concebido e apropriado por nossa sociedade e sua ampla difusão e distribuição, funciona de forma a marcar constantemente a presença do medo, que se presentifica também pela ação e rotinas contínuas de submetimento a provas, exames e avaliações, que podem vir “fazer ver” relações perigosas.

Com isso, destacamos que, evidentemente, o sistema de avaliações e provas não é invenção atual, entretanto, seu sentido foi alterado fortemente. O que está em jogo aqui não é mais a absoluta veracidade de uma assertiva ou seu valor social como “bom” ou “mal”, o critério de operatividade diz respeito à eficácia de uma prática ou saber. Se tomarmos a

pertinência da eficiência e a entendermos como a capacidade de operar uma ação de transformação no mundo a partir da evolução das marcas anteriores previamente estabelecidas, entenderemos, assim como sugere Lyotard (1998), que saber e poder se apresentam como uma relação indissociável nas questões contemporâneas, dando a ver, mais do que nunca, o problema do governo.

A questão, então, que se pode colocar é: Como o poder pode se constituir como elemento de confiança e legitimação social? Para Lyotard (1998), conforme também já mencionamos, o poder e a pertinência da eficácia têm na Performance a prova empírica do bom exercício das faculdades da razão, e esse critério de desempenho influencia o próprio critério da verdade e da justiça. A Performance funcionaria como uma espécie de legitimação pelo fato.

O desenvolvimento e a produção de saberes que se instrumentalizam por técnicas capazes de aumentar índices, marcas, a produção, a eficiência, e reduzirem os custos, desgastes e deteriorizações são vistos como extremamente relevantes por otimizarem a Performance. A técnica é então vista como instrumento importante nas relações contemporâneas e tem seu estatuto de prestígio reafirmado tanto quanto mais efetiva for em ajustar os termos da equação entre prejuízos e ganhos, promovendo melhora de desempenho.

O horizonte deste procedimento é o seguinte: sendo a realidade que fornece as provas para a argumentação científica e os resultados para as prescrições e as promessas de ordem jurídica, ética e política, pode-se vir a ser senhor de ambas tornando-se senhor da realidade, o que as técnicas permitem. Reforçando-as, reforça-se a realidade, conseqüentemente, as chances de ser justo e de ter razão. E reciprocamente, reforça-se tanto as técnicas de que se pode dispor do saber científico e da autoridade decisória. (LYOTARD, 1998, p. 84).

As principais questões de uma sociedade que legitima suas relações a partir de um princípio de desempenho ou *Performance* é não mais destacar a verdade e, sim perguntar sobre a utilidade da verdade, ou mesmo sobre a melhor forma de alcançá-la. Nossas articulações são menos, hoje, sobre em que lugares queremos chegar, passando a ser mais sobre qual a melhor forma de se chegar a esse lugar. Nosso interesse é mais sobre como ser um bom profissional do que propriamente o que é ser um profissional, ou se vamos conseguir ser um profissional. Nossas preocupações estão mais alinhadas à melhor forma de emagrecer, do que propriamente se vamos emagrecer ou não. A pergunta já não é mais sobre como ser, e sim sobre como ser melhor, recolocando eternamente a revisão das mesmas questões na procura de um melhor desempenho.

5.2 Desencaixe e transformações nas associações íntimas

A experiência de *Desencaixe* das dimensões do tempo e espaço, os procedimentos de *Controle* e administração dos *Riscos* e o princípio do desempenho ou da *Performance* constituem a assinatura de uma mudança substancial nas maneiras de relacionar-se no mundo. A diluição dos limites institucionais no mundo contemporâneo promoveu repercussões nas relações íntimas, apresentando tantas transformações ao grupo familiar que sua conceituação se tornou esmaecida.

O significante *Família* parece não ser mais uma unidade semântica que dê conta da multiplicidade de suas expressões e possibilidades, sobretudo porque seu estatuto passou a estar em discussão no campo político-jurídico-institucional de muitos países desde a década de 60. Podemos citar como exemplos desse espaço de disputa a formalização de leis ou a construção de políticas públicas presentes na Espanha³⁰, na França³¹, no Brasil³² e no Chile³³.

Para Singly (2007), o posicionamento do Estado é ambíguo. Por um lado, em geral, as políticas públicas parecem ser mais generosas e progressivas ao reconhecer muitas associações íntimas e garantirem minimamente sua existência através dos auxílios e, por outro, a dimensão jurídica do Estado, a partir do braço do Direito Civil, alia-se a entendimentos mais conservadores e outorga um estatuto de família a associações íntimas reduzidas diante da vastidão encontrada no cotidiano.

Dessa forma, falar de todas as modificações ocorridas na contemporaneidade sobre o grupo familiar torna-se extremamente difícil devido à instabilidade do conceito, ou mesmo a pluralidade quase infundável de associações que impossibilitam um critério seguro e fundamental que funcione como elemento de coesão, assegurando um estatuto de reconhecimento e garantia de direitos.

Entretanto, acreditamos que o *Desencaixe*, o *Controle* e a *Performance* possibilitaram a dispersividade de associações íntimas que frequentemente tentamos remeter ao conceito de família. Diante disso, propomos uma maneira de pensar essas associações íntimas que tensionam e expressam uma agonística em torno do termo família, entendendo que os critérios de parentesco, consaguinidade ou mesmo a co-habitação – como pode ser

³⁰ Ver capítulo 3.

³¹ Ver obra *A Sociologia da Família Contemporânea* (2007) de François Singly.

³² Ver capítulo 3.

³³ Ver capítulo 3.

visualizado no capítulo 3 – já não são mais fontes seguras e suficientes para dar conta da expressividade da situação atual.

Propomos, então, o termo “Sociabilidades³⁴ Íntimas”, não necessariamente como uma oposição ao termo família, mas para nos referirmos a essa dispersão, aparentemente ainda em fluxo, que acontece atualmente. Por Sociabilidades Íntimas entendemos a associação entre agentes sociais, constituindo um vínculo atravessado em três dimensões: Confiança, Responsabilidade³⁵ e Afeto.

A relação entre essas três dimensões para nós é fundamental e forma um sintagma que constitui as novas expressões de associações íntimas contemporâneas, tendo em vista que é sua presença e interação que permite tanto sua diferenciação dos modelos associativos familiares tradicionais quanto das demais instituições contemporâneas.

Como apresentaremos, as associações familiares tradicionais terão a presença marcante da Confiança e da Responsabilidade, mas em uma expressão substancialmente diferente das atuais. Em relação às outras instituições contemporâneas, pelas próprias características já apresentadas no item anterior, a dimensão pessoal e afetiva foi subtraída devido ao caráter abstrato assumido pelo sistema de confiança contemporâneo. Dito isso, o sintagma Confiança, Responsabilidade e Afeto parece ser um modo de presença bem particular na contemporaneidade, com vicissitudes próprias.

A aproximação entre as ideias de intimidade e afeto, na maioria das vezes, parece-nos tão natural que se torna muito difícil acreditar que possam ter existido maneiras de convívio íntimo ancoradas em outros entendimentos, mas nem sempre intimidade e afeto tiveram relações tão estreitas³⁶. Pretendemos deixar claro que as formas de associação entre os indivíduos nas sociedades tradicionais e na sociedade contemporânea são bem discrepantes, tendo em vista que a tradição, atravessando as relações de intimidade, proporciona uma vivência específica da dimensão da Confiança e da Responsabilidade. Por outro lado, a contemporaneidade, além de experimentar a dimensão da Confiança e da Responsabilidade de maneira distinta da operada pelas sociedades tradicionais, traz ainda para o bojo dessa equação a Afetividade.

³⁴ O termo Sociabilidade aqui é usado sob forte influência de Georg Simmel, de acordo com a obra: *Questões fundamentais da sociologia* (2006).

³⁵ A responsabilidade, da forma como tomada neste capítulo, difere da apresentada por Lévinas, já que aqui trata-se de um tipo de razoabilidade.

³⁶ Ver o trabalho de Philippe Ariés, *História Social da Infância e da Família* (1986), no que tange ao desenvolvimento afetivo pelas crianças e do sentimento de família.

Tendo em vista que a dimensão da confiança em suas formas atuais já foi trabalhada no item anterior, trataremos agora de algumas considerações que nos parecem relevantes a respeito das dimensões da responsabilidade e da afetividade.

Nas sociedades tradicionais, as relações de intimidade pessoal e mesmo sexual eram expressões e extensões de uma forma de convívio social específica, pautadas na comunidade, no parentesco e na presença, encaixadas, funcionando através de alianças duradouras. Os códigos de honra eram garantias públicas da sinceridade e do cumprimento dos acordos prometidos, no entanto, sem a necessidade do desenvolvimento de afeto mútuo (GIDDENS, 1991).

A existência dos próprios códigos que institucionalizavam a intimidade são a marca de que as relações se orientavam prescritivamente do passado para o presente, ou seja, do acordo acertado anteriormente para o seu cumprimento no ato de sua convocação. Segundo Giddens (1991), os laços pessoais institucionalizados fornecem estruturas de confiança e responsabilidade. Os sistemas de parentesco, por exemplo, eram vistos com confiança, pois apresentavam-se de forma a cumprir obrigações específicas, resistindo ao tempo e sendo independentes da simpatia pessoal.

A comunidade, outro elemento marcante de referência para as sociedades tradicionais, era vivenciada de forma encaixada pelos agentes sociais que tinham no caráter quase fixo de sua organização o funcionamento de elementos de segurança e responsabilidade, já que, segundo Giddens (1991), a sua pequena extensão territorial, as poucas experiências nômades e o sedentarismo demarcavam contornos claros e conferiam uma aproximação entre tempo e espaço. O tempo transcorria na comunidade sem que essa se modificasse de forma muito contundente.

Pode-se observar, então, que as sociedades tradicionais, a partir de seu modo distinto de organização da temporalidade e da espacialidade, são governadas por uma lógica de repetição e permanência. O Risco nessas sociedades, pelas próprias contingências apresentadas, era muito mais vinculado às vicissitudes do mundo físico e a lugares geográficos desconhecidos. A dimensão da afetividade, tanto nas relações de amizade como nas familiares, não eram prioritárias para a manutenção e nem para o estabelecimento de vínculos (GIDDENS, 1991).

A vivência da tradição, então, implica pensar que seu trato distintivo diante de outras sociedades apresenta-se pela marca de uma “verdade”, senão permanente, pouco variável. Não há no cotidiano, e na consciência prática formalizada por ele, espaço para a

cogitação de alternativas. A vida era pautada na regulação operada pela tradição, por isso esse modelo de sociedade transcorre destacadamente por repetições e rituais (GIDDENS, 2007).

Nas sociedades tradicionais, como mencionado, a Responsabilidade era vivida a partir do respeito a códigos e alianças prévias, independente do grau de intimidade com quem foram estabelecidos os acordos e pactos. Pretendemos mostrar que a situação em jogo na vivência tradicional da responsabilidade é fundamentalmente a manutenção dos pactos e das relações de apoio mútuo; é a reposição dos acertos anteriores e a igualação do presente ao passado em uma certa perenidade.

Isso implica pensar que a Responsabilidade em sua forma tradicional não se constituía pelo conhecimento dos sujeitos a quem se vai responder. Não era preciso conhecê-los intimamente para agir em conjunto, seguindo prescrições consolidadas por rituais que ressaltam a honra e reafirmam a confiança em caso de auxílio no lidar com situações perigosas. Como ressalta Giddens (1991), as alianças formavam-se sob a prerrogativa de ajuda mútua em momentos de hostilidade. Dito isso, ressaltamos que as respostas tradicionais não são aos sujeitos, mas, sim, aos códigos de honra; não são para transformar, mas, sim, para manter e garantir um estado de relações.

Em contrapartida, na dinâmica contemporânea, a dimensão da Responsabilidade é rearticulada pela modificação da forma como se constituem as relações de confiança na configuração mais atual e pela entrada da dimensão da afetividade nessa equação. A afetividade toma lugar central nas relações entre os agentes sociais, na vivência de suas Sociabilidades Íntimas, transformando antigas referências. A força da afetividade na constituição de vínculos sociais íntimos é tamanha que ninguém se atreve a iniciar uma relação de amizade ou casamento sem afeto, ou, se o faz, tampouco pode dizê-lo sem algum grau de prejuízo a sua imagem pessoal.

Para Giddens (2007), existem três áreas principais onde a intimidade efetuada pela comunicação emocional opera transformações nos antigos laços de união entre os agentes sociais. São elas: os relacionamentos sexuais e de amor, as relações entre pais e filhos e as relações de amizade.

O princípio de desempenho ou *Performance* traz evidentemente as marcas e questionamentos a respeito da qualidade dos relacionamentos. O que é um bom relacionamento? Como se pode melhorar um relacionamento? Nesse sentido, a comunicação emocional, de acordo com a compreensão de Giddens (2007), passa a ser a principal chave para responder essas questões.

Os processos de intimidade parecem agora serem sustentados pela abertura de um dos agentes sociais ao outro agente com quem se relaciona ou deseja se relacionar intimamente. A franqueza ocupa lugar destacado, já que na contemporaneidade a premissa para um bom relacionamento parece ser a revelação.

Nesse sentido, a afetividade é importante dimensão para a constituição das relações íntimas atuais, entretanto, ela parece também apenas tornar-se possível ou nutrir-se de aspectos confessionais. Dessa forma, o conhecimento daquele com quem vamos nos relacionar é de total importância. Não apenas o conhecimento em si, mas o fato de que esse saber seja revelado, confessado, dando um tom de confiança a essa associação entre os atores sociais.

Dito isso, a dimensão da responsabilidade na contemporaneidade, no que diz respeito às associações íntimas, não está relacionada a pactos prévios, mas à possibilidade de responder continuamente os conteúdos revelados com a finalidade não de manter a relação em um mesmo patamar, mas de alterá-la e desenvolvê-la para melhor. A intimidade emocional contemporânea, pela própria forma como se constitui e se nutre, promove constantes regimes de visibilidade e contínuas relações de intervenção, segundo um critério de desempenho.

5.3 Fronteiras frágeis: dos átomos daltonianos à fissão dos núcleos

Neste item, trabalharemos com uma analogia do campo da Física para repensar as implicações e impactos do desencaixe, especificamente naquilo que tange ao grupo familiar, ou, melhor dizendo, às repercussões ocorridas sobre as sociabilidades íntimas. Iniciamos, então, lembrando que John Dalton era um físico inglês que propôs um importante modelo de compreensão atômica. Nesse modelo, o átomo seria uma partícula mínima da matéria que teria como características principais sua esfericidade, indivisibilidade e homogeneidade.

Tomamos esse exemplo porque ele parece ser uma boa analogia para pensar as relações em uma sociedade tradicional. A sociedade tradicional era, a sua maneira, também indivisível, homogênea e tinha uma forma bem definida. As relações internas a uma sociedade que vivia sob as regularidades da tradição eram sólidas e duradouras, por isso seu modo de funcionamento lhe garantia uma forma estável. Essa forma estável passava por atribuições claras de papéis, funções, limites e fronteiras que deveriam permanecer iguais, apresentando grande unidade e adesão de seus partícipes, bem como mantendo relações entre esses mesmos papéis e funções que pareciam ou eram tomados como indissociáveis.

A família em uma sociedade tradicional é uma categoria muito abrangente devido aos diferentes sistemas de parentesco e diversidade de composição, no entanto, existem alguns traços mais ou menos comuns. A família tinha um importante viés de unidade econômica, tanto na perspectiva da produção a partir do trabalho das famílias camponesas, como nas famílias nobres, em que o casamento tinha por base uma aliança para a transmissão das propriedades. Havia uma desigualdade bastante evidente entre homens, mulheres e crianças³⁷ (GIDDENS, 2007). Outras análises são também possíveis, como a compreensão dos elementos culturais no desenvolvimento das interações familiares e mesmo como as práticas específicas são desenvolvidas (ARIÈS, 1986).

Para o caso entre homens e mulheres havia um duplo comportamento sexual³⁸, onde ao gênero masculino era incentivado o aventurismo³⁹ nas relações com amantes, cortesãs e prostitutas, enquanto para as mulheres os valores enaltecidos eram a virgindade e a fidelidade, o que pode ser diretamente vinculado à necessidade de assegurar o direito de herança (GIDDENS, 2007).

Para o caso entre adultos e crianças havia uma carência de direitos aos infantes, que tinham como maior responsabilidade o serviço à família, tanto na satisfação dos pais em um “servir bem” (ARIÈS, 1986; GIDDENS, 2007) como na contribuição que poderiam dar nas tarefas econômicas (BELTRÃO, 1970; GIMENO, 2002; GIDDENS, 2007).

As relações familiares tinham ações bem estabelecidas em que sua organização constava da institucionalização da reprodução da vida humana, da provisão de bens materiais, da segurança contra riscos da existência, transmissão de conceitos e valores sociais, da atribuição de status social e do controle social (BELTRÃO, 1970). Essas eram competências exclusivas da família, o que fazia com que os indivíduos, como explica Singly (2007), tivessem um forte grau de dependência da solidariedade familiar. Poderíamos dizer, então,

³⁷ Existam outros prismas de análise que podem ser complementares a esse e que também ressaltam algumas irregularidades a respeito dos modelos de família tradicionais. A respeito da desigualdade entre homens e mulheres e a prevalência do gênero masculino, pode-se ler a obra clássica de Friederich Engels: *A origem da família, do estado e da propriedade privada* (1984). Sobre uma análise focada em uma perspectiva econômica, pode-se adicionar a perspectiva de Phillipe Ariès na obra *História da Família e da Criança* (1986), que traz uma análise com maior ênfase nos aspectos culturais e na influência deles no desenvolvimento de práticas, hábitos e até afetos.

³⁸ Embora estejamos falando de um cenário geral, sabemos que cada modelo familiar tinha práticas e costumes específicos e particulares no que diz respeito à manifestação da sexualidade. A respeito dessas especificidades, pode ser interessante a leitura da obra *Teoria Crítica da Família* (1979), de Mark Poster, em que o autor apresenta uma série de detalhamentos sobre práticas específicas das famílias aristocráticas, camponesas, operárias e burguesas.

³⁹ O vocábulo “aventurismo” é utilizado na obra *O Mundo em Descontrole* (2007), de Giddens, com o sentido de que as práticas sexuais masculinas eram mais livres, bem como havia, por parte da cultura da época, um incentivo a essa liberdade sexual masculina na busca de novas experiências.

que a família agia com funções biológicas, econômicas, protetivas, culturais, estratificativas e integrativas (BELTRÃO, 1970).

Não se torna difícil pensar que, em uma sociedade que vive um tempo preenchido e encaixado com o espaço, a constituição de modelos de associação e sociabilidade passem muito mais pela adaptação e a resposta às demandas ambientais e geográficas do que propriamente pela transformação desse ambiente.

A presentificação do lugar, a partir de suas características, é que solicitará ações referentes ao contexto. O ambiente, com a passagem do tempo, apresentará regularidades na sua forma de apresentar-se, como: ciclos climáticos, ciclos de reprodução da fauna, tipos de flora específicos, ciclos de amadurecimento dos frutos do lugar, etc. Em relação a esses marcadores espaciais que transcorrem no tempo é que irão se desenvolver as práticas sociais em resposta aos momentos que serão mais favoráveis a ações específicas, como colheita, plantio, caça, abrigo, etc.

Nesse sentido, podemos refletir que, havendo a necessidade de responder a essas regularidades vinculadas ao espaço geográfico e ao modelo social que se institucionalizou como resposta a essas condições ambientais, é que as práticas familiares também se inserem, atuando e tendo, devido à perenidade das regularidades ambientais, suas condutas naturalizadas e correlacionadas como indissociáveis.

Dessa forma, a reprodução, as práticas de cuidado e proteção, a produção do provimento, a transmissão e manutenção das práticas culturais são relativas e específicas ao lugar de convívio familiar. Entretanto, a contemporaneidade marcada pela vivência desencaixada de tempo e espaço, e produzida pelo efeito reflexivo da modernidade, como nos dirá BECK (2012), apresentará, por seu próprio sucesso de efetivação, a destituição e discussão dos eixos de segurança nas sociedades anteriores.

Nosso entendimento, então, é de que, metaforicamente, a contemporaneidade, pelas regularidades que a compõem, propicia, em nossa tentativa de analogia, a fissão dessas relações atômicas tradicionais, abrindo espaço para a contestação de vínculos antes aparentemente indissolúveis, tornando viáveis muitas outras possibilidades de rearranjo. O desenvolvimento da reprodução assistida, das práticas anticoncepcionais, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o fenômeno da adoção preferencial são marcas de uma sociedade que desassociou o sexo da procriação, a filiação da conjugalidade e da consanguinidade, o homem da providência, etc.

Assim como as demais instituições na contemporaneidade, a família tem suas relações transformadas e seus limites diluídos, expressando-se através de sociabilidades

íntimas, ou seja, por transformações na dimensão da confiança – fortemente marcada pela presença do discurso perito, em uma responsabilidade baseada no desempenho e em um afeto sustentado na revelação/confissão.

A discussão a respeito das modificações nas famílias atuais sempre parece circundar uma espécie de relação de competição institucional no caráter da pertinência, ou seja, o que compete e é de responsabilidade de cada instituição. As obras *Sociologia da Família* (1996), de Martine Segalen, *Sociologia da Família Contemporânea* (2007), de François Singly, e *Sociologia da Família Contemporânea* (1970), de Pedro Calderan Beltrão, são bons exemplos para pensar esse tipo de análise.

Na obra de Martine Segalen, encontramos uma análise partindo da história e da etnologia, mas pensando ainda os conflitos entre a esfera do público e do privado. A obra de François Singly dá um peso importante à análise de uma sociedade que se desenvolve a partir de um modelo baseado no capital escolar e, sobretudo, nas influências de um Estado Providência. Pedro Beltrão propõe uma análise estruturalista-funcional, observando, através das mudanças na estrutura, as modificações das funções familiares.

As análises acima são “importantes lugares” para pensar as modificações familiares, entretanto, em nossa opinião, parecem ter em comum o entendimento de que as transformações ocorridas na contemporaneidade passam pela modificação das pertinências, ou seja, daquilo que competiria a cada instituição, embora tenham espaço para pensar as mútuas influências institucionais. Queremos dizer que essas obras parecem rediscutir muito mais os lugares das fronteiras que propriamente a constituição das fronteiras. Nesse sentido, nosso trabalho demarca sua diferença. Entendemos que a contemporaneidade e seus impactos não trata apenas de uma nova articulação das fronteiras, mas de seu questionamento e constituição. As fronteiras contemporâneas em nosso entendimento são frágeis, permeáveis e pervasivas.

Assim, essa nuance é extremamente importante com relação ao que pretendemos refletir, pois já não se trata de poder pensar as ações e estratégias de conflito entre as diversas instituições que podem controlar em alguma medida umas às outras, mas refletir acerca da semelhança e homogeneidade dos discursos na diversidade de instituições. Os ordenamentos contemporâneos se fazem muito mais pela lógica da aliança do que por uma incitação imperativa. De tal modo é que entendemos poder ser amplamente escutado o discurso da parceria entre família e escola, a necessidade de adesão a tratamentos pela aliança terapêutica, ou mesmo um maior espaço dado e incentivado aos acordos jurídicos. Trazendo especificamente ao quadro das sociabilidades íntimas atuais, Beltrão (1970) entende que é

como se a família saísse de uma ordem marcadamente institucional para inaugurar uma fase de camaradagem.

O próprio fenômeno da globalização pode ser compreendido como a diluição desses limites e a não subordinação do tempo ao espaço. As regularidades são agora pensadas e espalhadas, reduzindo cada vez mais as diferenças contingentes às localidades, muito embora não lhes eliminando, mas promovendo uma leitura global do local (GIDDENS, 1991; 2007; 2012). O local é hegemonicamente lido através dos crivos do global.

Nesse sentido, estamos com Singly (2007) e amparados em algumas de suas proposições, mas também contra ele, posto que pretendemos sempre fazer uma leitura dessas contribuições para pensar as sociabilidades íntimas não no prisma do conflito, da influência, da pertinência ou da rediscussão das fronteiras institucionais, mas trazendo sempre como marca as diluições de fronteiras, os acoplamentos de discursos e sua homogeneização. Não queremos com isso, em hipótese nenhuma, dizer que não existam processos de resistência, dissonância ou pontos de inflexão, mas apontar que em uma sociedade legitimada por um princípio de desempenho a melhor maneira de se reduzir os prejuízos e maximizar os efeitos é destituindo a “energia” gasta na transposição das fronteiras.

O Estado se torna, então, componente da vida doméstica, dificultando uma separação entre o foco no desempenho pessoal da socialização da família e do desempenho do Estado (SINGLY, 2007). Podemos citar as preocupações com a educação e formação infantil pelos pais, ao mesmo tempo em que a preocupação do Estado com os índices escolares que representam, como nos diria Lyotard (1998), uma relação estreita entre conhecimento e produção econômica.

Singly (2007) nos dirá que a posição do Estado, a partir do final do século XIX, aproxima-se muito mais da família, através de múltiplos canais. Não podemos deixar de notar a coincidência do fato de que a maior proximidade entre Estado e Família aconteça também no mesmo período de tempo em que florescem os mais diversos discursos científicos, sobretudo das ciências humanas, conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Os cientistas e os legisladores presentificam-se na proteção à infância, conjuntamente com os pais. As decisões do Estado são amplamente sustentadas na posição dos cientistas e acoplam-se às dimensões que em momentos históricos anteriores concerniam ao arbítrio privado nas famílias; quais sejam: decisões sobre a reprodução no que tange à contracepção pela interrupção da gravidez; decisões sobre a tutela no divórcio; e decisões sobre a previdência social ou auxílios a situações específicas. O círculo doméstico é perpassado por certas condições de funcionamento asseguradas pelo Estado na forma de leis e

políticas públicas. Essas fizeram devanescer ações da comunidade que promoviam tumultos em relação ao desrespeito aos ditames morais e sexuais (por exemplo: é o Estado que assume a responsabilidade de agir sobre as dimensões em desacordo da sociedade). Isto, os tumultos e expressões da comunidade diante de condutas consideradas desviantes da sociedade, foi substituído em grande parte por ações higienistas, médicas e psicológicas (SINGLY, 2007).

A ciência ajudou o Estado a rearticular as ações na família através da garantia de direitos sustentada nas práticas de perícia, transformando antigos laços familiares na proteção aos sujeitos que passam a depender menos da solidariedade familiar. Como nos dirá Singly (2007), a modificação nesses laços apresenta um reverso: uma maior aceitação da família frente às práticas do Estado, de psicólogos, de professores e de sociólogos, por exemplo.

Trazemos o trecho do romance *Les Temps des Parents*, citado por Singly (2007, pp. 68-69) como exemplo dessa nova dimensão vivida pelas famílias atualmente:

É proibido preocupar as crianças lhe diziam os psicólogos. Não o deixe adormecer diziam os professores. Ele é ansioso, por isso estuda pouco, falava o pediatra. O pai abaixava a cabeça: se o filho era ansioso, era culpa sua. Ele não está interessado, descobriram os sociólogos. Desinteressado, o pai enlouquecia: ele tinha falhado... proteja-o, ordenavam-lhe. Mostre-se, converse, senão você vai enlouquecer. Proibido protegê-lo. É proibido traumatizar. Proibido projetar na criança seus próprios sonhos. Proibido renunciar. Proibido tomar a iniciativa (SINGLY, 2007, pp. 68-69).

Não se sabe exatamente o que se quer encontrar na família, entretanto, o que fica claro, sobretudo, é que se estabelece aí a construção de lugares ou objetos em que se criam pertinências prescritivas junto a sua pertinência denotativa, produzindo discursos sobre o perigo na família que validam tipos de intervenção. Para Singly (2007), a variedade de saberes produzidos fora da família compõem um elemento importante na ação de controle sobre o grupo familiar. Diríamos em adição: não só a compõem, mas a constituem. A família não é refém desses saberes, mas se constitui neles e deles, veiculando-os inclusive em seus atos cotidianos.

O conhecimento produz relações de visibilidade com os Riscos, torna-os evidentes e claros (2011) através disso, transforma certas relações familiares em perigos a serem administrados, geridos e apoiados (SINGLY, 2007). Esta inoculação do medo através dos perigos encarnados pelos riscos, feitos ver pelo processo de conhecimento contemporâneo baseado na ciência é que possibilitará também que o princípio da *Performance* alcance o nível das sociabilidades íntimas.

As famílias, então, foram reduzidas. Isso apresenta uma análise possível em dois sentidos: por um lado, a necessidade de personalizar as relações e de construir uma intimidade

afetiva – ao que corroboram Singly (2007) e Giddens (2007) –; e, por outro, poucos filhos permitem o empenho e as ações necessárias para a construção de estratégias de mobilização para o sucesso deles próprios (SINGLY, 2007), atitude preconizada por uma sociedade de *Performance*.

Para Singly (2007) e Beltrão (1970), a família vem perdendo muitas de suas funções anteriores, sendo elas assumidas por outras instituições, sobrando muitas vezes para o grupo familiar a função de apoio emocional. Em suma, o papel na socialização infantil teria sido reduzido devido ao tempo em que as crianças passam na escola, por exemplo. Entretanto, se trouxermos ao diálogo a perspectiva de Deleuze (1992) – nas discussões a respeito de uma sociedade de controle e a presença de sistemas-abertos –, a de Giddens (1991) – com a noção de desencaixe e confiança nos sistemas peritos –, e a de Lyotard (1998) – na relação entre sociedade, conhecimento e elo social –, entendemos que não se trata de uma competição onde a família sai perdendo e, sim de que é desejo da família que assim seja.

A família não só quer, como assume, assim como ressalta Singly (2007), um esforço no empenho de transformar-se também em uma espécie de anexo da escola, fomentando o desempenho e o checando, sendo essa preocupação contemporânea também entendida como um signo de amor.

A dimensão afetiva, como já destacado no tópico anterior deste capítulo, é extremamente presente nas sociabilidades íntimas e demarca também um deslocamento entre as famílias tradicionais, em que sua apresentação como unidade econômica direcionava as preocupações do grupo familiar para as questões a respeito do aspecto do direito de herança e da produção de ativos familiares. Esse deslocamento pode ser observado no maior interesse dos grupos familiares atuais em questões da vida cotidiana, como a saúde e o desempenho escolar. A dimensão sentimental da família atual transforma a lógica do capital nessa instituição (SINGLY, 2007).

A produção do capital na contemporaneidade, como nos alerta Lyotard (1998), passa pela mercadorização do conhecimento. O conhecimento torna-se também força de produção e uma importante etapa nas transações comerciais. Existe uma estreita relação e posição de centralidade para a técnica que vincula conhecimento e lucro.

A família também passou por modificações. O foco no desenvolvimento de atividades econômicas clássicas, em geral, ligadas a terra e pela produção e aquisição concreta de objetos e materiais foi transformado. Para Singly (2007), a família deixa, então, de situar-se intensamente nos objetos, abrindo espaço para focar-se nas pessoas ou em um outro tipo de

produção capital, onde a escola tem papel decisivo, os membros familiares passam a ser objetos de afeição e de ambição.

O capital financeiro e o capital da terra, mais presentes nas famílias tradicionais, desempenham um papel menor nas sociedades contemporâneas. O capital baseado na educação torna-se cada vez mais hegemônico, como nos diria Singly (2007) e Lyotard (1998). Isso implica a modificação da relação entre pais e filhos, que não se sustenta mais na transmissão do capital financeiro. As próprias pessoas tornam-se recursos com características peculiares, já que incorporam esse capital imaterial que não pode ser cedido diretamente, nem ser tomado. Em contrapartida, os pais passam a avaliar de forma contínua os resultados obtidos, sendo esses representativos da aquisição do capital educacional (SINGLY, 2007).

Outro ponto importante que não podemos deixar de mencionar é que a própria maneira como são construídas as relações do capital nas sociedades contemporâneas aponta para o princípio do desempenho ou da *Performance* cunhado por Lyotard (1998), já que não se pode negar, como nos alerta Singly (2007), o fato da necessidade de um esforço pessoal para a incorporação do capital imaterial. A vantagem de possuir os meios materiais que facilitem o acesso ao capital educacional não garante sua aquisição. O capital educacional perde sua eficácia caso não haja a dedicação de transformar o acesso a uma biblioteca, por exemplo, no estudo de seus livros.

Entretanto, as associações íntimas contemporâneas e antigas parecem guardar semelhanças. Embora as mudanças culturais ensejem outras maneiras de se relacionar com o mundo, a tradição e o controle são estratégias distintas, mas de direcionamento das condutas e comportamentos. A tradição baseada em uma sociedade que deseja assegurar o futuro pelas práticas do passado e pela manutenção do estado de coisas; o controle pela ação contínua de verificação e alteração do desempenho que, para ter um melhor futuro, age no presente continuamente. Isso nos remete a ideia de Clifford Geertz apresentada em sua obra *A interpretação das culturas* (1989), em que toma a multiplicidade das expressões culturais como sistemas de controle.

Pensar a cultura dessa maneira, e em suas regularidades específicas, significa estabelecer um lugar útil para a reflexão das famílias. A cultura interage com a família por signos produzidos pela própria cultura, os quais a família deve articular a sua maneira de forma a pertencer a ela. Essa articulação é, em alguma medida, uma estratégia de reprodução, de manutenção e permanência da trajetória familiar na cultura dada. Segundo Singly (2007), pensar essas estratégias de reprodução significa traçar a unidade de ação que a família contemporânea toma para si, tendo em vista a melhora do seu valor social.

A melhoria do valor social de uma família em uma sociedade baseada pelo capital educacional e investida por um princípio de *Performance* se dá na estabilização da identidade familiar pela noção de progresso, sua manutenção como família, ou através da família que lhe representa está na possibilidade da articulação dos elementos possibilitados pela cena cultural e na sua revisão de forma a aumentar o desempenho familiar. Para ser, nesta sociedade, é preciso constantemente buscar o aumento de potência necessário à melhoria da eficiência na execução de uma ação, portanto, ser é perseguir o melhor desenvolvimento possível da *Performance*.

Nesse sentido, trazemos ao diálogo a importante análise de Lévinas (2009) a respeito de como os elementos culturais no Ocidente, construídos fundamentalmente na ideia, ou nas reminiscências da ideia do Ser, constituem como possibilidade uma expressão da cultura subtraída de sua alteridade e transcendência, retornando como imanência pela interpretação.

A cultura, então, apresentar-se-á como saber, sendo mantida nele como lugar do significativo, e qualquer relação inter-humana será compreendida através de um saber sobre as experiências coletivas. No saber, a cultura então perde sua exterioridade radical e converte-se em presença, estando à disposição e alcance dos pensantes que retiram dela a imprevisibilidade e os segredos do passado e do futuro. A memória e a fantasia aparecem, então, como uma convergência da anarquia do passado e do futuro ao presente. A fantasia e a memória são re-presentações, manifestações que se apresentam novamente, que retornam ao presente e nesse retorno já estão inseridas nos crivos e regularidades operadas pelo pensamento e referentes à maneira de pensar da cultura, findando por constituir leis e um sistema. Até mesmo o que ainda não foi capturado pela lógica re-presentativa, possibilitada pelo pensamento feito em saber, apresenta-se como elemento desse mesmo circuito, tomando a exterioridade como lugar de investigação que, ao ser compreendido, perde sua distância e retorna ao lugar do Mesmo e da unidade do sistema de pensamento cultural (LÉVINAS, 2009).

Podemos aqui inferir que a reminiscência é a lógica cultural prioritária das sociedades tradicionais, assim como a imaginação preventiva torna-se prioridade e hegemonia no desenvolvimento de nossas relações com o mundo contemporâneo.

Diríamos, com Emmanuel Lévinas, que se modificam as regras, mas não se muda o jogo. Nossas formas de encontro e de relação permanecem sustentadas na ideia de ser e saber, onde saber está em função de ser. De fato, existem modificações em nossas relações cotidianas à medida que a racionalidade hegemônica se rompe e se transforma, e isso é

inegável, entretanto, a permanência na ideia de ser repõe continuamente violências de sentido ético. Por outro lado, a contínua transformação que a história nos aponta e os modelos de racionalidade rompidos nos fazem inferir que o saber não captura tudo e é traumatizado por aquilo que não captura, de tal forma que possibilita a própria rearticulação do que é ser em cada época e período histórico.

6. A ÉTICA NAS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS

Neste capítulo, pretendemos apontar os princípios de uma *Ética da Alteridade Radical* e articular, a partir desse referencial, como os eixos narrativos presentes nos filmes escolhidos interagem com as discussões propostas e construídas ao longo deste trabalho.

6.1 A ética da alteridade radical

“Pontos de Vista

Ticio Escobar acompanhou uma equipe de televisão, que viajou até o Chaco, vinda de muito longe, para filmar cenas da vida cotidiana dos ishir. Uma menina indígena perseguia o diretor da equipe, silenciosa e sombria colada ao seu corpo, e olhava fixo a sua cara, muito de perto, como querendo meter-se em seus estranhos olhos azuis. O diretor recorreu aos bons ofícios de Ticio, que conhecia a menina e entendia a sua língua. Ela confessou:

- Eu quero saber de que cor o senhor vê as coisas.
- Da mesma que você – sorriu o diretor.
- E como é que o senhor sabe de que cor eu vejo as coisas?”.

(Eduardo Galeano, 2011)

Emmanuel Lévinas foi um filósofo que, ao longo do seu trabalho, propôs-se a revisitar a história da Filosofia e de suas categorias “sagradas”, tensionando-as diante de suas reflexões sobre o Outro. Como apresentado na obra *Entre Nós* (2009), ele toma como mola para suas reflexões o princípio da Alteridade. O confronto entre toda uma tradição filosófica ocidental, configurada a partir da ideia de Ser, tornou-se diretamente, ou indiretamente, seu sentido filosófico.

Dessa forma, em suas obras estão sempre presentes a marca do Outro frente às nuances do Ser. Esta interação entre Ser e Outro que Ser manifesta-se em todas as suas discussões mais centrais, como na ideia de Totalidade e Infinito – que tornou-se, inclusive, título de uma de suas principais obras – ou nas noções de Dito e Dizer; Mesmo (Eu) e Outro; Imanência e Transcendência; Objetividade e Subjetividade; Sincronia e Diacronia; Interesse e Responsabilidade. Lévinas (2009) pretendia discutir a Ontologia frente à Ética, a qual assumiria uma condição de filosofia primeira, o que promove uma severa análise das relações humanas e institucionais, estando sempre o primeiro termo das relações colocadas acima, apontando para o sentido do Ser, e o segundo ao sentido Ético.

Na discussão sobre essas temáticas, Emmanuel Lévinas esforça-se em enunciar sua filosofia. Esta filosofia, como pode ser observado em *Entre Nós* (2009), propõe-se a ser diametralmente oposta ao solipsismo. Para ele, tal como dito em *De Outro Modo Que Ser* (2011), a tarefa da Filosofia é justamente dizer o indizível, ou, como diz em *Ética e Infinito* (1982), é trazer para as categorias do Dito as marcas do Dizer, as quais imprimem vestígios no discurso daquilo que rompe com as próprias categorias discursivas. Emmanuel Lévinas persegue, então, as possibilidades de um pensar o Outro que Ser, aquilo que se apresenta de Outro Modo Que Ser.

Essa discussão torna-se, para nós, potente por apresentar um ponto de inflexão na filosofia ocidental tradicional baseada no Ser. Dessa forma, novos elementos, presentes na filosofia levinasiana, são trazidos como ferramentas, com as quais podemos pensar tanto a lógica de tensionamento entre o Ser e Outro que Ser, ou entre o Eu e o Outro, como em analogia ao próprio movimento feito por Lévinas de tentar pensar as possibilidades de trazer para o Ser as marcas do Outro e as condições da interseção de elementos de transcendência junto ao imperativo do Ser.

Para Lévinas (1982), na história da filosofia ocidental o significativo⁴⁰ residiu sempre no saber, e, como relata em *De Outro Modo que Ser* (2011), na ciência que esclarece a possibilidade de um acesso à realidade construída por ela mesma. Isso possibilitou o desenvolvimento de uma cultura onde saber e ser fossem correlatos e um adequado ao outro.

Dito isso, coloca-se uma questão importante: Que problema pode haver em uma cultura que se desenvolve sob os fundamentos do Ser? Para Lévinas (1980), um pensamento que se organiza sobre a noção do Ser apresenta a possibilidade permanente da guerra. A guerra seria, então, uma consequência da forma como o Ser se manifesta. Segundo Lévinas (2011), a manifestação do Ser está intimamente ligada à ação de um interesse que se mostra como persistência permanente na manutenção de sua condição de Ser.

O movimento do Ser enquanto interessamento é como um *conatus* que se expande em direção ao que lhe nega, ao que lhe opõe. Esse movimento visa a transformação e a subordinação daquilo que pode negá-lo e lhe opor. O Ser em seu interessamento faz do que antes lhe antagonizava parte integrante que age em sua função (LÉVINAS, 2011). Entretanto, outra questão pode ser colocada: Não seria a razão a possibilidade de uma articulação pacífica entre os seres?

⁴⁰ Em *Transcendência e Inteligibilidade* (1991), Lévinas aponta que o significativo seria uma espécie de ancoragem ou elemento de fixação que, na história da Filosofia, foi tomado como pertencente e articulado exclusivamente ao saber.

A paz encontrada a partir da razão operada através do interesse, ou seja, para a manutenção do Ser, é na verdade uma pacificação ocorrida por ações de guerra, nas quais a racionalidade se sobrepôs às manifestações da diferença conflitiva, promovendo o retorno da multiplicidade à unidade do Uno – regulado pela inteligibilidade – sendo posta em exercício em função do Ser. A guerra suspende a moral e a razão, torna-se a arte de prever e de ganhar por todos os meios. Os indivíduos são reduzidos a formas que os governam sem que eles saibam (LÉVINAS, 1980).

A face do Ser que se mostra nesse contexto de guerra é a Totalidade (LÉVINAS, 1980). A Totalidade se apresenta como uma tentativa universal de síntese que se propõe a abranger tudo que estiver fora dela, opondo-se à noção de Infinito. Totalidade e Infinito colocam o problema da relação intersubjetiva (LÉVINAS, 1982). A relação entre Totalidade e Infinito é, então, a própria expressão da guerra promovida pelo Ser para manter-se sendo; dessa forma, dirige-se ao Outro, que lhe escapa com atitudes de captura ou aniquilação, bem como demarca pela presença do Outro a possibilidade de ruptura com a totalidade.

Se Totalidade e Infinito colocam a questão da relação intersubjetiva, pode-se dizer que apresentam, no pensamento levinasiano, a relação entre o Eu (Mesmo) e o Outro. Lévinas (1980) tece uma série de reflexões no que tange a essa relação, apresentando que o posicionamento do Eu pode dirigir-se para a suspensão da alteridade, agindo sobre o Outro a partir de uma relação de poder e posse.

A posição de ser um Eu, para além de todas as possibilidades de diferenciação entre os Eu's, está na expressão de um conteúdo identitário. O Eu não precisa ser necessariamente sempre o mesmo, mas apresentar uma dinâmica que consiste em reencontrar sua identidade diante de tudo que lhe possa acontecer. O Eu apresenta uma identidade mesmo em suas modificações, pois representa e pensa toda a heterogeneidade como referência a si mesmo (LÉVINAS, 1980).

A transformação de um Outro em um Eu, que no processo da própria mudança transforma o Outro em um outro Eu, possibilita a totalidade entre eles, já que a distância, a diferença entre Eu e o Outro foi subtraída, trazendo o Outro à coincidência e presença do Eu. O Outro perdeu, então, aquilo que lhe tornava essencialmente Outro, absolutamente Outro, sendo subsumido ao Eu.

Entretanto, esse Outro que foi subsumido pelo Eu, que foi destituído de sua outridade, fazendo parte agora de uma mesmidade, não pode ser entendido como se poderia imaginar sendo de uma semelhança total e irrestrita, ou mesmo de uma igualação completa entre o Eu e o Outro, que foi retirado de sua condição de Outro. A operação de transformação

de um Outro em um Eu consiste na remoção dos traços de diferença que separavam o Outro de uma lógica de auto-referência para que esse possa agir segundo o crivo do interesse, da permanência e da estabilização da heterogeneidade do mundo, em um processo de homogeneização que tem uma referência autocentrada, centrada no Eu.

A identificação do Mesmo no Eu não se exhibe na forma de uma tautologia simples em que o Eu é o Eu, A igual a A, ou B igual a B, encontramos-la na relação do Eu com o mundo, o mundo manifesto em sua alteridade, em sua estranheza. É nesse momento em que o Eu se manifesta como Mesmo, atuando no mundo para permanecer a partir da construção de uma morada em que tudo está de uma maneira ou de outra referente a esse modo de habitar. Todas as possibilidades do mundo estão ao alcance, entretanto, estão ao alcance a partir do mesmo lugar (LÉVINAS, 1980).

Lévinas nos dirá, então, que a relação do indivíduo com a totalidade é uma lógica de pensamento:

A individualidade do Eu se distingue de toda a individualidade dada pelo fato de sua identidade não ser feita do que a distingue dos outros, mas de sua referência a si. A totalidade em que se situa um ser pensante não é uma adição pura e simples de seres, mas adição de seres que não fazem número uns com os outros (LÉVINAS, 2009, p. 38).

Assim, o habitar, ainda que se dirija a lugares distintos de si, estabiliza e mantém as referências de tempo e espaço a partir de uma fixação, então, podemos refletir que os processos de orientação ao fora e ao exterior são sempre perspectivas de retorno. Analogamente, imaginamos alguém que constrói uma cabana para sua sobrevivência em uma ilha e, a partir dela, é que se apresentam todas as suas demais relações com a ilha, a partir de uma lógica do retorno à morada. O mar fica a 20 minutos de caminhada de sua cabana na direção norte, as frutas de que se alimenta ficam a 15 minutos de distância na direção sul de sua cabana; um outro morador da ilha situa-se à esquerda de sua morada, etc. Sua distinção do outro morador da ilha não consiste nas características que lhe conferem diferenças físicas ou outras peculiaridades, mas está baseada na sua lógica de retorno a uma auto-referência. Toda referência é vinculada à morada construída e já possui, pelas próprias marcas da construção, a possibilidade do retorno ao lugar do habitar.

Por se tratar, como dissemos acima, de uma relação ou de uma maneira de manifestação, não devemos confundir os momentos com os fins, logo, o corpo, a casa, o trabalho, a posse e a economia não são em si figuras e dados empíricos de uma espécie de estrutura, ou arquitetura do Ser, mas são sua articulação (LÉVINAS, 1980).

Essa articulação entre Eu (Mesmo) e o Outro, para Lévinas (1980), é a linguagem. Na obra *De Outro Modo Que Ser* (2011), Lévinas apresenta duas vias em que se manifesta a linguagem – o Dito e o Dizer – e, a partir destas formas, dá-se a relação intersubjetiva. A dinâmica entre essas formas de apresentação da linguagem, segundo sua análise, vem apontar uma supremacia da subordinação do Dizer ao Dito. O Dito seria a falência da transcendência em que a exterioridade da dinâmica em fluxo de um Dizer é aprisionada pela tematização.

Isso implica que a passagem da exterioridade pelo logos produz um termo de tradução. A experiência com aquilo que é exterior ao Eu é significado em um tema, esse tema é a marca da passagem de um Dizer. A expansão do Eu denuncia a captura daquilo que já lhe foi exterior e hoje existe em função do Eu. Os novos temas e tematizações são a comprovação da passagem da transcendência, mas que já tornada tema aparece traída, pois o fluxo dinâmico do Dizer manifesta-se na formalização do Dito; o Dizer em sua continuidade foi limitado e aparece transmutado em Dito.

O que Lévinas parece tentar pôr em evidência é que as nossas relações sociais se organizam pela linguagem e, sobretudo, que o exercício dessa linguagem pode também ser operado por uma lógica de interessamento. A linguagem no movimento do interessamento age no contato com aquilo que me é exterior e atua na lógica da transformação dessa diferença ou dessa distância que se põe entre o Eu e o Outro. Essa transformação é destituição da diferença que caracteriza fundamentalmente o Outro, é a subtração da distância entre Eu e Outro, fazendo-os coincidentes; é a privação do sentido de fluxo da linguagem (traição) e sua fixação em um tema que promove a agregação daquilo que diferia Eu e Outro através de uma referência que se fez possível por um sistema lógico de crivos específicos.

Essa forma de fixação do que antes era fluxo, essa traição do Dizer pelo Dito, ou, melhor dizendo, essa ação imperativa do Eu para se manter Eu sobre o Outro, agencia uma experiência do tempo. O tempo, como entendido por Lévinas em *Ética e Infinito* (1982), não é o acontecimento experimentado por um sujeito isolado, mas a própria maneira de relacionar-se com outrem. Dito isso, o tempo, dimensão também da relação intersubjetiva, não mantém a liberdade de seu encadeamento em passado e futuro; a distância do passado e do futuro são convertidas em um retorno ao presente.

Segundo Lévinas (2011), o Eu, em seu interesse, apresenta-se como sincronia ou tentativa de sincronização dos acontecimentos. O tempo se apresentará, então, como recuperação de todas as distâncias, seja pela retenção que se faz presente em memória ou história, articulando as relações no presente, seja por protensão, em que, como mostrado na

obra *Entre Nós* (2009), o futuro é capturado pelo presente pela expansão desse presente em direção ao futuro através da antecipação das possibilidades de vivência futura a partir das vivências atuais. Nesse sentido, dizemos que os sistemas de inteligibilidade que criamos hoje expandem seu raio de atuação ao futuro e, ao prever o que pode acontecer no futuro a partir da extensão do presente, agem sobre o próprio presente – é aqui que incluímos na articulação deste presente atual em que vivemos a imaginação, as projeções e previsões.

Pretendemos demonstrar que o elo entre Totalidade e Infinito – entre a ação de retorno e permanência no Ser e aquilo que lhe escapa, que é uma questão da linguagem – manifesta-se através da relação com o tempo. Mas, como nessa relação o ser que será conhecido, que terá parte na totalidade, que terá sua manifestação em forma de Dizer tematizada no Dito, e que terá sua distância reduzida pela eliminação da diacronia do encadeamento da temporalidade tem sua alteridade privada? Para Lévinas (2011), isso apenas se faz possível pela visada de um terceiro termo neutro que se apresenta como conceito pensado, o qual ameniza o choque entre o Eu e o Outro. Esse acontecimento seria a própria generalidade da ontologia.

A ontologia seria, então, como a luz que ajuda a iluminar fenômenos tornando-os inteligíveis, uma espécie de inteligibilidade a serviço dos seres, funcionando na condução do Outro ao Mesmo por processos de identificação que não se deixam alienar pelo Outro. A ontologia recusa a exterioridade e a transcendência, praticando um arbitrarismo ingênuo e espontâneo que se expressa no movimento em direção ao Outro a partir do exercício ontológico que o neutraliza, tornando-o um tema ou objeto colocado sob luz ou claridade. Ao torná-lo objeto visível por esta luz, que o iluminando esclarece-o para nós, é que precisamente reduzimo-lo ao Mesmo (LÉVINAS, 1980).

A arbitrariedade da ontologia, poderíamos dizer, está em tomar toda a amplitude da existência por aquilo que está iluminado, o iluminar espontâneo não parece dar conta dos limites da escolha daquilo que ilumina e, para além disso, como bem sabido na experiência tácita do cotidiano, não há luz que não produza sombra.

A capitulação feita do Eu pelo Outro está na imposição do terror ao homem livre que se trai e é traído, entregando-se aos intermediários (às conceitualizações) não em sua individualidade, mas em sua generalidade (LÉVINAS, 1980). O terceiro termo neutro equaliza a relação e transforma o Outro em um outro Eu – que não é de forma nenhuma o absolutamente Outro – que mantém diferentes condutas, mas faz unidade com os demais na participação pela continuidade de um mesmo esquema de referências.

A partir do exposto até então, fica notório que a forma de organização de uma cultura ocidental que se propôs a erigir-se sobre o alicerce do Ser tem importantes implicações para um pensamento que leve em conta radicalmente a Alteridade. A cultura ocidental, pelos motivos apresentados, teve sempre muitas dificuldades em opor-se e desviar-se de sua empreitada solipsista. Mas haveria outra forma?

Lévinas (1980; 2011) apresenta um sentido original como resposta a essa questão e a direção seguida por ele não é a da negatividade, passando a apresentar um tensionamento do Ser ou da tradição ontológica ocidental pela transcendência.

A transcendência não se reduz à negatividade, posto que se diferencia da simples oposição que um Ser pode fazer à condição em que está instalado. A negatividade necessita da referência positiva para, em relação a ela, negá-la. Entretanto, se a negação precisa do negado, torna-se clara sua manifestação em conjunto: o Ser e a negação do Ser fazem sistema um com o outro, ou seja, formam uma totalidade, pois esta maneira de negar que escapa também demarca os contornos do Mesmo (LÉVINAS, 1980).

A transcendência aponta um outro sentido, o de marcar a passagem ao Outro do Ser. Passar ao Outro do Ser não significa ser de outro modo, de maneira diferente; ser de maneira diferente ainda é ser. Também não significa Não-Ser – domínio da negatividade e da potencialidade do Ser – já que o Ser e o Não-Ser articulam-se mutuamente em uma dialética subordinada ao Ser, o interessamento do Ser domina o Não-Ser (LÉVINAS, 2011).

Ser ou não ser – a questão da transcendência não está aí. O enunciado do Outro do Ser – do Outro modo que Ser – pretende anunciar uma diferença para lá daquela que separa o Ser do nada: precisamente a diferença do para lá, a diferença da transcendência (LÉVINAS, 2011, pp. 25-26).

O tensionamento promovido pela transcendência sobre o Ser possibilita a ruptura com a totalidade. Para Lévinas (1980), há na palavra transcendente o sentido da exterioridade absoluta que é irreduzível à tentativa de síntese, a qual culminaria em um movimento de deslocamento e transformação da exterioridade para e em interioridade. A passagem do transcendente pelo Ser, em sua possibilidade de não captura, seria, então, a própria metafísica. A relação que a metafísica designa entre o Mesmo e o Outro é a própria distância que se coloca entre ambos, onde a distância é a própria maneira de existir dessa relação, possibilitando que o Mesmo e o Outro não se totalizem (LÉVINAS, 1980).

O Mesmo e o Outro, tendo em vista a relação de distanciamento essencial a que se colocam e que constitui sua própria condição de relação, não apresentam meios de reversibilidade, pois, se assim fosse, a transcendência de outrem seria feita unidade com o

sistema do Mesmo, destituindo a alteridade do Outro (LÉVINAS, 1980). Dessa forma, a relação possível entre o Mesmo e o Outro, entre Totalidade e Transcendência, entre interior e exterior, só se faz possível na manifestação de seu distanciamento. Eu e Outro se relacionam de forma que, por um lado, o Outro não pode dizer sobre o Ser do Mesmo e, por outro lado, o Mesmo não pode dizer sobre o Outro sem transformá-lo em Mesmo, ou seja, se o Mesmo fala algo sobre o Outro já o fala porque esse Outro não lhe é mais distante, tendo sido submetido às cercanias do Mesmo.

A relação metafísica não poderia ser jamais representação (LÉVINAS, 1980), posto que, se assim o é, o Outro já foi dissolvido no Mesmo, ou o Outro já é um Mesmo capaz de representar, e sendo capaz de representar é, pois, já um Eu que funciona sob as prerrogativas do Mesmo.

Lévinas (1980) dirá, então, que o Outro metafísico não é uma alteridade formal e nem pode ser encontrado pelo inverso da identidade, nem mesmo pela simples resistência que faz ao Mesmo. Essa alteridade é o próprio conteúdo do Outro anterior a toda iniciativa e imperialismo do Mesmo, é já diacronia – uma possibilidade da temporização que não se faz presente pela intervenção do Ser. Diríamos que o Outro metafísico está ausente de uma pátria comum, tornando-o estrangeiro que não é morador de uma outra pátria, essencialmente estrangeiro.

Mesmo e Outro, então, apresentam uma relação onde a conjunção que os une, esse “e” não se faz adição nem poder de um sobre o outro. Nessa relação, a linguagem expressa a possibilidade de que o Outro se mantenha transcendente ao Mesmo. O discurso apresentado pelo Mesmo nesta ocasião, apesar de recolhido em sua ipseidade de Eu, de ente particular, de autóctone, sai de si (LÉVINAS, 1980).

A linguagem, nesse sentido, apesar de fazer coincidir o dizer com o dito, permitiria falar, ainda que o traindo do Fora-do-Ser, esta exceção ao Ser, como se o Outro do Ser fosse um acontecimento do Ser. O Ser, em seu conhecimento e através de um Dito no qual ele se mostra, traz consigo o significado do Dizer que se faz exceção na lógica do Dito, pois é no Dito que se mostra a exceção como o nascimento do conhecimento (LÉVINAS, 2011).

A ruptura com a totalidade não pode ser, então, uma simples operação do pensamento, porém, não pode também fazer-se sem ele. Na obra *Entre Nós* (2009), Lévinas aponta que a diferença entre um vivente e um sujeito está no desenvolvimento da capacidade de pensamento que tem como fundamento o reconhecimento da exterioridade. O primeiro

pensamento reconhecendo que existe algo fora da minha experiência anuncia já uma questão de sentido moral; a respeito do que acontece em exterioridade a mim sou culpado ou inocente.

Dessa forma, o aparecimento do pensamento situa a questão da exterioridade em um âmbito moral anterior ao seu desenvolvimento como conhecimento e compreensão; o desenvolvimento, nesta direção, o colocaria na dinâmica do Ser ou ontologia. Por isso temos, segundo Lévinas (1980), uma precedência da metafísica pela ontologia em que a pergunta “quem é?” ou “o que é?”, típica das organizações ontológicas, já apresenta uma situação posterior à manifestação de uma exterioridade ao Eu. Em suas próprias palavras:

Na realidade, o “quem é?” não é uma pergunta e não se satisfaz com um saber. Aquele a quem a pergunta é feita, “já se apresentou”, sem ser um conteúdo. Apresentou-se como rosto. O rosto não é uma modalidade da quidade, uma resposta a uma pergunta, mas o correlativo do que é anterior a toda a pergunta. O que é anterior a toda a pergunta não é, por sua vez, uma pergunta, nem um conhecimento possuído a priori [...] (LÉVINAS, 1980, p. 159).

O pensamento feito teoria apresenta também como possibilidade uma outra organização essencial da metafísica, que é a preocupação crítica com a própria ontologia, a qual se expressa como inteligência do Ser para permanência do Ser. O pensamento em forma de crítica descobre o dogmatismo arbitrário e sua espontaneidade, agindo na limitação do fluxo ontológico pela revisão da origem do próprio dogmatismo. Essa revisão do dogmatismo poderia seguir até o infinito, caso a subida tivesse a lógica do seguimento ontológico. Na forma de crítica, a metafísica se afirma para além da ontologia, não reduzindo o Outro ao Mesmo, e sim-colocando em questão o exercício do Mesmo (LÉVINAS, 1980).

A quebra da lógica sequencial do tempo e de sua apreensão ontológica na articulação do presente aponta para uma organização diacrônica da crítica. Ela problematiza as formalizações do presente a partir de manifestação que é sempre anterior. Seu sentido não é o aperfeiçoamento do Ser, mas colocar questões em ordem de anterioridade sobre a efetivação do Ser como Ser. Para Lévinas (1980, p.30):

Um pôr em questão do Mesmo – que não pode fazer-se na espontaneidade egoísta do Mesmo – é algo que se faz pelo Outro. Chama-se ética a esta impugnação da minha espontaneidade pela presença de Outrem. A estranheza de Outrem – a sua irredutibilidade a Mim, aos meus pensamentos e minhas posses – realiza-se precisamente como um pôr em questão da minha espontaneidade, como ética. A metafísica, a transcendência, o acolhimento do Outro pelo Mesmo, de Outrem por Mim produz-se como impugnação do Mesmo pelo Outro, isto é, como a ética que cumpre a essência crítica do saber. E tal como a crítica precede o dogmatismo, a metafísica precede a ontologia.

A Ética, então, dentro dessa perspectiva, seria a filosofia primeira por colocar a anterioridade do questionamento do Ser. A Ética se exerce com crítica e, assim, aponta o seu sentido e destino dirigido a serviço de outrem, pois, como crítica, apresenta sua positividade e sua substancialidade no destronamento do dogmatismo do saber espontâneo ontológico. A Ética como crítica solapa a espontaneidade de uma tradição ocidental solipsista.

A forma de manifestação, então, dessa contradição, é a de um Outro que Ser que se apresenta como uma modalidade de Ser, de um Dito que preserva os sentidos de um Dizer, de um pensamento que se faz não na captura e, sim na crítica, de uma negação afirmativa que seria a Responsabilidade. Para Lévinas (2011), a Responsabilidade seria a forma pela qual se positivaria uma negação do próprio positivo instituído na lógica do Ser. A Responsabilidade é a possibilidade de um Outro que Ser que já não é o Ser, embora se apresente como exceção através dele, e também não é o Não-Ser ou a negatividade. “O de outro-modo-que-ser enuncia-se num dizer que deve também desdizer-se para assim arrancar o de outro modo que ser ao dito onde o de outro modo que ser começa a não significar senão um ser de outro modo” (LÉVINAS, 2011, p. 29).

A estrutura social, conforme nos diz Lévinas (1982), não pode ter seu fundamento no conhecimento, e sim na responsabilidade. O conhecimento, como vimos, reúne a multiplicidade na unidade, destituindo-a de sua diferença absoluta e transformando-a no Mesmo. A Responsabilidade seria a forma pela qual o Outro que Ser, aparecendo como uma forma de Ser, destitui-se de si mesmo para acolher o Outro em sua alteridade. A Responsabilidade encarnaria a possibilidade de distinção entre o para Ser e Não-Ser, ela relaciona-se com o Outro, portanto, sem tomá-lo para si, sem transformá-lo, interage com o Outro a partir de sua diferença absoluta.

A Responsabilidade, para Lévinas (2011), é o reconhecimento do Outro naquilo que lhe faz singular. Diríamos nós que seria a maneira pela qual a distância entre Eu e o Outro se mantém e pela qual uma relação entre ambos é possível através de um tipo de proximidade. No paradoxo que permite o Outro do Ser, a eliminação dessa distância é a subtração das características do Outro que o tornam absolutamente Outro e que, portanto, desmanchariam esta relação e sua proximidade, pois já não se pode falar em distância na coincidência. Aquilo que coincide o faz por se manter sob os signos da presença, um tipo de convergência entre tempo e espaço onde as referências são autocentradas.

Seria, então, a Responsabilidade a maneira como a transcendência pensada como a ideia de infinito marca sua passagem na relação metafísica, que, como anunciamos, é uma das possibilidades da relação entre o Eu e o Outro. Para Lévinas (1980), a forma pela qual a

relação entre Eu e Outro pode se manter sem que se unam em uma totalidade e destituam a possibilidade da relação social, transformando-se em um novo solipsismo, e sem que sejam cortados os laços que os implicam, pode ser compreendida pela ideia de Infinito da forma, como foi entendida por Descartes.

O Infinito tem como excepcional que seu *ideatum* não coincide com sua ideia, a distância que separa a ideia do *ideatum* é justamente o que constitui o próprio *ideatum* (LÉVINAS, 1980). O Infinito demonstra, então, a possibilidade de que um pensamento não adeque o pensado, de uma forma em que o pensar ou a marca do infinito na ideia feita pensamento não possa ser atingida, transformando o *ideatum* da ideia em um simples objeto, pois aí já se perderia aquilo que lhe é próprio. O Infinito traz, então, a marca de uma relação onde o pensamento que é a inteligência do Ser é não atividade e, sim passividade no acolhimento da própria condição que constitui o *ideatum*, ou o conteúdo – é uma resposta passiva à aparição do exterior, do transcendente e do Outro. “A noção cartesiana da ideia de Infinito designa uma relação com um ser que conserva a sua exterioridade total em relação àquele que o pensa. Designa o contacto do intangível, contacto que não compromete a interioridade daquilo que é tocado” (LÉVINAS, 1980, p. 37).

Pensar, então, o Infinito, o Transcendente, o Estrangeiro é pensar uma distância que não se exclui, é pensar uma relação com outrem de sentido Ético. A Ética seria o acolhimento da expressão do Outro onde ela ultrapassa uma ideia ou conceito que se pudesse fazer dele em pensamento; é receber Outrem além dos limites do Eu, é tomá-lo tal qual a experiência do infinito (LÉVINAS, 1980). O De Outro modo Que Ser apresenta uma afinidade com a Ética onde a Responsabilidade responde pela liberdade do Outro e é aí onde se situa o não-lugar da subjetividade (LÉVINAS, 2011).

A relação de sentido Ético é proximidade do Outro pela deposição do Eu, pelo arriscar os limites da própria identidade do Eu que poderia fazer do Outro um Mesmo e recebê-lo em seu excesso, incapaz de ser contido no respeito ao absoluto de sua outridade. O Eu, na manifestação da Ética que exprime o Infinito, coloca como possibilidade a destituição de suas referências próprias e autocentradas no recebimento do Outro.

Nesse face-a-face do Eu com o Outro emerge a fragilidade do Outro, a qual podemos responder compreendendo-o ou acolhendo-o. O Outro, em sua fragilidade, apresenta-se ao Eu convocando-lhe a uma resposta e, diante dele, respondemos dominando-o ou substituindo-o em sua fragilidade pela Responsabilidade que acolhe e põe em questão a própria segurança e fortaleza do Eu, assumindo a fragilidade no lugar de Outrem.

A substituição apresenta-se como interrupção no retorno à lógica da identidade. O Eu não funciona mais como um Eu, tornando-se um Mim – assujeitado ao outro que lhe clama uma resposta – sujeito que não pode compreender-se como uma modalidade do Ser, pois a relação de desinteressamento suspende a lógica de permanência no Eu. A ruptura com o interessamento é Ética, pois rompe a identidade e posiciona o Eu na susceptibilidade, na vulnerabilidade e na sensibilidade (LÉVINAS, 2011). Ao substituir o Outro em sua fragilidade, o Eu assume um lugar de desinteressamento, pois rompe com o interesse tomado como reposição de uma lógica de permanência no Ser.

6.2 Das nuances de uma ontologia do presente aos vestígios de sentido ético

Como apresentado acima, o trabalho de Emmanuel Lévinas aponta para uma rediscussão das formas de se estar no mundo. As maneiras pelas quais nos mantemos no mundo são hegemonicamente situadas sobre os fundamentos do Ser, o que implicou na organização de uma forma de relação entre homem e mundo sustentada a partir de preocupações ontológicas. A filosofia teria sido então, ao longo dos anos, uma tentativa de responder à questão sobre o significado do Ser (LÉVINAS, 1982). Na intenção de solucionar essa questão, muitas nuances da forma ontologia, ao longo da história, foram experimentadas. Se a ontologia, como já mencionado acima, pode ser analogamente pensada como a luz que possibilita tornar inteligível fenômenos específicos, podemos tomá-la, nesse sentido, como próxima à produção de um tipo de narrativa racional composta de crivos e regularidades próprias, capazes de permitir e efetuar ações específicas no mundo a partir do lugar iluminado por ela.

Dessa forma, pensar uma ontologia do presente é, em certa medida, desvelar regularidades que compõem a narrativa racional contemporânea através da forma como iluminam os fenômenos contemporâneos. Nesse sentido é que o Risco, a *Performance*, e o Controle apareceram como noções importantes, já que situam a maneira pela qual somos, na contemporaneidade, tomados por essas noções e agimos com elas e a partir delas.

Entretanto, se a Ética, para Emmanuel Lévinas, apresenta-se como esta impugnação do Eu, ou do Ser pelo Outro, ou em relação a ele aponta seu sentido na interrupção da reposição constante do sistema ontológico, é preciso compreender como age e opera o Ser, contemporaneamente, para que nos seja possível encontrar os vestígios e marcas do Outro, a sinuosidade da Ética na contemporaneidade.

Dito isso, a Ética na contemporaneidade manifesta-se na negação das proposições e regularidades de uma sociedade baseada hegemonicamente no discurso científico e em suas operações lógicas que trabalham com as noções de Risco, Performance e Controle. Contudo, como também vimos, de acordo com a perspectiva levinasiana, a negação pura e simples dessas regularidades não seria suficiente para deslocar a ação de retorno ao Mesmo. Não basta apenas opor-se a essas regularidades, é preciso negá-las ativamente, trazendo nessa atividade aquilo que desestabiliza as próprias regularidades, ainda que não se possa estar totalmente subtraído delas.

Não se trata, por exemplo, de um Eu que negue o Risco, e sim que o vivencie, porém não como um Eu. O sentido ético clamaria por sua vivência como um para o Outro de forma a substituir esse Outro na fragilidade que o Risco lhe impõe. De maneira semelhante, com o Controle e a Performance. Algumas pistas, então, colocam-se para nós nesta experiência de sinuosidade. Não se trata do caminho em linha reta, seguida pela racionalidade contemporânea, mas também não é a total recusa à estrada, apesar de marcar sua sinuosidade.

A deposição do Eu – aquilo que significa ser um Eu na contemporaneidade – pelo Outro, o pôr em risco a própria identidade pelo Outro, e a substituição do Outro naquilo que lhe aparece como ataque às suas fragilidades, sendo isto a responsabilidade do Eu, e a forma pela qual se manifesta serão tomadas por nós como marcas de sentido ético que deslocam o sistema de referência autocentrado e interessado na permanência do Ser, do Mesmo e do Eu, para um sentido Ético.

6.3 Análise fílmica

a) Ser e Outro que Ser em um Abril Despedaçado:

O filme *Abril Despedaçado*, dirigido por Walter Salles, é uma adaptação de uma obra literária produzida por Ismail Kadaré – escritor albanês –, a qual tem como elemento central o circuito de um sistema de vinganças. A história do filme ocorre no sertão baiano, no ano de 1910, e versa sobre o conflito entre duas famílias e a sucessão de homicídios entre elas.

A narrativa segue e, ao abordar o tema do assassinato, revela que o conflito entre a família Breves e a família Ferreira teve início por disputas de terra. O filme apresenta sua trama inicialmente no período de trégua instituído no reiterado ciclo de vinganças entre as

duas famílias, em que o irmão mais velho, Inácio Breves, havia sido assassinado por um membro da família Ferreira.

Em meio ao desenvolvimento do filme ficam claras algumas regras que constituem o sistema de vingança estabelecido entre as duas famílias na localidade de Riacho das Almas. Dentre as regularidades desse sistema de vingança, dois elementos aparecem com muita força: o primeiro situa a negociação a respeito do tempo de trégua entre um e outro ciclo de vingança, geralmente marcado pelo “amarelar” do sangue na camisa do assassinado, e o segundo diz respeito à “cobrança do sangue” que apresenta o alvo da vingança. O sangue é cobrado pelo filho mais velho ao alvo da outra família, autor do ciclo de vingança anterior.

Nesse sentido, Inácio Breves foi assassinado por Isaías, o que traria a Tonho Breves, o filho mais velho da família Breves, após o assassinato de Inácio, a incubência de “cobrar o sangue”, tendo por alvo Isaías Ferreira. A lógica da vingança é sustentada na relação da família com a honra. O dever para com a honra está na proteção do nome da família a qualquer mácula que possa vir a acontecer.

Tonho, então, segundo os próprios ordenamentos do sistema de vingança efetivado pelas famílias Breves e Ferreira, em Riacho das Almas, só pode matar Isaías, pois o sangue cobrado deve equivaler ao sangue retirado. Isaías retira o sangue de Inácio e, dessa forma, é o sangue de Inácio que deve ser cobrado a Isaías, que paga com o próprio sangue. A fundamentação na lógica da Honra impede, devido ao sistema construído, a guerra total entre as famílias e o assassinato dos não envolvidos na “troca do sangue”.

Em meio a esse conflito desenvolvem-se as tramas dos personagens entre si, desde as relações intrafamiliares na família Breves, na família Ferreira e as relações de Tonho e Pacu – filho mais novo da família Breves – com os estrangeiros e nômades, donos de um circo que passa pela localidade.

A vivência cíclica da vida dos membros da família Breves é posta em xeque pelos questionamentos do menino Pacu e pela aproximação com os forasteiros, que apresentam a novidade e a diferença à repetição, culminando no desfecho em que Tonho Breves renuncia à lógica da vingança após a morte do seu irmão mais novo, Pacu.

Embora o filme apresente como tema central o ciclo da vingança entre os Breves e os Ferreira, muitos outros elementos podem ser analisados. Escolheremos alguns que consideramos mais representativos daquilo a que se propõe este trabalho, ou seja, a discussão da Ética nas famílias. Dessa forma, elegemos como plano de análise as relações que produzem efeitos na interação familiar dos Breves, desde sua relação intrafamiliar como aquelas que influenciam outras possibilidades de interação nesse grupo familiar. Dito isso, as

demais tramas e os demais impactos das interações entre os demais personagens não nos interessarão para este trabalho.

a.1) Ser Breves: interesse, honra e aprisionamento

O filme *Abril Despedaçado* apresenta como questão inicial a briga entre famílias. Os Breves são uma família que poderíamos caracterizar como nuclear. Sua configuração no início da história exhibe um pai, uma mãe, dois irmãos – Tonho e Pacu, além do irmão mais velho Inácio, já morto. Os Breves têm uma estrutura tradicional, organizam-se fortemente como uma unidade econômica, cabendo ao pai ser o guardião da honra familiar e, como tal, tem frequentemente suas ações vinculadas a manutenção do que significa ser Breves, estando sempre atuando por si mesmo ou na convocação de seus membros para atuarem conforme a tradição familiar.

Vemos, assim, no desabrochar da história, muitos elementos presentes da família que se organizam a partir da tradição e são perpassados por uma associação que se faz substancialmente como unidade econômica. Também é possível perceber algumas variações e tensionamento que passam a ocorrer pelo momento histórico em que a narrativa está situada. Alguns elementos nos chamam particularmente atenção, dentre eles citamos as repercussões do aparecimento da indústria sobre o grupo familiar dos Breves.

Em um dado momento do filme, o pai Breves, após a produção de uma leva de rapaduras feitas pelo esforço coletivo da unidade familiar em que todos têm um papel, vai até um pequeno comércio para vender seus produtos e, ao receber o dinheiro, percebe que o valor obtido na venda vem sendo menor do que o de costume. Ao interpelar o comerciante, obtém como resposta que a indústria tem produzido muita rapadura e que, caso ele não queira vender seus produtos por aquele valor, oferta é que não falta.

Nessa cena podem ser esclarecidas três elementos: o primeiro é sobre como a mudança dos processos de produção tem implicação direta na vida das famílias e em suas formas de sociabilidade, das quais o trabalho é parte implicada, principalmente daquelas que se articulam como unidades econômicas; o segundo é de que as transformações sociais não são totalizantes e encontram resistência aos novos modelos pelos modelos antigos – no caso do filme, podemos pensar que essa resistência se dá à distância geográfica entre os modelos antigos de produção e os novos, estando as fábricas distantes ainda do interior baiano, não destituindo, portanto, completamente a possibilidade dos meios antigos de produção –; já o terceiro aponta que, embora os modelos antigos de produção permaneçam frente aos novos, o

aparecimento deles impactam os modelos antigos, não permanecendo completamente e de forma inalterada.

Essas transformações podem ser inferidas a partir da presença da mãe Breves, não somente nas atividades domésticas e de cuidado com os membros de sua família – atividades tipicamente femininas na articulação de uma organização familiar tradicional –, mas também em sua presença no próprio processo de produção econômica e da subsistência da família que, nesse caso, não se faz estritamente pelo gênero masculino.

Dito isso, não podemos cair no equívoco de pensar a presença feminina nos processos de produção anteriormente e destacadamente tomados como lugar do masculino como acolhimento, emancipação ou libertação de algum tipo de opressão, nem muito menos que isso tenha tido a ver com um movimento de sentido ético dirigido a alteridade da mãe Breves. De acordo com nossa perspectiva, a participação da mãe Breves no processo produtivo está muito mais próxima da vinculação da necessidade de se manter a identidade familiar, que foi colocada em risco pela necessidade de subsistência, sendo necessário um maior esforço produtivo. A pequena mudança de lugar da mãe Breves tem mais a ver com a necessidade de estabilizar a identidade familiar para manter-se sendo Breves.

Essa posição pode ser mais estabilizada pelo papel em que assume durante maior parte do filme, onde não há muito espaço para interlocuções com a personagem. É uma personagem que fala pouco e menos ainda intervém na dinâmica familiar – simbolismos fortes de que, apesar de sua presença no processo produtivo, que poderia apresentar alguma mudança, ainda permanece como existindo em função da família e a partir da necessidade de manter-se sendo Breves.

Retornando ao tema do conflito entre as famílias Breves e Ferreira, já que esse parece ser a trama central pela qual todo o filme se desenrola, observamos que seu início se dá por conta do conflito a respeito da posse de terras e, portanto, torna-se necessário refletir acerca da importância e o significado que teria a terra nesse conflito. Em uma observação inicial, mesmo sem muito esforço, é possível ver que no contexto da localidade de Riacho das Almas o sustento de ambas as famílias está ligado ao trabalho com a terra.

No caso dos Breves, a terra aparece como forma de provimento e sustento pela relação de produção de um engenho, o qual encontra-se em aspecto decadente, muito embora esse mesmo engenho tenha, em gerações passadas, conforme contado pelo menino Pacu, gozado de uma situação mais opulenta. Pode-se inferir que a destituição dessa condição mais abastada tenha sido decorrência da perda de suas terras, que foram tomadas pelos Ferreira, dando início ao confronto.

Os Ferreira apresentam situação economicamente mais favorável de acordo com os símbolos e signos apresentados pelas imagens, em que podemos ver, através do mobiliário, do tamanho da casa, dos adornos que a compõem, dos empregados que lhes servem e das vestimentas de seus membros, que estes assumiram e estão em uma posição bem mais privilegiada que os Breves. Os Ferreira parecem ter como atividade econômica a pecuária.

A terra, então, aparece como elemento de interessamento por ambas as famílias, pois, a partir dela, duas situações podem ser posicionadas. A primeira no que diz respeito a subsistência do próprio grupo familiar que, através do trabalho com a terra, garante seu provimento, e a segunda refere-se à posição social assumida advinda da riqueza produzida a partir da terra. Esta terra, então, passa a ser o símbolo daquilo que a família Breves poderia ser, e do que a família Ferreira poderia deixar de ser.

A possibilidade de sobrevivência e do lugar social nessa situação é mediada pela terra de forma tal que serve para manter-se sendo, para melhorar de situação e posição social, para garantir a permanência de uma determinada identidade e cultura familiar, de práticas específicas, de uma forma de existência em Riacho das Almas. A lógica do interessamento está justamente em interessar-se naquilo que pode manter um modo de presença específico. Para os Breves, a terra significava manter-se sendo os Breves, manter uma forma de agir sobre o mundo. A luta pela terra apresenta o sentido de uma luta para permanecer repondo modos de presença no mundo que continuem tomando a lógica do conjunto de regras e ações familiares como referência.

O sistema de vingança decorrente da luta pela posse das terras já está fundamentado em uma lógica ontológica que coloca, através do *conatus* do interessamento, um esforço de guerra entre as famílias Breves e Ferreira. Para manter-se sendo Breves era preciso da terra e ter a terra era tomá-la dos Ferreira, que significaria um ataque a maneira Ferreira de viver. A disputa entre Breves e Ferreira é uma disputa sobre um modo de viver.

A Honra, elemento retomado diversas vezes no filme, aparece como signo da manutenção e continuidade da tradição familiar e emerge como conteúdo espontâneo. Não há questionamento sobre a Honra ou aquilo que a constitui, ela simplesmente flui, ordenando a vida familiar. Não é que esta deva continuar exatamente como é, mas a Honra consiste em ações concretas que devem ser tomadas pelos indivíduos, tendo por finalidade a continuação de um modo de viver e de um lugar social.

Os Ferreira, ao tomarem a posse da terra dos Breves, macularam sua Honra. A cobrança e o pagamento na restituição da Honra familiar foi operada, nesse caso, através do homicídio que instala o início do ciclo de vinganças. O sistema de vingança instalado e

iniciado apresenta em parte uma natureza concretamente violenta no ato do assassinato, mas também já fora inaugurado a partir de uma lógica racional que segue uma série de regras e regularidades vinculadas aos deveres da Honra. Nesse sentido, a Honra subtrai outras formas e possibilidades de relação entre as famílias e das famílias e seus membros com a realidade que lhes circunda, sendo o principal componente da reposição continuada de uma mesma forma de se tomar o mundo.

Os membros da família Breves têm sua posição encaixada sempre à referência centralizada da Honra familiar, tendo suas ações, deveres e direitos vinculados às necessidades de permanência da família, repondo um ciclo perene que pode ser visualizado em vários momentos do filme. O circuito contínuo é importante marca de uma organização familiar que se mantém predominantemente fora de um sentido ético. Os ciclos repetitivos mostram a retirada da condição de acolhimento da alteridade dos próprios membros familiares, incidindo principalmente sobre Tonho e Pacu, sendo ambos sempre tomados a partir das posições que deveriam assumir diante da lógica de interessamento familiar dos Breves.

O simbolismo dos ciclos é tomado fortemente no filme pela figura da bolandeira, que é apresentada em muitos momentos como signo da circularidade da vida dos Breves. A própria posição na atividade da bolandeira representa isso, a permanência não só do ciclo, mas das posições no ciclo. O pai ajuda na condução do movimento da bolandeira, no ordenamento dos bois; Tonho ajuda com a cana no moedor; a mãe de Tonho recolhe o bagaço. Fazendo uma analogia mais direta, é como se a bolandeira fosse o próprio nome da família e todos trabalhassem em função daquele circuito imposto pelo nome familiar, todos subtraem-se de suas demais possibilidades para, através de seus esforços, manterem a bolandeira girando e funcionando.

A lógica da vingança é mais uma das relações estabelecidas e caracterizadas pela circularidade e está presente no filme há pelo menos três gerações, desde o avô de Tonho, passando pela geração de seu pai, até a sua própria. A vingança apresenta mais um forte simbolismo, que é o fato de implicar todo o grupo familiar, já que, pela própria impossibilidade de que o morto possa reagir à própria violência sofrida, ela convoca um outro a agir em nome da família.

Tonho, convocado pelas obrigações familiares e sob a prerrogativa de honrar seu grupo familiar, efetua a vingança e reinicia o ciclo, ignorando seus sentimentos e sensações a respeito do que ia fazer e o fazendo em nome da família. No ato de “cobrar o sangue” de Inácio, morto por Isaías, Tonho “vacila”, o que permite Isaías quase escapar. Posteriormente,

os sonhos e lembranças do rosto do morto passam a incomodar Tonho. Para nós, esses dois elementos – tanto a “vacilada”, como o incômodo gerado pelo assassinato – são representativos da diferença e distância de Tonho da tentativa de totalização familiar, muito embora Tonho tenha reiterado em nome da Honra familiar o ciclo de vinganças, destituindo-se da afetação que o outro lhe casou e que, naquele momento, poderia ter dado outro rumo a essa repetição que finda por aprisionar as muitas outras possibilidades de interação de Tonho, reduzindo-o ao seu sobrenome, ou seja, ao seu legado familiar.

O movimento da circularidade mostra-se também como aprisionamento e revela marcas da subtração da alteridade e da impugnação do sentido ético. Essas marcas apresentam-se visivelmente, também, naquilo que é impedido aos membros da família Breves em nome da organização familiar prévia – isso pode ser visto no desejo do menino Pacu de ver o circo, sendo logo advertido por Tonho de que o Pai não permitiria. Na cena seguinte, Pacu expressa formalmente essa experiência vivida na assertiva: “A gente é que nem os bois. Roda, roda, roda e não sai do lugar”. Outros momentos podem também serem representativos da restrição da liberdade em nome da referência e manutenção do estado familiar, como quando o pai toma o livro dado a Pacu pelos donos do circo para que ele volte ao trabalho e a auxiliar a família.

Os Breves estão presos na sua própria identidade e na necessidade de se manterem honrados. A Honra, fundamento basilar do conflito, é valor compartilhado em Riacho das Almas, é a narrativa comum da comunidade ou, pelo menos, a que aproxima os Breves e Ferreira; dessa forma, como valor compartilhado, torna as famílias rivais, embora conflitantes, vinculadas a uma mesma lógica sistemática, e as apontam uma totalidade comum, onde suas diferenças são as diferenças de tradições e condutas concretas, muito embora funcionem sobre a mesma racionalidade autorreferente. É preciso manter o sistema de vingança para continuar sendo Breves e o mesmo vale para os Ferreira.

Outro elemento significativo da sobreposição da lógica da Honra e do legado familiar sobre os membros da família Breves se dá no diálogo entre a mãe e o pai Breves, em que a mãe preocupa-se com o filho Tonho – que está marcado para morrer devido a lógica de retorno da política da vingança instituída pelas duas famílias – e deseja que ele não volte, sendo logo interpelada pelo pai Breves, que ratifica a lógica familiar sob os signos da Honra, recusando qualquer mudança e sofrendo pela possibilidade da desonra caso Tonho não volte. O pai Breves diz: “Olhe em volta mulher. O que que sobrou? [...]. Pois então, mulher, nós já perdemos tudo e, se Tonho não voltar, nós perdemos a honra”.

A Honra pode ser compreendida aqui como o elemento regulador que mantém a unidade de ser Breves, mais que isso, é a honra a unidade que os liga e dá respeitabilidade e posição na comunidade de Riacho das Almas e, assim sendo, reduz e restringe todas as outras possibilidades que poderiam ser vividas e expressas pelos membros Breves. Arriscar a honra é arriscar a posição social, o próprio nome da família, a própria identidade. Ser Breves é pôr o nome em primeiro lugar, é agir de acordo com a tradição, é manter a Honra sob qualquer circunstância. O nome é, então, elemento simbólico de grande magnitude por representar um modo de ser, ser Breves.

a.2) De Outro Modo Que Breves: da substituição à libertação.

A lógica da circularidade, do aprisionamento, do Interesse e da Honra, colocada no tópico anterior, faz-nos refletir sobre a lógica da Totalidade, que parece ser presente na vida dos Breves, entretanto, esta mesma narrativa fílmica apresenta momentos de ruptura com tal ordem. Nessa crítica à ordem da tradição e da Honra são figuras centrais o menino Pacu e os estrangeiros do Circo.

No filme, inicialmente, o menino Pacu não tem nome, sendo chamado de “menino”. Esse parece ser um simbolismo bastante importante para compreendermos sua posição frente à lógica instituída pelo sistema familiar. Talvez Pacu seja aquele que justamente apresenta uma outra forma que ser Breves, pelo fato de não possuir nome. O nome, marca forte da identidade, não lhe foi colocado e, por não o ter, parece não se inscrever na lógica da identidade e, conseqüentemente, do interessamento e do aprisionamento ao nome, que se fundamentava na lógica da Honra. O menino Pacu é, então, o Outro em família, aquele que, apesar das constantes tentativas de captura do pai, escapa à lógica do retorno e da circularidade operada na tradição familiar.

O Outro em família destaca-se dos demais. Não que Tonho, o pai Breves e a Mãe Breves sejam iguais entre si, mas eles operam sob o sistema de auto-referência familiar, o que os coloca em totalidade uns com os outros, não se diferenciam e são, então, coincidentes. Quando o tempo de trégua é finalizado, marcado pelo simbolismo do amarelamento da camisa, o pai Breves convoca Tonho ao seu dever para com a Honra, competindo a ele “cobrar o sangue” de Isaiás Ferreira. Nesse momento, no jantar em família, o menino Pacu intervém, pedindo que Tonho não o faça, sendo logo reprimido pelo pai que, através dessa ação, pretende reconduzir a rota da família em direção à manutenção da Honra e do nome

familiar dos Breves em detrimento de qualquer outra possibilidade, como a sinalizada pelo menino Pacu.

Pacu, em sua coragem, marca a diferença em família, exhibe um risco diante da identidade familiar por viver o mundo de outra forma, entretanto, a lógica da totalidade familiar, tal qual numa analogia entre as categorias do Eu e do Outro em Lévinas, apresenta a fortaleza que o Eu tem frente à fragilidade do Outro. O menino Pacu, em sua diferença, é parte frágil frente à força da tradição, não sendo, então, escutado.

Após a cena do jantar, temos outro momento importante do filme, em que Pacu, em meio aos seus trabalhos domésticos para a família, encontra Salustiano e Clara que passavam em uma carroça em busca de uma cidade próxima a Riacho das Almas. Nesse momento, Pacu lhes explica sua versão sobre o nome da cidade: “O riacho secou, aí ficou só as almas mesmo”, numa alusão que pode ser tomada em relação à seca no sertão e às constantes mortes ocorridas na localidade. Após orientar os estrangeiros a como seguir o caminho para a cidade seguinte, acaba por ganhar um livro de Clara, o qual é composto por histórias sobre o mar, sobre peixes e sereias.

O elemento de exterioridade trazido pelos estrangeiros do circo parece reforçar ainda mais as marcas da diferença em Pacu, que, através do livro, imagina outras realidades possíveis. A marca da diferença, da alteridade em Pacu torna-se cada vez mais visível. Pacu não lê as letras e as palavras, mas lê as figuras – aqui, marca-se mais um simbolismo, em que esse não saber lhe permite não seguir a história que o livro quer lhe contar ou fazer seguir, mas inventar a própria história, imaginar outros caminhos, divergir. Tonho pega Pacu lendo o livro de cabeça para baixo e, ao questioná-lo, recebe como resposta que é ele, Tonho, que não entende nada de livro. O menino Pacu marca novamente sua forma diferente de lidar com o mundo.

O aparecimento do circo coloca a novidade trazida pelos estrangeiros através de sua própria presença, que desestabiliza a circularidade contínua de Riacho das Almas e da família Breves. O estrangeiro marcado pela presença do circo exhibe a distância entre ele e a localidade, entre sua forma de estar no mundo e a dos autóctones, mostra sua diferença, fluidez e deslocamento. O circo é ida, ida de cidade em cidade, é um contínuo caminhar, a Honra é ir para retornar, é sempre preciso fazer algo para retornar ao ponto de origem, mantendo-a.

Em cenas seguintes, vemos a bolandeira ter dificuldade em seu pleno funcionamento. Os bois estão cansados de girar e presos à encilha, embora, por muito esforço, sejam postos novamente a rodar. O frente a frente do Circo e da Honra coloca um embate

entre o estrangeiro e o nativo, entre a diferença e a identidade, entre o infinito e a totalidade, colocando a relação entre o Outro e o Eu. A passagem da diferença do circo pelo Eu da identidade dos Breves, pelo Mesmo dessa identidade, provoca um traumatismo, instala uma dúvida sobre a possibilidade de outra vida, na certeza da espontaneidade da lógica da Honra. O Outro apresenta a crítica ao dogmatismo da tradição. Tonho e Pacu são tocados pelo Circo.

No caso de Tonho, temos a relação que se estreita com Clara, por quem se apaixona, e acaba por acompanhá-la em um dos compromissos nômades do Circo, experimentando um pouco dessa maneira de viver, trazendo a ele a sensibilidade e abertura a outras possibilidades de vida. Entretanto, a força dos elementos da tradição e da Honra ainda são muito presentes em Tonho, fazendo-o retornar para sua casa, ocupando seu lugar como marcado para morrer no sistema de vinganças.

No que diz respeito ao menino Pacu, é após a experiência com o circo que recebe seu nome, pois, até então, sequer tinha algum. Foi Salustiano que o “batizou”, e, assim, passou a se chamar Pacu. Para nós, mais um elemento marcador da alteridade, tanto pelo contato com o estrangeiro do Circo, que ao tocá-lo com um nome o afeta, quanto pelo significado dessa nomeação. Pacu é um peixe e peixes fazem da água seu mundo, o que apresenta um distanciamento tremendo da realidade de Riacho das Almas, localidade do interior do nordeste brasileiro conhecido pelo fenômeno da Seca. Pacu é “um peixe fora d’água”. Pacu não é apenas aquele que nega o circuito da Honra e da tradição, mas que marca nelas sua diferença.

O período de trégua havia acabado e era tempo de que Mateus Ferreira viesse “cobrar o sangue” de Isaías a Tonho. Pacu entende o que está acontecendo, já acompanha o circuito da morte desde tenra idade a partir dos relatos familiares, então, o menino decide por sair de seu quarto e ir ao encontro de Tonho, que estava na casa de confecção de rapaduras do engenho. Comovido pelo amor ao irmão – demonstrado pela forma de olhá-lo –, que desfrutava de um sono profundo, Pacu veste as roupas de Tonho e toma seu lugar. Ele coloca a fita, que representa, de acordo com as regras do sistema de vingança, a marca do próximo a morrer, e o faz sem demonstrar medo. Mateus Ferreira dispara e acerta Pacu, mas, devido às condições do tempo, já que chovia muito, e as situações do momento, não foi capaz de discerni-lo e cobrou o sangue à pessoa errada.

O sacrifício de Pacu desvela o sentido ético na responsabilidade. Diante da fragilidade de Tonho, marcado para morrer, o menino Pacu o substitui e, nesta ação, fratura toda a lógica do sistema de vinganças, pois presentifica uma assimetria que não pode ser igualada. O sangue cobrado não foi o sangue tomado. Pacu não se sacrifica pela Honra

familiar, ainda que morra nas ações do sistema de vingança, ao contrário do sacrifício de Tonho que, dentro das regularidades do sistema de vinganças, manteria a Honra do nome da família. Pacu não o faz por uma lógica de interessamento; ele o faz e, ao fazê-lo, coloca limite a essa racionalidade, critica sua espontaneidade e liberta Tonho do destino cíclico da bolandeira.

Tonho não foi reduzido por Pacu ao sobrenome Breves. Para Pacu, o irmão Tonho podia ter outro destino que o comumente ocorrido e, para acolhê-lo em sua liberdade e sua possibilidade de alteridade, toma seu lugar como se fosse Tonho Breves, para que ele possa ser outro Tonho. A marca do sacrifício desinteressado de Pacu não coloca a Tonho a obrigação de seguir qualquer caminho, mas lhe possibilita não ter de seguir o da tradição e o da Honra. Dessa forma, a ação de Pacu, de sentido ético, não diz sobre o ser de Tonho, não é um imperativo. Ao ser afetado pela fragilidade da alteridade de Tonho, que cada vez mais era capturada pela totalidade dos códigos referentes à Honra, transformando Tonho e reduzindo-o a sua identidade familiar, Pacu é conclamado a dar uma resposta efetivada em sua substituição ao destino do irmão.

O pai Breves tenta repor o ciclo e exige de Tonho que “cobre o sangue” imediatamente, mas Tonho se nega a fazê-lo. A morte do menino encerra a lógica da vingança e destrona sua racionalidade, que encilhava todas as ações em função da manutenção de sua lógica. É de Outra forma que Breves coloca, então, uma ação em jogo dentro da narrativa da Honra, da tradição e do sistema de vinganças, que não só o nega a partir de uma outra lógica, mas age na lógica através da responsabilidade, findando por destituí-la. A deposição da lógica do Eu, a impugnação da persistência em ser e manter uma determinada identidade por ações na direção de estabilizá-la, apontam o sentido da ética.

b) Um circuito de Sociabilidades Íntimas: Boyhood – da infância à juventude

O filme *Boyhood* é uma produção norte-americana, foi dirigido por Richard Linklater e tem como peculiaridade o fato de ter sido um filme longitudinal, levando doze anos para ser completado. Esta obra cinematográfica não apresenta uma trama clara nem um objetivo específico. O desenvolvimento do filme acompanha as situações da vida de um menino comum, Mason Evans Júnior, desde sua infância até a chegada na faculdade.

No desenrolar do filme, podemos ver o acontecer das tramas sociais da família Evans ao longo de seu ciclo vital, da infância à juventude. Não há no filme marcas muito precisas ou momentos específicos que possam ser demarcados como ritos de passagem de

uma fase da vida para outra. *Boyhood* segue um fluxo contínuo no tempo, onde, ao longo de sua história, observamos os fatos da vida cotidiana, desde os mais simples, como Mason Júnior jogando videogame, até os mais complexos, marcados por conflitos individuais e familiares, promovendo novas organizações e direções no continuar da vida.

Boyhood apresenta uma narrativa sobre o tempo comum, aquele em que a vida acontece em sua maior parte, e é compartilhada. É evidente que, em alguns momentos, o filme retrata marcos, como aniversários ou comemorações por feitos específicos, como a formatura de Mason Júnior no ensino médio, entretanto, esse não é o mais preponderante. Os dias ordinários são mais marcantes e ocupam um espaço substancialmente maior na narrativa do filme.

Devido à forma como o filme se organiza, existem muitos elementos e muitas direções e maneiras de abordá-lo. Elegeremos, portanto, como forma de ordená-lo e a fim de atingir nossos propósitos, o seguimento do filme e dos conflitos contidos na obra a partir das variações nas Sociabilidades Íntimas que ocorrem durante o desenrolar da trama. Essas variações representam as muitas formas de associação e socialização acontecidas durante o filme. Tomemo-las, então, como ponto de ancoragem para dar seguimento a nossa forma de ordenar essa história e como ponto de partida para nossas análises.

A narrativa se inicia centrada na relação familiar de Olívia, a mãe; Mason Júnior, o filho mais novo e personagem central; e Samantha, filha mais velha, que, juntos, compõem a família Evans. Nesse momento, o filme se centra na relação entre os três, sendo Samantha e Mason Júnior ainda bem jovens. O pai de Samantha e Mason Júnior, Mason, inicialmente está ausente das relações familiares, pois está no Alasca. O motivo do distanciamento entre o pai Mason e os demais membros da família Evans se deu devido a conflitos entre a forma de entender a vida e as responsabilidades que competem ao bom desenvolvimento de uma família. Foi justamente a diferença entre Olívia e Mason pai que lhes conduziu à separação.

A situação financeira faz Olívia repensar os rumos da vida de sua família, levando-os a Houston, onde terá o apoio de sua Mãe Catherine, a avó de Samantha e Mason Júnior. Após algum tempo em Houston, o pai Mason retorna do Alasca e tenta se fazer mais presente no cotidiano de seus filhos que, até então, pareciam ser centralmente cuidados pela avó materna e pela mãe.

O pai Mason parece ter ainda o desejo de voltar a viver com a mãe de seus filhos, Olívia, desejo que parece ser comungado pelos filhos, ainda que as lembranças de Samantha sejam mais fortes a respeito do desentendimento entre os pais do que os bons momentos vividos juntos em família.

Em outro momento do filme temos uma nova etapa, que pode ser marcada por uma nova associação íntima entre Olívia e Bill. Inicialmente, Olívia era aluna do curso de Psicologia em que Bill era professor, a partir desta aproximação parece surgir um interesse que os leva ao casamento. Nesse momento, outra associação íntima se estabelece e passam a fazer parte do filme os filhos do segundo marido de Olívia, eles são Randy e Mindy. A configuração desta associação íntima tem como referência a família de origem, os Evans, e passa a ser composta pela mãe Olívia; o padrasto Bill; os filhos Samantha e Mason Júnior; e os enteados Randy e Mindy.

Nessa nova associação íntima, outras tramas são possibilitadas e suscitadas, vindas das diferentes formas de organização construídas nas Sociabilidades Íntimas de origem, havendo novos processos de adaptação e vivência de novas experiências. Essa associação íntima é marcada pela rigidez e imposição de normas. Há uma mudança no aspecto econômico desta associação íntima e a presença de um elemento marcante com o qual todo o novo sistema de Sociabilidades Íntimas tem de lidar. Esse elemento é o alcoolismo e a violência de Bill.

Após recorrentes atos de violência de Bill, Olívia separa-se. Tempos depois da separação, Olívia termina seus estudos e torna-se professora de Psicologia. Em meio a todas essas mudanças, o pai Mason continua a tentar fazer-se presente na vida dos filhos, aparecendo periodicamente a cada final de semana.

Olívia casa-se novamente, agora com Jim, que foi estudante na faculdade em que Olívia deu aula. Nesse momento, inaugura-se um novo ciclo de relações entre Mason Júnior, Samantha, Jim e Olívia. O pai Mason também se casa e tem um bebê, complexificando ainda mais as Sociabilidades Íntimas de Mason Júnior e Samantha que, pelo lado do pai Mason, têm ainda, uma madrasta e um novo irmão.

Mason Júnior e Jim, o terceiro marido de sua mãe Olívia, têm alguns atritos e, com o tempo, Olívia separa-se novamente, ficando, então, até o fim da narrativa, divorciada. Em meio a essas transformações nas Sociabilidades Íntimas vemos as relações de Mason Júnior com as novas cidades em que mora, com os amigos, com as diferentes escolas e namoradas. Essas são experiências de sua vida particular, mas também são decorrentes do seguimento de seu ciclo familiar.

Na análise que segue, nós nos deteremos principalmente à narrativa das relações de Sociabilidades Íntimas da qual o personagem central, Mason Júnior, participa.

b.1) Sobre Boyhood e as Sociabilidades Íntimas: entre a vizinhança do mesmo e a hospitalidade ao Outro – do interesse à responsabilidade

Como dito anteriormente, Boyhood é uma narrativa de difícil apreensão, pois abre muitas frentes e “lugares bons para pensar” sobre o cotidiano. Diante disso, traçamos como estratégia seguir a formação e a dissolução das Sociabilidades Íntimas no decorrer da narrativa fílmica. Tomamos por referência a Sociabilidade Íntima dos Evans como fio condutor de nossas análises e referências.

b.2) Uma primeira Sociabilidade Íntima: a família monoparental

No primeiro momento, a Sociabilidade Íntima dos Evans apresenta-se como uma família monoparental feminina, pois a condução da família é feita apenas por um dos cônjuges; esse cônjuge é do gênero feminino e o outro está completamente ausente das relações intrafamiliares e tomadas de decisão. Em princípio, embora o pai Mason seja membro do grupo familiar Evans, sua distância e falta de comunicação não trazem uma intervenção direta sobre o grupo familiar.

Nesse momento da configuração familiar, algumas cenas nos são caras. A primeira diz respeito a quando, no início do filme, Olívia está no carro com Mason Júnior, após ter ido buscá-lo na escola, e conversa com ele a respeito de uma reunião que teve com sua professora. Segundo a professora, Mason Júnior se comporta diferente dos demais alunos e não entrega as tarefas, tendo como comportamento recorrente passar as aulas olhando pela janela.

Na mesma cena, é dito por Olívia que ela sabe que Mason Júnior fez os deveres, ele apenas não os entrega e não há qualquer menção a respeito de uma possível dificuldade de aprendizagem. Aparentemente, Mason Júnior apenas não se interessa pelas atividades corriqueiras do colégio. No entanto, parece haver uma preocupação da escola com seu comportamento diferente, tendo como consequência a convocação de Olívia para que responda a essa demanda. Mason Júnior parece se interessar muito mais pela dinâmica da vida, como ele mesmo fala, sobre o nascimento das moscas, do que pelas atividades curriculares formais.

Percebemos, então, que, através da solicitação feita para o comparecimento de Olívia na escola e de sua ação diante de Mason Júnior, formaliza-se uma parceria no intuito de que o grupo familiar possa responder na recondução de condutas que podem ser

consideradas desviantes do esperado no bom funcionamento e desempenho escolar, a partir da avaliação feita pela própria escola. A preocupação de Olívia com Mason Júnior nesse momento não nos parece propriamente com a situação de seu filho em si, mas com a sua diferença dos demais alunos.

Sendo, então, de competência da família o bom êxito dos filhos, a cobrança sobre sua diferenciação, que pode levá-lo a algum prejuízo escolar, passa a instalar-se numa lógica de interessamento, onde a parceria família-escola funciona tanto para a manutenção do próprio lugar da escola como das qualidades da família. Dessa forma, a preocupação com Mason Júnior parece estar mais em função da escola e da família do que propriamente do acolhimento ou da responsabilidade para com Mason Júnior enquanto Outro. O discurso da mãe está em acordo com o discurso da escola. Escola e família mantêm-se vizinhas e caminham para os mesmos objetivos.

Em cenas seguintes, em meio a outras relações que Olívia estabelece, vemos sua interação com seu namorado, Dan. O namorado de Olívia chega em sua casa para levá-la para sair e ela recusa pois precisa ficar com os filhos. A decisão de Olívia, em um momento posterior, leva-a a entrar em conflito entre a relação de namoro e a relação de mãe. Nesse momento, a escolha de Olívia é a de estar como mãe. Na situação da discussão, Olívia revela suas próprias necessidades para além de ser mãe, como ter um tempo para si, ou sair para um bar, ou mesmo ir jantar fora. Põe à vista sua vivência de ter sido filha e, logo cedo, mãe, parecendo demonstrar uma sensação de aprisionamento.

Aqui, diferentemente da outra cena, sob este contexto específico de conflito entre o namoro pessoal e a importância na vida dos filhos, a preocupação emergente não a encilha na ordem do Interesse, pois sua eleição pelos filhos assume a forma de sacrifício e substituição. Olívia substitui o lugar de fragilidade dos filhos, colocando a si mesma em um lugar de ataque e de risco. É sua posição como namorada e como mulher que é colocada em jogo. Olívia, então, assume uma posição de responsabilidade e de sentido ético. Manter-se sendo mãe, nesse caso, é manter-se sendo mãe não para si e, sim para os filhos, não para ser boa mãe aos olhos dos outros, mas para ser boa para os filhos, respondendo às suas necessidades. O namoro entre Dan e Olívia não permanece.

Na sequência do filme, temos a cena em que Samantha e Mason Júnior, ainda pequenos, são comunicados que irão mudar-se para Houston e que viverão próximos a avó materna, Catherine. Os filhos retrucam, mas não têm seus argumentos levados em consideração. A razão principal da mudança deve-se à necessidade de que Olívia volte a estudar, para que possam melhorar sua situação econômica, que não lhes é favorável e

suficiente às suas necessidades. Nesta cena, vemos novamente como o capital escolar tem caráter central, influenciando escolhas e ações, tendo em vista o que sua conquista representa, principalmente no que toca ao desenvolvimento das possibilidades econômicas. O filme sugere, a partir da preocupação de Olívia, a relação entre estudar e ter um emprego melhor, ser uma boa estudante para ter um melhor emprego.

b.3) Uma segunda Sociabilidade Íntima: a família extensa

Em Houston, após a mudança, encontramos outro conjunto de relações importantes, dentre elas, citamos o retorno do pai Mason às relações familiares e a presença da avó Catherine. O pai Mason passou um ano e meio sem dar notícias, sua volta ao convívio familiar reacende antigos conflitos no sistema parental a respeito da condução da relação com os filhos. A família, agora, devido à posição que Catherine assume, pode ser classificada como do tipo extensa, pois não está mais restrita à unidade dos pais com os filhos.

Catherine auxilia sua filha Olívia nas atividades de cuidado com a família, fazendo-se presente em vários momentos, como na atuação de voluntária na escola de seus netos, na ajuda em algumas necessidades financeiras, no ato de buscar os netos na escola e tomar conta deles enquanto a mãe desempenha as atividades de trabalhadora e estudante. Na cena da casa da avó, podemos observar novamente a dificuldade de Mason Júnior em dar conta de suas atividades e trabalhos escolares, enquanto Samantha apresenta excelente desempenho, tirando nota máxima em suas avaliações escolares. Nesse momento, vemos o interesse da avó Catherine e sua proximidade a Samantha, o que denota novamente a força que o capital escolar demarca no cotidiano familiar. O bom desempenho estudantil promove atenção e proximidade.

O pai Mason, ao reencontrar os filhos, presenteia-os, mas parece haver uma tensão entre ele e Catherine a respeito da decisão de encontrar Olívia. O pai Mason leva os filhos para sair, onde comem e jogam boliche. Mason Júnior parece novamente não muito interessado nessas atividades, enquanto Samantha parece estar desfrutando. Ao longo de todo o filme, veremos, diante das pequenas atividades recorrentes do dia a dia, a diferença de Mason Júnior que sugere um outro olhar sobre a vida.

Na cena da cafeteria, enquanto comem, o pai Mason revela seu desejo de passar mais tempo com os filhos e nesse diálogo revela que se ausentou porque precisava de umas férias, devido aos conflitos ocorridos entre ele e a mãe dos filhos. Aqui novamente se torna possível uma análise acerca do interessamento. A escolha do pai Mason foi uma escolha por

si, para si, em relação a si, diante do conflito vivido com Olívia. Frente às relações familiares, a referência nesse momento do pai Mason foi aut centrada, não respondendo e responsabilizando-se pelas situações que poderiam ocorrer com seus filhos, ou pela mãe de seus filhos, na condição de não ser mais sua mulher.

Suas “férias” da família, no Alasca, são representativas de uma escolha pelo Eu diante da fragilidade e da responsabilidade que lhe convocava o Outro em família. Olívia foi reduzida apenas à condição de sua mulher e, quando já não era, quando a referência a si se perde, as ações do pai Mason se desvanecem, não há o cuidado, ou a manutenção de algum tipo de relação para além daquela que lhe fazia referência direta. O pai Mason parece se comportar como se Olívia apenas existisse enquanto sua esposa, e não como mulher, mãe e pessoa, por exemplo. Os filhos foram reduzidos a produtos de uma relação conjugal e, quando esta se desfez, a referência ao Ser da relação destituiu-se, destituindo-se o vínculo, ao menos no momento exato da escolha em que o conflito entre o Eu e o Outro hierarquiza a permanência do Eu em detrimento do Outro.

No seguimento da história, vemos que o pai Mason vai, ao final do passeio, deixar os filhos na casa de Olívia. Ao chegarem, Mason Júnior mostra-lhe sua coleção de vértebras de cobra e outras coisas incomuns, e logo Samantha aparece e “rouba” a atenção do pai, falando sobre a equipe de basquete da qual participa. O pai pergunta pelo seu desempenho e fica surpreso com a performance da filha. A performance aparece como causa de interesse e satisfação.

Olívia chega e, ao entrar em casa, relata que o pai Mason estragou seus planos pelo fato de não atender seu pedido para que ele deixasse os filhos com a avó. No decorrer da cena, Olívia e o pai Mason brigam, pois ele não os alimentou direito, tendo apenas comido batata frita e coisas do gênero, e não os auxiliou na execução das tarefas escolares. O conflito entre Olívia e o pai Mason parece repor em xeque a forma de conduzir a família. Olívia parece estar mais adaptada ao seguimento dos circuitos de consagração social, como o bom desempenho escolar/acadêmico e as possibilidades que isso permite de um bom emprego, enquanto o pai Mason ainda deseja ser músico.

b.4) Uma terceira sociabilidade íntima: a família reconstituída I

No seguimento da história, outra Sociabilidade Íntima se costura. Nas aulas da faculdade, Olívia aproxima-se de Bill Welbrock, professor da área de Psicologia. Sua aproximação finda em casamento e dá início a uma nova organização familiar. A família

reconstituída tem como principal característica a união de um casal que já tem um filho de uma relação anterior. Nesse caso, a composição familiar apresenta, a partir da referência a família Evans, o padrasto Bill; a mãe Olívia; os filhos Mason Júnior e Samantha e os enteados Mindy e Randy.

A preocupação com o desempenho escolar está novamente presente e pertence tanto a Bill como a Olívia; as Sociabilidades Íntimas parecem estar dedicadas a garantir a performance escolar. Aqui, pode-se retornar à mesma reflexão feita anteriormente a respeito do desempenho escolar de Mason Júnior. Não se trata da preocupação com o filho, mas com o que, em tese, deve ser competência da família.

No seguimento desta Sociabilidade Íntima é possível observar a posição bem mais rígida e impositiva de Bill em relação a todo o sistema de ações presentes na Sociabilidade Íntima atual, em que ele critica Randy e Mason Júnior pelo seu gosto por videogames e tenta fazê-los gostar de esportes como golfe, por exemplo. Em outro momento, Bill reclama da não execução correta das atividades atribuídas ao subsistema fraternal, que se compõe através de Mindy, Randy, Mason Júnior e Samantha. Bill desprestigia as demais atividades que possam ser de afeição e simpatia dos filhos e enteados, como quando critica Samantha por não ter terminado seus afazeres domésticos enquanto teve tempo de fazer suas atividades de artes.

As atividades domésticas atribuídas pelo subsistema parental parecem não poderem ser dialogadas e são impostas; elas devem ser prioritárias a outras atividades que possam ser tomadas como relevantes pelo subsistema filial. Bill, ao brigar por conta das atividades não completadas, pede auxílio a Olívia no reforço à necessidade de que sejam respeitadas as atribuições impostas por ele, e Olívia concorda. O acordo entre os dois apresenta a ideia de manutenção do sistema recomposto. Aqui, há um elemento importante que é o da necessidade de que Olívia seja convocada frente aos filhos para tornar evidente o acordo do subsistema parental. Dessa forma, parece ficar clara uma questão das famílias reconstituídas, ou, pelo menos, dessa em específico, que diz respeito à existência de um tensionamento entre a posição de autoridade da Sociabilidade Íntima de origem e da configuração da Sociabilidade Íntima atual.

As diferenças de condutas que poderiam advir originalmente das Sociabilidades Íntimas anteriores frente à Sociabilidade Íntima atualmente composta são, então, reconfiguradas e engendradas dentro do modo de ser dessa nova Sociabilidade Íntima, acontecida pela união dos sistemas de Sociabilidade Íntima anteriores. Esse novo sistema de Sociabilidade Íntima estabiliza sua identidade própria pela conversão dos dois sistemas anteriores a um novo, que funcionará de forma também autorreferente. A estabilização da

identidade Evans e da identidade Welbrock passa a ser a referência, no sentido de perpetuar o funcionamento do sistema Evans-Welbrock. Dizendo de outra forma, para permanecer Evans é preciso agora ser também um pouco Welbrock e para ser Welbrock é preciso ser um pouco Evans também.

Nossa aposta é que, embora os Evans e os Welbrock sejam uma família recomposta e formem uma unidade entre si, o respeito e a obediência parecem necessitar do reforço convocado ao cônjuge, vinculado à Sociabilidade Íntima de origem. Nesse caso, Olívia seria convocada para reafirmar as regras da casa e os acordos do subsistema parental frente a seus filhos e podemos inferir que o inverso também poderia acontecer. É como se, diante da distinção entre as duas Sociabilidades Íntimas de origem, que formaram essa terceira, o cônjuge precisasse confirmar que seguir aquelas regras continua mantendo-os em sua identidade. Nesse sentido, continua-se na lógica da permanência pela obediência convocada. Estabelece-se o circuito do Mesmo pela reafirmação de que agir conforme os Welbrock continua sendo agir conforme os Evans.

A tensão parece advir da diferença de identidades entre os Evans e os Welbrock e obedecer aos Welbrock pode significar colocar em risco a auto-referência dos Evans, e vice-versa. Dessa forma, a convocação do cônjuge da Sociabilidade Íntima de origem pode ter a função de ratificar a permanência no Ser Evans.

Entre uma renovada Sociabilidade Íntima e outra, que ocorre ao longo da narrativa do filme, vemos os encontros entre o pai Mason e seus filhos, Mason Júnior e Samantha. A narrativa dá a entender que esses encontros são periódicos e variáveis, mas seguem mais ou menos um padrão semanal, acontecendo quase sempre aos finais de semana.

Em um desses encontros, há uma cena importante a respeito da relação do pai Mason com os filhos, em que, ao conversarem dentro do carro rumo ao jogo de baseball, parece ficar claro um certo distanciamento entre o pai e os filhos. A conversa é fria e as respostas à tentativa de diálogo do pai são breves e genéricas. Ao perceber isso, o pai para o carro e intervém fortemente na dinâmica do diálogo. Sua intervenção tem por objetivo reivindicar um outro lugar para si na relação com os filhos. O pai Mason diz: “Vocês não vão me colocar naquele lugar... [...] de pai biológico com quem saio de vez em quando, jogamos conversa fora, ele me leva em lugares e dá presentes”.

A fala do pai Mason, para nós, é representativa de algo que parece ser muito importante nas associações familiares contemporâneas, o afeto. A dimensão afetiva é, então, reivindicada como importante e necessária para o pai na relação com seus filhos e essa dimensão afetiva se constrói pela intimidade que ocorre pela relação de troca de informações

e interesse pela vida de uns e de outros. A cena do filme mostra que não basta que o pai simplesmente obtenha informações sobre a vida dos filhos, mas que eles tenham interesse em contar sobre sua vida.

A intervenção de Mason Júnior, em seguida, apontando que o pai também não lhes conta sobre sua vida, leva-nos a refletir sobre outro aspecto importante na dinâmica das relações familiares contemporâneas, que é o da troca. A relação parece evoluir a partir do ganho da intimidade que se faz pela mútua revelação.

Na cena seguinte, o pai Mason leva os filhos ao seu apartamento, o qual divide com um colega de quarto músico. O pai Mason compõe uma canção e nela se revela que a professora entrou em contato com ele para falar sobre os desenhos de Mason Júnior, e que esses sempre retratavam toda a família em situação triste. Novamente, observamos como a escola tem papel central e estreito na relação familiar. A escola articula e envolve os membros familiares naquilo que toma como importante.

Na volta do final de semana, Bill decide que Randy e Mason Júnior devem cortar os cabelos. Ele não os consulta sobre o fato e simplesmente ordena e obriga os dois a cortarem os cabelos. Mason Júnior cultivava um cabelo grande que foi arbitrariamente raspado segundo o desejo de Bill. As palavras de Bill no momento do corte de cabelo de Mason Júnior fazem-nos refletir acerca de que representações ele não gostaria que sua Sociabilidade Íntima tivesse. Bill diz: “Vai ficar muito melhor. Você vai parece um homem, não uma menininha”.

A relação mais clara aí é a de que Bill impõe seu desejo sobre a vontade de Mason Júnior e esta imposição diz respeito ao vínculo que os une. Eles fazem agora unidade pela Sociabilidade Íntima que os compõe e Bill quer que a identidade desta Sociabilidade Íntima se mantenha de uma determinada maneira. Ser homem, na família Evans-Welbrock, significa ter uma aparência específica, como o cabelo curto, por exemplo, e assim deve ser.

Na cena seguinte, Olívia vê a filha Samantha e os enteados Randy e Mindy saírem para a escola. Ao perguntar por Mason Júnior, o enteado Randy avisa que ele está sentindo-se mal e que não vai à escola. A preocupação sobre o ocorrido com Mason Júnior se dá depois que isso pode prejudicar o andamento escolar, pela diminuição da frequência. Novamente, o elemento escola aparece como agenciador das ações e atitudes na família, inclusive as afetivas, como no caso do despertar de uma preocupação.

Ao conversarem no carro a caminho da escola, Olívia e Mason Júnior discutem a respeito de Bill. Mason Júnior diz: “Por que você casou com ele? É um idiota”. E Olívia responde: “Bill tem suas qualidades. Ninguém é perfeito. Agora temos uma família”. Interessante pensarmos que, para Olívia, embora já tivesse, como demarcamos acima, vivido

em vários modelos familiares, sua representação de família parece ter uma configuração específica. Esta configuração é a que se apresenta após sua união com Bill.

Essa cena demarca que, apesar das múltiplas possibilidades de família, ainda corre no imaginário que haja um tipo de família ideal, ou melhor. A recomposição da família de Olívia remonta à família adjetivada de nuclear, onde há a presença de um pai, uma mãe e filhos. Dentro desta composição, o pai tem o dever do provimento e proteção da família e a mãe dos cuidados. Esse modelo familiar, presente no imaginário de Olívia como a “verdadeira” família, parece ter sido um caminho perseguido por ela e pelo qual se esforçou para conduzir os filhos.

No seguimento da história, vemos acontecer o início de ações cada vez mais violentas por parte de Bill, chegando a gritos, ofensas verbais diretas, deboche e violência física. Após a continuidade das situações de agressão, Olívia decide divorciar-se e mudar-se com Mason Júnior e Samantha, após uma cena tensa e agressiva, na saída da casa em que viviam com Bill, Randy e Mindy.

Olívia é abrigada com seus filhos na casa de uma amiga, e nesta casa inicia-se um diálogo entre Olívia e Samantha, em que Samantha preocupa-se com a situação de Randy e Mindy. Olívia diz a Samantha que não possui a guarda legal dos enteados, o que a impossibilita de tomar algumas ações, como a de levá-los consigo, pois isso poderia ser encarado como sequestro. Olívia age na medida possível da legalidade com uma responsabilidade de sentido ético para com os enteados.

Embora Olívia tenha decidido pelo rompimento do vínculo com a família Welbrock, pela dissolução de seus laços associativos com Bill, e já estivesse salvaguardada com seus filhos, agiu, ligando para a mãe de Randy e Mindy, e para o conselho tutelar, procurando proteger das formas possíveis os ex-enteados em suas fragilidades diante de um pai abusivo. Olívia, que também foi alvo das condutas violentas de Bill, arrisca-se a uma represália por sua atitude de denúncia do ex-marido para a mãe dos ex-enteados e para o conselho tutelar, mas o faz por aqueles que já não fazem mais unidade com ela, pelos Outros.

Um elemento importante a se destacar a respeito do momento acima citado é justamente a questão dos aspectos legais em torno do campo familiar. As novas possibilidades de associação familiar fazem aparecer novas questões a respeito da dinâmica entre essas Sociabilidades Íntimas, das quais a legislação parece não dar conta e, em muitos casos, impossibilitando soluções a partir do próprio grupo familiar, sendo seus conflitos remetidos e mediados pela dimensão jurídica.

Então, mais um final de semana chega e vemos um novo encontro entre o pai Mason e os filhos Mason Júnior e Samantha. Novamente, o pai reclama da falta de intimidade, dizendo saber mais da vida da filha pelo Facebook do que em suas conversas. A constante cobrança do pai a esse respeito mostra que a intimidade e seu desenvolvimento é um processo contínuo e de conquista, que deve ser sempre trabalhado. Nessa cena, o pai Mason conversa com Samantha a respeito de concepção e contracepção; sua conversa está baseada em um artigo científico a respeito do assunto.

Esse também é um importante elemento para nós, que se dá pela influência do conhecimento científico nas relações mais íntimas e cotidianas, sendo elas atravessadas por essa dimensão técnica em que os pais agem conforme o que aprenderam através de suas leituras e passam a ser poderosos aplicadores e difusores dessas práticas, pelo seu acesso direto às situações do cotidiano, com as pessoas com quem se relacionam intimamente. Parece haver uma confiança tácita nas informações lidas em artigos e que essas devem ser usadas para a melhora e aperfeiçoamento do convívio.

b.5) Uma quarta sociabilidade íntima: a família reconstituída 2

Após a passagem de algum tempo sozinha, Olívia torna-se professora de Psicologia e casa-se novamente, desta vez com Jim, um antigo aluno que conheceu em seu exercício como docente. O pai Mason também se casa, com Annie, e, em seguida, um bebê nasce dessa relação. No aniversário de Mason Júnior, o pai Mason vai buscá-lo para passarem um tempo juntos e, em um dos passeios feitos nessa viagem, transcorre um breve diálogo entre Samantha e Mason Júnior em que Samantha lhe pergunta: “Por que você é tão acomodado?”, ao que ele responde: “Eu não sei do que você está falando”.

Esse curto diálogo entre os irmãos parece novamente trazer à tona a ideia de que Mason é uma espécie de “estranho no ninho”, ele parece não ver e viver as coisas como os demais e não enxerga problema nisso. A acomodação de Mason nomeada por Samantha parece incomodar todos aqueles que, quase totalmente, se inscreveram sob uma lógica de performance da contemporaneidade. O que faz oposição àquele que se acomoda, àquele que toma cômodos, é quem não os toma, o que se muda constantemente e muda-se sempre buscando uma melhor morada, um melhor cômodo.

Não por acaso, em nosso entendimento, o filme narra também a paixão de Mason Júnior pela fotografia. Existe uma escritura diferente em sua forma de ver, uma forma de ver

que se mostra como um dizer, como algo de difícil captura, revelado no não entendimento de Samantha sobre a forma que Mason Júnior conduz sua vida, por exemplo.

Novamente, agora, através da figura de um professor, Mason Júnior é questionado sobre seus deveres e atividades como aluno. Mason Júnior responde que ainda não terminou suas atividades. O professor alerta que talento não é o suficiente para se sobressair profissionalmente e de que é preciso disciplina e comprometimento, dizendo: “Você não vai conseguir, Mason. O mundo é muito competitivo [...]. Há muitas pessoas talentosas e dispostas a trabalhar duro e um bando de idiotas que não tem talento, que estão loucos para te superar. De fato, muitos estão agora naquela sala.”.

Nessa cena, novamente, a centralidade do capital escolar é colocada, bem como a presença dos sistemas-abertos. A escola não está tão longe do trabalho, o que se faz na escola e o desempenho obtido na lógica do melhor desempenho já está conectado à dimensão do trabalho. A lógica da concorrência e da performance está também presente nessa fala e ela tem por objetivo atingir Mason. Essa é uma fala dirigida a ele, pois ele parece distante dessa lógica, desse mundo e dessa forma de vê-lo.

Na perspectiva de Mason Júnior, ele trabalha duro e isso se revela quando diz: “Eu sinto que trabalho duro. Passei o final de semana todo tirando fotos”. Sua dinâmica é diferente do funcionamento hegemônico da sociedade contemporânea. A sociedade contemporânea parece ser uma comunhão feita de uma vizinhança de nativos autóctones e Mason Júnior parece ser o estrangeiro nessa vizinhança.

Em cenas seguintes, o padrasto Jim elogia debochadamente as unhas pintadas de Mason Júnior e continua apontando outros comportamentos que acha estranhos em Mason, como no verão anterior, em que ele apareceu de brincos, e continua: “[...] você tem uma bolsa para combinar com isso tudo?”. O padrasto segue dizendo que ser legal em sua época era: “[...] estar no ensino médio, trabalhar e ser responsável, capaz de manter um carro”. Vemos aqui a auto-referência de Jim e seu incômodo com a diferença de Mason Júnior, seu deboche busca afetar Mason Júnior, para que ele se sinta mal e se sinta a partir do que incomoda a Jim. Em seguida, vemos o próprio Jim apresentando o modelo como quem dá o caminho a ser seguido.

Não há na intervenção de Jim nenhum tipo de preocupação dirigida a Mason Júnior, senão apenas aquela que traz incômodo ao próprio Jim pela forma como Mason Júnior conduz sua vida. Essa discussão com o padrasto parece fazer com que, na cena da festa, Mason Júnior fale sobre seu incômodo em relação não só às atitudes de Jim, mas das pessoas ao seu redor em geral. Mason Júnior faz uma leitura bastante preciosa: “Fico com raiva das

peessoas ao meu redor por me controlarem, ou coisa do tipo, mas eles nem percebem que fazem”.

Nessa assertiva, podemos ver o caráter espontâneo do controle na sua forma ontológica, na sua permanência em ser, a auto-referência naturalizada que se expande, tentando capturar as diferenças, que faz convergir as diversas rotas em uma única, ou o múltiplo em unidade. Mason Júnior percebe isso intuitivamente em sua vivência, o quanto as pessoas de seu convívio praticam condutas de controle sem saber inclusive que o fazem, mas as dispensam sobre ele e, em alguma medida, sendo efetivos. Na mesma festa, Mason Júnior diz que existem muitas coisas que ele poderia e queria fazer, mas não faz, tem medo do que vão pensar.

A dimensão afetiva, nesse caso representada pelo medo, pode, em alguns momentos, ser tomada como uma das nuances do controle, a partir do momento em que as relações sociais que se estabelecem provocam medo e esse medo, afeto surgido das relações pessoais, funciona aprisionando e inibindo possibilidades.

Após a festa, Mason Júnior retorna à casa e encontra Jim, que o espera; nesse momento, eles discutem. Jim refere-se à Samantha e diz que ela obedece às regras. Em meio às desculpas de Mason Júnior, o padrasto Jim reclama da forma como ele fala quase inaudível e Mason Júnior retruca dizendo que ele pare de incomodá-lo. Em seguida, vemos Jim dizer: “Eu encho o saco? É minha casa. Se quer morar aqui, volta na hora que deveria”.

Essa discussão revela o inconformismo por Mason Júnior em não fazer as coisas como Samantha faz, que é o modo como a família faz, que é o modo como os “chefes” da família decidem, uma forma de identidade familiar que se pretende coincidente entre todos. Jim dá os termos da convivência e da identidade familiar, ou Mason Júnior faz como a família faz e com isso permanece como eles e com eles, ou, naquela casa, naquela morada, não há lugar para ele. Jim não parece disposto a rediscutir as referências, apenas dando a opção de moldar-se ou partir. Das duas formas, as referências continuaram intactas, a diferença permanecendo na vizinhança do mesmo.

Em decorrência dessa discussão, ou não – isto não fica claro no filme –, Olívia separa-se novamente. É o último ano de Mason Júnior na escola e Olívia pergunta sobre os deveres escolares de seu filho, que responde que quase acabou. Olívia diz: “Esse ano é importante para a faculdade, não estrague”. Novamente, os traços da necessidade da formação e desenvolvimento do capital escolar são marcados no filme e, aqui, já temos a ideia de que sua marca, pelas vezes em que aparece, tanto representa a importância dessa dimensão na vida contemporânea como a tentativa de fazer Mason Júnior convergir e implicar-se nessa lógica.

Chegando ao fim da narrativa, mais três ligações nos parecem especialmente importantes e apresentam um elo forte, de modo que os analisaremos em conjunto. A primeira entre Mason Júnior e Sheena, a segunda entre o pai Mason e Mason Júnior e a terceira entre Olívia e Mason Júnior.

O primeiro ocorre na viagem de carro com Sheena, namorada de Mason Júnior à época. Eles estão indo visitar o campus de uma faculdade, que parece ser interessante aos seus propósitos. Mason Júnior fala para Sheena de suas impressões sobre o mundo. Eles têm uma conversa amena, divertida e leve, entretanto, Mason Júnior traz em sua fala elementos bastante significativos. Ele fala, entre brincadeiras e reais sensações, que é como se o mundo tivesse entendido que seria muito custoso produzir robôs e, a partir daí, decidiu transformar os humanos em máquinas, pois seria muito mais fácil. Há uma grande quantidade de humanos, não há custos na construção e os humanos são bons em reproduzir-se e em automanutenção.

No ciclo seguinte de diálogos com Sheena, ele completa o assunto, dizendo: “Estamos biologicamente programados para virarmos ciborgues [...]. Sério, li sobre isso outro dia. Quando ouvimos o aviso da caixa de entrada, recebemos um fluxo de dopamina no cérebro. É como receber uma recompensa para aceitar a lavagem cerebral. O quanto isso é perverso? Estamos ferrados”.

Na segunda ligação, vemos o pai Mason e Mason Júnior conversando sobre o término de namoro entre Mason Júnior e Sheena. Na parte final do diálogo, temos uma pergunta de Mason Júnior para o pai: “Então, do que adianta?”. O pai responde: “O que?”. Mason Júnior: “Não sei, tudo”. O pai Mason: “Tudo? Do que adianta? Não faço ideia. Ninguém sabe. Estamos só vivendo, sabe? Pelo menos está sentindo algo. Aproveite, isso passa. Você envelhece e não sente tanto, você cria resistência”.

Na terceira ligação, na cena em que Mason Júnior arruma seus pertences para mudar-se para a faculdade, vemos o sofrimento da mãe Olívia pela partida do filho, pois, dos grandes momentos de passagem que o ciclo da vida contemporânea parece ter, este, segundo ela, é o último antes do seu funeral. Olívia diz: “Percebi que minha vida vai acabar, simples assim. A sequência de marcos da vida, casar, ter filhos, divorciar [...]. Aquela vez que achamos que você era disléxico, ou quando te ensinei a andar de bicicleta. Outro divórcio, conseguir meu mestrado, finalmente conseguir o emprego sonhado. Ver Samantha ir para a faculdade, ver você ir para a faculdade. Você vê o que acontece depois? A merda do meu funeral, vá e deixe a minha foto”. Mason Júnior tenta consolá-la e ela responde: “Só achei que haveria mais”.

O elo que parece estender-se e conectar-se pelas três ligações parece ser o signo de uma cultura que, ao longo do ciclo de nossas vidas, vai nos subtraindo, subtraindo nossa alteridade, seja pela impressão de Mason Júnior por nos transformar em robôs felizes em obedecer; ou pela do pai Mason, de que, ao longo da vida, vamos perdendo nossa capacidade de sentir, de sermos afetados, numa contínua redução de nós mesmos; ou na de Olívia, presa às obrigações e à obediência do rito, ou da cartilha daquilo que “deveria” ser a vida até que o final da vida chega, parecendo que deveria haver mais, como se algo tivesse faltado ao longo desse caminho, algo que lhe tenha sido subtraído.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como eixo teleológico refletir sobre a Ética nas famílias contemporâneas. A instabilidade do tema, em todas as suas grandes categorias, exigiu sempre um posicionamento explícito de nossas compreensões a respeito das temáticas centrais: ética, família e contemporaneidade. No que diz respeito à *Ética*, nosso alicerce fundamental esteve sustentado pela perspectiva de pensamento da *Ética da Alteridade Radical*, proposta por Emmanuel Lévinas. A respeito do tema Família, optamos por partir não de um ponto conceitual específico, mas de suas expressões mais atuais, desde o que se manifestou através da literatura especializada na área nos últimos cinco anos. E sobre a contemporaneidade, nos posicionamos a partir da construção de um entendimento pautado naquilo que apareceu como mais substancial na análise de autores consagrados. Essa agenda da contemporaneidade se deu pelas alterações das dimensões do tempo e do espaço.

O que foi perseguido neste trabalho, então, foi um pensar o Outro de forma radical frente às vicissitudes das famílias, no contexto contemporâneo, que se constitui principalmente das transformações nas experiências do tempo e do espaço. É importante destacar que o grande núcleo rígido de reflexões do campo da ética está ligado à questão da liberdade, que incide principalmente apresentando conflitos entre indivíduo e coletividade. Dessa forma, o conflito e a problemática da liberdade se dão entre a família, que se apresenta enquanto coletivo, e o Outro, que se apresenta como indivíduo. Entretanto, é preciso destacar que o pensamento levinasiano é um importante ponto de inflexão no campo da ética, pois a toma como possibilidade a partir da responsabilidade e não da razão.

Para Emmanuel Lévinas, tanto a razão é insuficiente para dar conta do tema da liberdade, como a liberdade que mais importa é a do Outro. A razão é incapaz de dar conta do tema da liberdade, e principalmente da liberdade do Outro, pois opera encerrando e reduzindo as possibilidades de ser de acordo com os crivos de inteligibilidade criados pela própria razão. Nesse sentido, pensar o lugar da *Alteridade* nas famílias contemporâneas é refletir sobre o tema da liberdade e se inserir numa discussão do campo da *Ética*.

Anunciamos, ainda, como o conhecimento na contemporaneidade apresenta-se substancialmente diferente de outras épocas, sendo tomado agora como ação e não a partir de uma pura apresentação. Compreender significa agir e atuar sobre algo e não simplesmente descrever, assim, traçamos o início desse movimento no primeiro capítulo deste trabalho.

Na primeira parte, então, iniciamos apresentando nossas questões de fundo, as quais dizem respeito à consolidação e hegemonização de um tipo de ruptura nas formas e

esquemas do pensamento. Essa ruptura foi inaugurada pela modernidade, a partir dos discursos de suspeita sobre a realidade. A narrativa científica ocupa o lugar de hegemonia frente ao discurso religioso e tradicional. Elegemos o campo das ciências humanas, principalmente as áreas da Sociologia, História e Psicologia, por destacadamente terem se preocupado com a questão do grupo familiar, desembocando em obras consideradas seminais que, ainda hoje, são responsáveis e sustentam o volume de produções no campo de estudos sobre a família.

O entendimento a respeito daquilo que constitui essa narrativa científica apresenta as novas formas pelas quais se captura a realidade e se subtrai a alteridade em sua manifestação, através da regulação da liberdade feita pela ordem racional científica. A família como objeto de estudo – na Psicologia, Sociologia e História – aparece, apenas, após sua guinada científica. Sendo a família, agora, objeto da ciência, deve, como tal, sujeitar-se às mesmas regularidades de qualquer outro objeto tomado pela narrativa científica. Dessa forma, se a família foi tomada pelo saber científico, é, pois, sinal de que se tenha reconhecido nela algum tipo de instrumentalidade e utilidade possível. A diversidade de entendimentos científicos sobre a família tem a ver com a dispersividade presente no próprio campo das ciências humanas, sobretudo na Psicologia.

Em seguida, apontamos nosso método, o qual articula elementos da análise da imagem, da Antropologia Visual e da análise fílmica, fazendo deles nosso mirante, o que possibilita traçar o elo entre a imagem e a sociedade contemporânea, além de tomar as narrativas fílmicas como representantes da cultura e como expressões da própria cultura que narra a si mesma. São, então, as obras cinematográficas, para nós, documentos culturais que nos servem como matéria de investigação social.

Na segunda parte deste trabalho, após a apresentação desse novo modelo narrativo de organização do mundo social e das possibilidades da tomada do cinema como espaço de empiria privilegiada, apresentamos a dispersividade da narrativa científica, desde a modernidade hegemônica. Analisamos os principais campos de conhecimento científico da família e a produção dos regimes de visibilidade permitidos por ele. Organizamos essa dispersividade em matrizes divididas em três campos: as sócio-antropológicas, as psicológicas e as históricas.

As matrizes visibilizam múltiplas dimensões da família e, tornando esses fenômenos familiares possíveis de serem visualizados, transformam-lhes em alvos potenciais de manipulação e atuação, já que é próprio das narrativas científicas e do conhecimento contemporâneo seu caráter não mais contemplativo, e sim fatural, ou seja, de atividade. A luz

jogada sobre a família pelos modelos de compreensão científicos articula intervenções possíveis. O desenvolvimento contínuo de perspectivas de entendimento sobre a família denuncia que nem tudo na família já foi conhecido. A alteridade no grupo familiar não foi totalizada ou totalmente subtraída, exibindo o caráter de infinição desse grupo.

A terceira parte deste trabalho toma, a partir da literatura especializada na área, as principais mudanças ocorridas no grupo familiar e a forma múltipla como a família se apresenta contemporaneamente. Encontramos as principais transformações das questões relativas ao gênero, à configuração familiar, ao amparo jurídico, às relações de parentesco à as relações etárias, às expectativas sobre a família e aos valores familiares.

Na quarta parte, desenvolvemos o entrelaçamento entre a família e a sociedade contemporânea. A relação entre ambas está pautada na alteração das dimensões do tempo e do espaço, que são o continente e as condições de possibilidade das vivências individuais e coletivas. As transformações nas experiências do tempo e do espaço produzem modificações nos processos e nas narrativas de confiança que atravessam as ações concretas de nossa existência, posto que as mudanças nessas dimensões produzem instabilidades nas vivências cotidianas, que são posteriormente asseguradas por dispositivos criados a partir de racionalidades específicas.

A experiência do tempo e do espaço na contemporaneidade é vivida a partir do *Desencaixe*, que insere a ideia de *Risco* no cotidiano. Dessa forma, o Controle aparece como dispositivo de regulação da dimensão especial e temporal, tendo sua legitimação na Performance, o que conseqüentemente torna o desempenho um critério importante e central na maneira de viver contemporânea.

Risco, Controle e Performance surgem para nós como a triangulação que dá os contornos à sociedade e ao sujeito contemporâneo. As modificações na forma como a sociedade contemporânea desenvolve seus processos de confiança possibilitam transformações nas associações íntimas, repercutindo diretamente na família. É a racionalidade que engendra o Risco, o Controle e a Performance, que capturam os sujeitos em sua multiplicidade, pela inoculação de um certo medo que os torna suscetíveis a melhorarem sua performance para reduzirem os riscos, utilizando como artifício para isso as práticas de controle.

Em seguida, utilizamos o termo Sociabilidades Íntimas como possibilidade de marcar uma diferença não antagônica à forma família, tendo em vista que a amplitude de possibilidades de expressão familiar torna extremamente difícil sua explicitação conceitual

por algum tipo de fundamento, como os utilizados até agora. Referimo-nos, por exemplo, à consanguinidade, ou mesmo à co-habitação.

Além disso, o espaço de disputa político-institucional traz uma complexidade ainda maior à situação devido à proposição e/ou, negação das expressões de sociabilidades íntimas que terão seu estatuto de família outorgado, ou não. Diante disso e da constatação das mudanças na própria intimidade, percebemos que esse sintagma, para nós, daria conta das novas formas de associação íntima, sem que fosse excluída, até então, nenhuma de suas possibilidades expressivas.

Esse sintagma se dá no tripé Confiança, Responsabilidade e Afeto, desde que compreendido como essas dimensões são vividas na contemporaneidade. Cada um dos elementos desse tripé é vivido, hoje, de forma substancialmente diferente do que foi em outros períodos históricos. No entanto, a articulação contemporânea entre esses três aspectos parece reservar-se ao espaço da intimidade, diferindo-se das outras instituições sociais atuais.

Em seguida, apontamos como essas dimensões, em sua articulação, participam de um cenário contemporâneo em que os limites que definem o mundo social tem um intenso caráter de permeabilidade. As fronteiras institucionais na contemporaneidade apresentam-se de forma frágil, permitindo um intercâmbio poderoso entre as instituições. As práticas de saúde, as práticas educacionais, por exemplo, são vivenciadas pela família, na família e através da família. O discurso perito não é mais um discurso vivido pela família nas instituições de perícia referentes e específicas, por exemplo. O saber médico não é mais vivido apenas no hospital, nem o pedagógico apenas na escola; eles todos são vividos agora também na família.

As distâncias das instituições são reduzidas e seus limites não são mais tão precisos. Os discursos do pai, do médico e do pedagogo aproximam-se, com a diferença de que, no pai, ou nos demais membros familiares, há a presença da prerrogativa afetiva. A família, ao contrário das demais instituições, age por afeto, muito embora o próprio afeto esteja também incluído no princípio de desempenho presente nas sociedades contemporâneas. Para um melhor desempenho nas relações de intimidade, para o seu melhor desenvolvimento, é preciso revelar-se um ao outro.

O Risco, o Controle e a Performance possibilitam o estabelecimento, na contemporaneidade, da fragilização de fronteiras ou sua permeabilidade. No que tange à família, possibilita um *continuum* entre o saber especializado e perito dos sistemas abstratos e os processos de socialização familiar que implicam na sua ordem e organização. Os processos de subtração da alteridade, de captura do Outro e transformação no Mesmo são amplamente

diferentes dos tradicionais, funcionando a partir de um modelo de racionalidade contemporâneo, sustentado por um princípio do desempenho.

O princípio do desempenho está correlacionado também com as próprias transformações do capitalismo, onde podemos perceber que a contemporaneidade se foca principalmente no desempenho do capital escolar ou acadêmico em detrimento da posse de terras ou acumulação de riquezas. A riqueza está no desenvolvimento do conhecimento que exige necessariamente uma dose de esforço pessoal, em outras palavras, Performance.

Ao fazermos uma ontologia do presente, encontramos que, para Ser, atualmente, é preciso não manter-se em uma identidade fixa, mas estabilizar continuamente essa identidade pela melhora e aumento das próprias capacidades. Nesse sentido, a partir do pensamento leviansiano é que se pode refletir sobre uma Ética na contemporaneidade, em nosso caso, com relação às famílias contemporâneas. Ao tomarmos as leituras de Emmanuel Lévinas, entendemos ser necessário, antes de qualquer discussão ética, refletir sobre a forma pela qual os processos ontológicos se manifestam em uma determinada época, para que, em seguida, seja possível pensar sobre as formas de uma crítica ao movimento ontológico que se torna espontâneo.

Iniciamos a quinta parte deste trabalho apresentando um panorama simplificado do pensamento levianasiano, demarcando nosso ponto de ancoragem para a reflexão ética. Dessa forma foi possível ver que, para pensar a possibilidade de uma ética que leve radicalmente em consideração o Outro, não se pode apenas negar a racionalidade hegemônica do contemporâneo, mas, sim, trazer, através da responsabilidade, uma ação positiva que destitua os elementos constitutivos da ontologia contemporânea, no nosso caso, baseado na Performance.

Tomamos os filmes como material empírico para a verificação dos momentos de socialização e socialidade. Como já dissemos, em nosso entendimento, a socialização é o processo social pelo qual se reproduz o esquema e a racionalidade social vigente, ou seja, as nuances da ontologia contemporânea. Os momentos de socialidade são aqueles em que o sentido ético se impõe, apresentando uma alternativa à hegemonia social que reduz as possibilidades de existência àquelas condizentes com a ontologia do presente.

Diante disso, em uma sociedade de Performance, as atitudes éticas são aquelas em que o outro, manifestando-se em sua diferença, tenha essa distinção acolhida e preservada, ainda que isso represente um caminho contrário ao do desempenho e que seja feito pela responsabilidade de um sujeito que, frente à alteridade, depõe-se de si mesmo, arrisca a

própria identidade. Na contemporaneidade, põe em risco o próprio desempenho no respeito à outridade do Outro.

Os filmes analisados contribuíram pela possibilidade de vermos representados e narrados pela própria cultura os elementos constituintes das dinâmicas familiares. Essas dinâmicas são compostas das ações em curso, faladas e exercidas pelo próprio grupo familiar, que exibem os momentos nos quais os esquemas sociais se impõem espontaneamente e são reproduzidos. Por outro lado, a visualização dos filmes trouxe como possibilidade um olhar também sobre as situações em que a espontaneidade dos processos de socialização é impugnada pela responsabilidade de sentido ético assumida na família por um de seus membros para com o outro.

Nesse sentido, as narrativas fílmicas nos ajudam a perceber vários elementos, dentre eles: a permeabilidade dos limites na contemporaneidade; a presença do discurso do capital escolar e a forma como ele é rearticulado e reproduzido pela família; as múltiplas e variadas formas de associação familiar na contemporaneidade; a ideia de que parece haver um modelo familiar mais adequado que os demais e, portanto, perseguido; os processos de adequação à cultura contemporânea que sofrem os membros familiares; a forma como o reproduzem; etc.

Entretanto, as narrativas fílmicas, ao nos deixarem ver os momentos de impugnação da totalidade no grupo familiar, trazem-nos como perspectiva que a família também se apresenta como espaço de resistência e de crítica aos esquemas sociais mais amplos. Ao responsabilizar-se por seus membros, por seus Outros em família, o grupo familiar se coloca em confronto com esses esquemas sociais mais amplos, não para, simplesmente, negar suas razoabilidades, e sim para acolher seus membros em suas outras possibilidades distintas das apreciadas pela cultura. Ao acolherem seus membros na sua diferença, a família posiciona-se em um movimento de distanciamento dos elementos e esquemas mais amplos da cultura que impõem os processos de captura da diferença e promovem a sua transformação.

Em *Abril Despedaçado* tornam-se mais claros os contornos de uma família que se inscreve a partir da lógica da tradição, uma família que funciona como uma unidade econômica com posições e papéis claros: o pai defensor da honra familiar, a mãe cuidadora e os filhos que ajudam no serviço e nos negócios da família. Há pouca possibilidade de mobilidade nesse tipo de organização e o papel da escola é pouco preponderante, sendo o trabalho fator mais decisivo nas condutas e relações familiares. Pacu que não sabia ler, quando se interessa pelo livro que ganhou, logo era cobrado a trabalhar. Outro elemento de

destaque em *Abril Despedaçado* é a presença dos cenários de transição onde a presença da indústria marca modificações no estilo de vida dos Breves. O sentido ético neste filme torna-se mais presente na trama a partir da presença do elemento estrangeiro marcado pelo circo, bem como pelo sacrifício do menino Pacu na substituição a Tonho.

Especificamente em *Boyhood* é possível observar três modelos distintos de associação familiar e quatro associações que ocorrem ao longo do ciclo vital da família Evans, já que o modelo reconstituído aparece por duas vezes. Os modelos familiares são: monoparental, reconstituído e extenso.

Boyhood apresenta como elementos marcantes e importantes a responsabilidade que compete à família na recondução dos comportamentos desviantes no que diz respeito ao bom desempenho escolar. Outro elemento também presente é a tensão existente nas famílias reconstituídas a respeito da nova dinâmica da mesma que se constitui das identidades anteriores dos modelos familiares que antecederam a configuração reconstituída.

A afetividade é também dimensão destacadamente importante nas relações familiares e a intimidade apresenta-se como um processo contínuo de conquista. Além disso, pode-se perceber algumas nuances das questões legais e jurídicas no que tange às novas interações familiares onde, embora Olívia tivesse vivido e pertencido a mesma família que seus enteados, nada ou muito pouco podia fazer na proteção destes diante de Bill, o pai abusador. As nuances de sentido ético nesta narrativa fílmica são difíceis de serem localizadas, pois se apresentam em muitos momentos no decorrer da obra. Desta forma torna-se possível observar condutas de sentido ético e de reiteração dos esquemas de controle social em vários dos modelos e composições familiares que são apresentadas no filme.

Este trabalho poderia enriquecer-se a partir de outras perspectivas, tomando-as como racionalidades que também engendram o Outro na regularidade do Mesmo. Acreditamos que novas investigações poderiam ser feitas através de uma análise profunda, a partir de uma *História das Mentalidades*, a qual poderia contribuir no que diz respeito às representações sociais ideais de um grupo familiar, posto que parece ainda haver, mesmo diante da multiplicidade e variedade de formações familiares, aquela que se entende como a “melhor” família. Os resquícios de um modelo nuclear sobre o imaginário das famílias contemporâneas pode ser importante caminho de investigação.

Outro caminho interessante a ser averiguado serviria a um estudo mais rigoroso a respeito das influências e impactos da economia política sobre o grupo familiar, no que diz respeito inclusive a uma discussão sobre classes. A discussão sobre classes neste trabalho foi subsumida ao entendimento de que as variantes econômico-sociais estão inclusas também

numa sociedade que distribui riscos, entretanto, uma análise focada precisamente nesses aspectos pode ser reveladora de importantes fenômenos ainda não contemplados aqui.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Marcela Aguiar. Da metamorfose social à metamorfose familiar: uma via de mão dupla. **Perspectivas Online**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 5, pp. 45-49, 2012. Disponível em:

http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/69. Acesso em 08 abr. 2016.

BARRETO, MS; MARCON, SS. Participação familiar no tratamento da hipertensão arterial na perspectiva do doente. **Texto Contexto Enferm**, v.12, n.1, pp. 38-46, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n1/pt_0104-0707-tce-23-01-00038.pdf . Acesso em 08 abr. 2016.

BARROS, José D'assunção. Os Annales e a história-problema: considerações sobre a importância da noção de "história problema" para a identidade da Escola de Annales. **História: debates e tendências**, Passo Fundo - Rio Grande do Sul, v. 12, n. 2, pp. 305-325, 2012. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3073> . Acesso em 08 abr. 2016.

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A.. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998a.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1998b.

BEAVIN, J. H; JAKSON, D. D; WATZLAWICK, P. **Pragmática da Comunicação Humana**. São Paulo: Cultrix, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. pp. 11-87.

BELTRÃO, Pedro C. **Sociologia da família contemporânea**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1970.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1998.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CANEVACCI, Massimo. **Dialética da Família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da comunicação visual**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2001.

CARNEIRO, Terezinha Féres. Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. **Psicologia ciência e profissão.**, Brasília, v. 16, n. 1, pp. 38-42, 1996. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931996000100007. Acesso em 08 abr. 2016.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. pp. 14-22.

CARVALHO FILHO, João Gualberto Teixeira de; CHAVES, Wilson Camilo. A ascepção de família na teoria psicanalítica: Sigmund Freud, Melaine Klein e Jacques Lacan. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul - Rs, v. 1, n. 41, pp. 100-118, 2014. Disponível em http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestrادopsicologia/2011/Dissertacoes/Dissertacao_Oficial.pdf. Acesso em 08 abr. 2016.

CHIOZZI, P. (Ed.). **Yearbook of visual anthropology**: 1942-1992 Fifty years after "Balinese Character". Firenze: Angelo Pontecorboli, 1993.

CORREA, María Victoria Builes; HERNÁNDEZ, Mauricio Bedoya. Cuidado y autocuidado en familias con un miembro con diagnóstico de trastorno afectivo bipolar (TAB), pertenecientes al Grupo Psicoeducativo del Departamento de Psiquiatria de la Universidad de Antioquia. **Revista Colombiana de Psiquiatria**, Bogotá, v. 42, n. 1, pp. 81-96, 2013. Disponível em <http://www.elsevier.es/ca-revista-revista-colombiana-psiquiatria-379-avance-resumen-cuidado-autocuidado-familias-con-un-S0034745014600895>. Acesso em 08 abr. 2016.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2005

DELEUZE, Gille. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34 Ltda, 1992.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DESSEN, Maria Auxiliadora; RAMOS, Patrícia Cristina Campos. Crianças pré-escolares e suas concepções de família. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 47, pp. 345-357, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0103-863X2010000300007&pid=S0103-863X2010000300007&pdf_path=paideia/v20n47/a07v20n47.pdf&lang=pt. Acesso em 08 abr. 2016.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1884/1984.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. 7. ed. São Paulo: Escuta/educ, 2007.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. 14. ed. Petrópolis - Rj: Editora Vozes, 2008.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia uma (nova) introdução**. São Paulo: Educ, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, José, C. **O lugar do outro na modernidade tardia**. São Paulo: Annablume Editora, 2002.

FREUD, S. Um caso de cura pelo hipnotismo. In S. Freud, **Obras completas** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1892

FREUD, S. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In: Freud, S. **Obras Completas**. (Vol. 2). Rio de Janeiro: Imago, 1893.

FREUD, S. Hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: Freud, S. **Obras completas**. (Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1896.

FRIDMAN, Luis Carlos. Pós-modernidade: sociedade da imagem e sociedade do conhecimento. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 6, n. 2, pp. 353-375, Oct. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701999000300007>.

FRIDMAN, Luis Carlos. **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GALEANO, Eduardo. **Bocas do tempo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolado**: o que a globalização está fazendo de nós. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização Reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2012. pp. 89-166.

GIMENO, A. **A Família**: o desafio da diversidade. Lisboa: Instituto PIAGET, 2002.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro et al. Experiência da paternidade aos três meses do bebê. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, pp. 599-608, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000300020. Acesso em 08 abr. 2016.

GOODWIN, C. James. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cultrix, 2005.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JAMESON, Frederic. O Pós-modernismo e a Sociedade de Consumo. In: KAPLAN, E. Ann (Org.). **O Mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. pp. 25-44.

JENKINS, Henri. The work of theory in the age of digital transformation. In: MILLER, Toby; STAM, Robert. **A companion to film theory**. Oxford: Blackwell Publisher, 2003. pp. 234-261.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. 1. ed. bilíngue. Tradução, introdução e notas de Valerio Rohden. São Paulo: Martin Fontes, 1788/2003.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa- Portugal, Edições 70, 1982.

LÉVINAS, Emmanuel. **Transcendência e Integibilidade**. Lisboa- Portugal, Edições 70, 1991.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre alteridade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

LÉVINAS, Emmanuel. **De Outro Modo que Ser ou para lá da Essência**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis - Rj: Vozes, 2009.

LINKLATER, Richard. **Boyhood** – da infância à juventude. [Filme]. EUA: Universal Pictures, 2014.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1998.

MALDANER, Cláudia Regina et al. Fatores que influenciam a adesão ao tratamento na doença crônica: o doente em terapia hemodialítica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 4, n. 29, pp. 647-653, 29 dez. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/7638/4693>. Acesso em 08 abr. 2016.

MARX, Melvin H.; HILLIX, William A.. **Sistemas e teorias em psicologia**. São Paulo: Cultrix, 2008.

MEYER, Dagmar Estermmman; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis - Santa Catarina, v. 20, n. 2, pp. 433-449, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200005. Acesso em 08 abr. 2016.

MOLINA, Rosemeire Cristina Moretto et al. Presença da família nas unidades de terapia intensiva pediátrica e neonatal: visão da equipe multidisciplinar. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 11, pp. 437-444, set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n3/v11n3a07>>. Acesso em: 24 jul. 2016

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; BEDRAN, Paula Maria; CARELLOS, Soraia M. S. Dojas. A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, pp. 161-180, 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/2292/2669>. Acesso em 08 abr. 2016.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga – ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural** – textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1877/2005.

MOTTA, Alda Britto da. A família multigeracional e seus personagens. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, pp. 435-458, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a08.pdf>. Acesso em 08 abr. 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá - PR, v. 11, n. 3, pp. 647-654, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>. Acesso em 08 abr. 2016.

NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier; VASCONCELOS, Laércia Abreu. Análise de interações familiares: um estudo de caso. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v. 29, n. 2, pp. 149-

158, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722013000200004. Acesso em 08 abr. 2016.

NICHOLS, M; SCHWARTZ, R. **Terapia Familiar – Conceitos e Métodos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NÚÑEZ, Patricia M. Gazmuri. Familia y habitabilidad en la vivienda: Aproximaciones metodológicas para su estudio desde una perspectiva sociológica. **Arquitectura e Urbanismo**, Havana, v. 34, n. 1, pp. 32-47, 2012. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-58982013000100004. Acesso em 08 abr. 2016.

OLIVEIRA, Lucia Barbosa de; CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; PACIELLO, Raul Ricardo. Antecedentes e Consequências dos Conflitos entre Trabalho e Família. **Rac**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, pp. 418-437, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552013000400003. Acesso em 08 abr. 2016.

PASSERON, Jean-claude. **O raciocínio sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 6, pp. 103-122, 2011. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/250>. Acesso em 08 abr. 2016.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana; OLIVEIRA, Larissa Dias; ROOKE, Mayse Itagiba. Famílias com adolescentes com síndrome de Down: apoio social e recursos familiares. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 33, n. 2, pp. 269-283, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v33n2/v33n2a07.pdf>. Acesso em 08 abr. 2016.

POSTER, Mark. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

RIBEIRO, José da Silva; BAIRON, Sérgio (Orgs. E Coords.) **Antropologia visual e hipermídia**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual e hipermídia. Em: RIBEIRO, José da Silva; BAIRON, Sérgio (Orgs. E Coords.). **Antropologia visual e hipermídia**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

RODRIGUEZ, Sixto José Castro. Ética y Estética: Una relación ineludible. **Revista latinoamericana de bioética**. v.12, n.1, pp. 62-69. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1270/127025434005.pdf>. Acesso em 08 abr. 2016.

RODRÍGUEZ-JAUME, María José; RUIZ, Diana Jareño. Estigma social y adopción internacional en España: ¿Es la familia adoptiva un modelo familiar menos «auténtico» que los basados en lazos biológicos? **Papers: Revista de Sociologia**, Barcelona, v. 100, n. 2, pp. 211-236, 2015. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/papers/papers_a2015m4-6v100n2/papers_a2015m4-6v100n2p211.pdf. Acesso em 08 abr. 2016.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.) **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002

ROSENFELD, Anaton. **O pensamento psicológico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RUBIO, Jorge del Picó. Evolución y actualidad de la concepción de familia: una apreciación de la incidencia positiva de las tendencias dominantes a partir de la reforma del derecho matrimonial chileno. **Revista Lus Et Praxis**, Talca, v. 17, n. 1, pp. 31-56, 2011. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-00122011000100003. Acesso em 08 abr. 2016.

SALES, Walter. **Abril despedaçado**. [Filme]. Barueri: Imagem Filme, 2001.

SARTI, Cynthia. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.) **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHULTZ, D. P; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cultrix, 2002.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da família**. Lisboa, Portugal: Terramar, 1996.

SILVA, Igor Monteiro. **Honra e Sangue: A (po)ética da Vingança no Sertão de Abril Despedaçado**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

SILVA, Suzana Gonçalves Lima e; SILVA, Rosangela Aparecida da. A democratização da família: substituição da hierarquia familiar pela paridade nas relações conjugais e suas implicações para a família brasileira contemporânea. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, Santa Maria, v. 8, n. 2, pp. 462-487, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/10842#.WHLkqDLOrVo>. Acesso em 08 abr. 2016.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editor, 2006.

SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2007.

SKINNER, B.F. Seleção por consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 9, n. 1, pp. 129-137, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/150/133> . Acesso em 08 abr. 2016.

SOUZA, Ricardo, T. **Razões Plurais: Itinerários da racionalidade ética no século XX**. Edipucrs, 2004.

SOUZA, Laura Vilela e; SANTOS, Manoel Antônio dos. Família de pessoas diagnosticadas com transtornos alimentares: participação em atendimento grupal. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 3, pp. 325-334, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n3/a08v28n3.pdf> . Acesso em 08 abr. 2016.

SOUZA, Ricardo, T. **Lévinas e a ancestralidade do mal**: Por uma crítica da violência biopolítica. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

STENGEL, Márcia. Discursos de pais e mães sobre a amizade em famílias com filhos adolescentes. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, pp. 217-225, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/09.pdf>. Acesso em 08 abr. 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TOURRAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÈTÈ, Anne. **Ensaio sobre análise fílmica**. Campinas: Papirus, 2002.

VARGAS, Eliane Portes; MOÁS, Luciane de Costa. Discursos normativos sobre o desejo de ter filhos. **Revista Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, pp. 758-762, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000400021 . Acesso em 08 abr. 2016.

VÁSQUEZ, Nadia Semenova Moratto; POSADA, Johanna Jazmín Zapata; MESSENGER, Tatiana. Conceptualización de ciclo vital familiar: una mirada a la producción durante el periodo comprendido entre los años 2002 a 2015. **Revista Ces Psicología**, Medellín, v. 8, n. 2, p.103-121, 2015. Disponível em: <http://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/article/view/3555>. Acesso em 08 abr. 2016.

WAGNER, Adriana; TRONCO, Cristina; ARMANI, Ananda Borgert. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: WAGNER, Adriana et al. **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre - Rio Grande do Sul: Artmed, 2011. pp. 19-35.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet, H.; JACKSON, Don. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 2008.

ZULUAGA, Gloria Amparo Giraldo. La familia para los jóvenes de caldas, colombia. **Revista Reflexiones**, San José - Costa Rica, v. 93, n. 1, pp. 103-111, 2014. Disponível em: <http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/13746>. Acesso em 08 abr. 2016.